

URBANIZAÇÃO DOS TERRENOS DA FÁBRICA CÃES DE PEDRA, EM GUIMARÃES
EIA -DESCRITOR DE PATRIMÓNIO

MAIO DE 2025

Tipo de intervenção: Descritor de Património do Estudo de Impacto Ambiental EIA

Local: Urbanização dos terrenos da Fábrica dos Cães de Pedra, Guimarães

Requerente: HJF Imobiliária S.A.

Processo: (Proc. AIA_28/2024)

Acrónimo: UFCP.25

Autor: Ricardo Erasun (Arqueoges Unip. Lda)

Ano: 2025

1. Introdução	4
2. Metodologia	6
2.1. Definição do âmbito	7
2.2. Avaliação	7
2.3. Identificação e avaliação dos impactes e critérios utilizados	10
2.4. Caracterização da ocorrência patrimonial	11
2.5. Classificação patrimonial	14
2.6. Avaliação de impacte e mitigação	15
2.6. Registo e inventario	18
3. Meios técnicos	21
4. Sínteses Histórico patrimonial	22
4.1. Quinta dos Cães de Pedra (O.P. 1)	23
4.2. Fábrica do Minhoto (O.P. 2)	28
4.3. Fábrica de Fiação e Tecelagem do Cavalinho (O.P. 3)	34
4.4. Fábrica da Jodimonte - Augusto Luciano Guimarães & Filhas Lda (O.P.4)	57
4.5. Palácio Vila Flor (O.P.5)	77
4.6. Fábrica do Arquinho e ponte da Madroa ou de Vila Nova (O.P. 6 e 8)	79
4.7. Fábrica de Fiação e Tecidos da Madroa (O.P.7)	82
4.8. Fábrica de Curtumes de Amadeu Miranda ou da Madroa (O.P. 9)	91
4.9. Fábrica de Curtumes Joaquim Luciano Guimarães (O.P. 10)	99
5. Loteamento: Terraplanagens e infra-estrutura	102
6. Medidas de mitigação	105
7. Fichas de Ocorrência Patrimonial	106
7.1. Ficha 1	107
7.2. Ficha 2	110
7.3. Ficha 3	113
7.4. Ficha 4	116
7.5. Ficha 5	119
7.6. Ficha 6	122
7.7. Ficha 7	125
7.8. Ficha 8	128
7.9. Ficha 9	131
7.10. Ficha 10	134
8. Cartografia	137

1. INTRODUÇÃO

O presente documento refere-se ao Descritor de Património Cultural do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), no âmbito do Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) do projeto “Urbanização dos Terrenos da Fábrica Cães de Pedra” (Proc. AIA_28/2024), Urgezes, Guimarães, estando enquadrado no pedido de elementos adicionais (PEA) para avaliação de conformidade do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), apresentado em fase de Projeto de Execução, que diz respeito à «Urbanização dos Terrenos da Fábrica Cães de Pedra.», localizada na freguesia de Urgezes, concelho de Guimarães, cujo Proponente é a empresa HJF – IMOBILIÁRIA S.A,

O PATA submetido foi aprovado conforme Inf. n.º: S-2025/640185 (C.S:1747230) Cód. Manual, N.º Proc.: DRCN-DSBC/2023/03-08/1505/PATA/27776, (C.S:273492) Data Ent. Proc.: 13/02/2025.

O projeto, localizado na freguesia de Urgezes, no concelho de Guimarães, tendo como limites físicos a Norte a rua da Caldeiroa, a Sul a Estrada N105, a Este a Avenida Dom Afonso Henriques e a Oeste a rua dos Cães de Pedra, pretende urbanizar uma área total de 53.211 m², dividindo o terreno em 18 lotes, para fins habitacionais, comerciais e serviços.

O projeto enquadra-se no setor de projetos de loteamento e de obras de urbanização a licenciar pelo Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE), sendo a competência para a autorização da Câmara Municipal de Guimarães.

As obras de urbanização, com um impacto de incidência alta ao nível do solo, localizam-se a Sul do limite da zona tampão do Centro Histórico de Guimarães e Zona de Couros, MN - monumento nacional/património mundial, Ampliação à Zona de Couros aprovada na 45.ª sessão alargada do Comité do Património Mundial da UNESCO, em Riade, em 19-09-2023 (Aviso n.º 6035/2024, DR, 2.ª série, n.º 57, de 20-03-2024).

O documento apresentado recolhe os diferentes elementos identificados nas áreas do património construído e património arqueológico inseridos no perímetro de incidência directa do projecto e na sua envolvente imediata, (150 m a partir dos limites do terreno), caracterizando-os desde a sua vertente histórica, arquitectónica e patrimonial.

O projeto Urbanização dos Terrenos da Fábrica Cães de Pedra desenvolve-se numa área onde anteriormente se localizam diversas unidades industriais, demolidas entre os anos 2020 e 2022 ao abrigo de alvarás de demolição emitidos pela Câmara Municipal de Guimarães, ficando apenas presentes no terreno alguns elementos construtivos soltos e sem contextualização (chaminé da fábrica da Jodimonte e portão da Quinta dos Cães de Pedra). O estudo apresentado teve como base a recolha de documentação escrita, gráfica e fotográfica das construções desaparecidas (casario da Quinta dos Cães de Pedra, Fábrica de Tecidos do Minhoto, Fábrica de Fiação e Tecelagem do Cavalinho e Fábrica de Tecelagem Jodimonte) com o intuito de reconstruir a sua memória histórica e construtiva, para posteriormente avaliar a pertinência da preservação ou não como memória futura dos elementos dispersos salvaguardados durante a fase de demolição e loteamento.

- Centro Histórico de Guimarães e Zona de Couros (extensão), UNESCO, 2023 - 38,2 ha
- Zona tampão / ZEP, UNESCO, 2023 - 129,4 ha

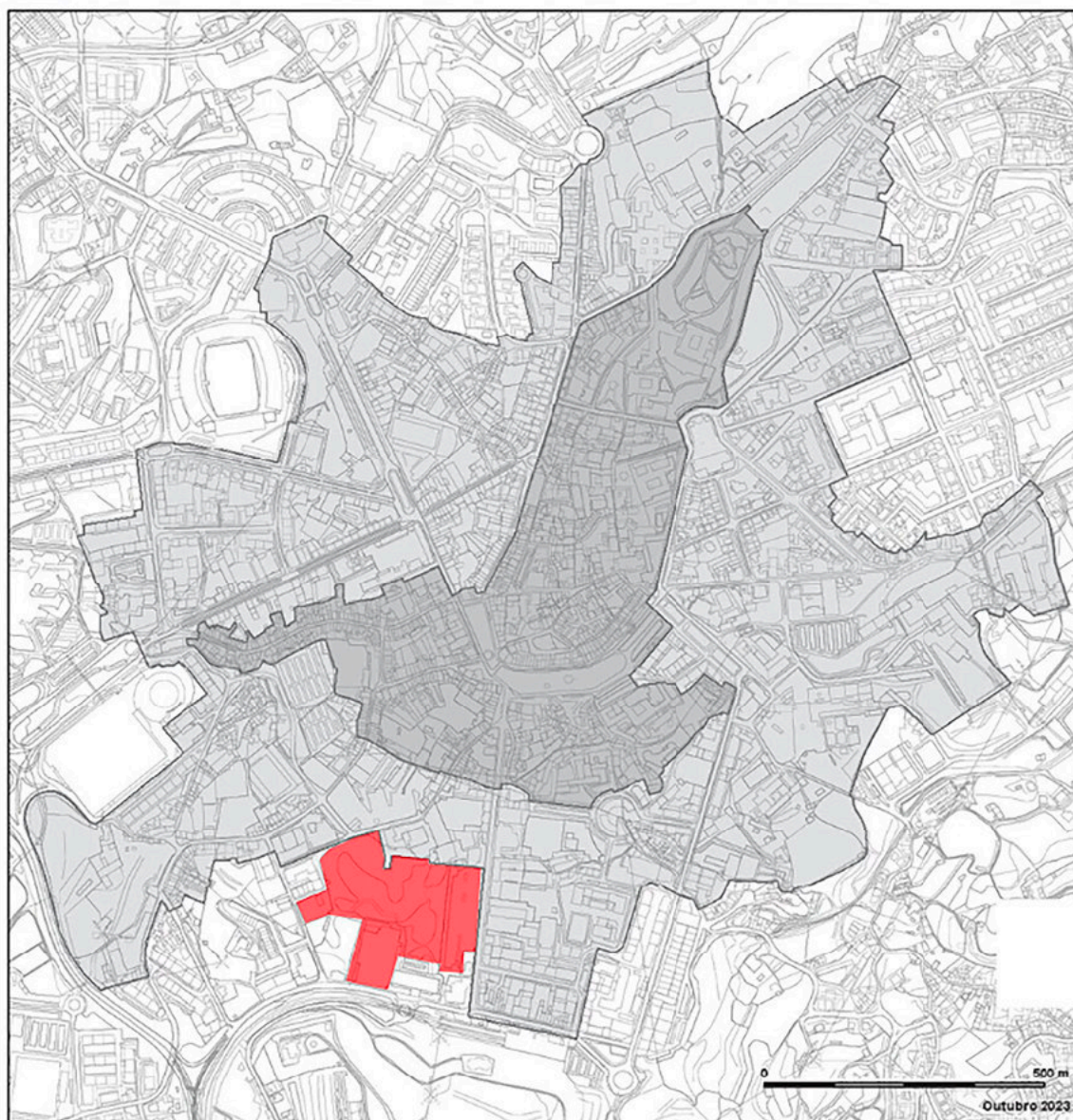


Fig.1. Implantação da área de estudo na Carta com área de Património Mundial Centro Histórico de Guimarães e Zona de Couros.

2. METODOLOGIA

A metodologia empregue apresentou duas vertentes:

- Pesquisa exaustiva de toda a documentação escrita, cartográfica, gráfica e fotográfica passível de ser encontrada utilizando para tal fontes públicas, nomeadamente o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, para a recolha de processos de licenciamento, fontes particulares para a recolha nomeadamente de material fotográfico, assim como bibliografia através de publicações monográficas, artigos científicos e trabalhos académicos referentes à indústria têxtil de Guimarães e as fábricas têxteis abrangidas directa ou indirectamente pelo processo.
- Prospecção arqueológica. Considerando que à data da elaboração deste Prospector de Património, as edificações localizadas no terreno em estudo já tinham sido demolidas e o terreno tinha sofrido uma transformação total ao nível da sua topografia, resultante dos trabalhos de loteamento e implantação das infra-estruturas, a prospecção arqueológica limitou-se à realização de um levantamento fotográfico dos lotes e das ocorrências patrimoniais identificadas no interior e na envolvente imediata da área em estudo.

A base metodológica aplicada para o Estudo de Referência ao nível de Descritor do Património teve como base a Circular do Património Cultural IP de 29/03/2023 sobre os Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Cultural em Avaliação de Impacto Ambiental.

São consideradas como Ocorrências Patrimoniais relevantes, materiais, estruturas e sítios, agrupando-os da seguinte forma:

- Elementos abrangidos por figuras de protecção, Imóveis Classificados ou outros Monumentos e sítios incluídos nas cartas de condicionantes do PDM (Plano Director Municipal). No caso dos monumentos classificados ou em vias de classificação, a Lei nº. 107/2001 de 8 de setembro determina o estabelecimento imediato de uma zona geral de protecção de 50m, que poderá vir a ser alargada nos casos em que tal se justificar (zona especial de protecção), ou a delimitação de uma zona tampão, quando tal se aplica a bens classificados como Património Mundial;
- Elementos de reconhecido interesse patrimonial ou científico que, não estando abrangidos no item anterior, constem de trabalhos científicos ou de inventários patrimoniais;
- Elementos caracterizadores e tipificantes de uma efectiva humanização do território, da sua estruturação, organização e exploração em moldes tradicionais. É também estabelecido um critério de definição das ocorrências consideradas como integráveis no tratamento deste Documento:
- Vestígios arqueológicos per si (quer achados isolados, quer áreas de concentração de materiais e/ou estruturas);
- Vestígios de vias viária e caminhos antigos;
- vestígios de mineração, pedreiras e extração de outras matérias-primas;
- Estruturas hidráulicas e industriais;
- Estruturas defensivas e de limitação de propriedade;
- Estruturas de apoio a atividades agro-pastoris;
- Estruturas funerárias e/ou religiosas.

No presente Estudo, estes dados são denominados, de forma genérica, como Ocorrências Patrimoniais, doravante designadas também de O.P.

A natureza do património é assim dividida em três categorias distintas:

- Património arqueológico;
- Património arquitectónico;
- Património etnográfico.

Porém, esta atribuição não se apresenta como linear. O limiar conceptual entre o que é integrável em qualquer uma das vertentes não é claro e não são categorias estanques.

Uma mesma ocorrência pode enquadrar-se em duas ou mesmo nas três. Na Tabela de referenciação de ocorrências, é escolhido salientar aquela em que cada registo adquire particular destaque, ponderando toda a subjetividade implícita na escolha.

São tidos em atenção dois tipos de impacte que poderão ocorrer:

- Impacte direto negativo, quando o Elemento Patrimonial sofresse destruição;
- Impacte indireto negativo, quando a Ocorrência Patrimonial pudesse ser afetado visualmente, pela passagem de maquinaria e pessoal afetos à obra ou devido ao revolvimento de solos na sua proximidade.

Os materiais arqueológicos que pudessem vir a ser recolhidos seriam devidamente tratados (lavagem, marcação) e inventariados, sendo os mais significativos desenhados e fotografados.

Após a conclusão dos trabalhos seriam acondicionados em contentor padronizado e entregues na extensão correspondente do Património Cultural, IP.

2.1. DEFINIÇÃO DO ÂMBITO

Caracterização da situação de referência para o fator ambiental Património Cultural, com vista à identificação das questões significativas associadas às fases prévias à construção, de construção, exploração e desativação (i. e., identificação e avaliação de potenciais impactes significativos):

- 1 Realização de pesquisa bibliográfica e documental, incluindo os documentos resultantes de anteriores procedimentos de AIA e Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) que se sobreponham à área do projeto;
- 2 Consulta das bases de dados da administração do Património Cultural (organismos competentes da administração do Património Cultural e autarquias locais) e de outras entidades, relativas ao Património arqueológico e arquitetónico;
- 3 Síntese histórico-arqueológica da Área de Estudo e Áreas de Incidência do projeto.

2.2. AVALIAÇÃO

A Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) sustenta-se, entre outros, na elaboração de um Estudo de Impacte Ambiental (EIA), tendo em vista uma decisão sobre a viabilidade da execução dos projetos e respetiva Pós-Avaliação (PA). Com esta finalidade, nesta fase são implementados os seguintes procedimentos:

- Definição da Área de Estudo (AE) para o fator ambiental Património Cultural, bem como das áreas de Incidência Direta (AID) e Indireta (AI) do projeto. Tendo como objetivo contextualizar a área do projeto do ponto de vista do Património Cultural, entende-se por AE

a área situada entre o limite da AID e a que se estende até um mínimo de 1000 metros para além dos limites definidos no mesmo. Entende-se por AID do projeto aquela que é diretamente afetada pela execução e exploração do mesmo. Entende-se por All do projeto aquela que é passível de ser afetada no decorrer da implementação do mesmo, ou seja, que se estende entre a AID e 50 metros para além dos seus limites.

- Descrição e caracterização da situação de referência para o fator ambiental Património Cultural:

- a. Realização de pesquisa bibliográfica e documental, incluindo os documentos resultantes de anteriores procedimentos de AIA e os IGT que se sobreponham à área do projeto;

- b. Consulta das bases de dados da administração do Património Cultural (organismos competentes da administração do Património Cultural e autarquias locais), e de outras entidades, relativas ao Património arqueológico e arquitetónico; A pesquisa bibliográfica e Documental baseia-se nas seguintes fontes de informação: Bibliografia específica, Documentação, Cartas Arqueológicas, Inventários de Património Arqueológico e Arquitetónico, Carta de condicionantes do PDM (Planos de Pormenor Municipais); Inventários Patrimoniais de organismos públicos (Consultadas as seguintes bases de dados), <http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=sitios> Portal do Arqueólogo: Sítios (Base de Dados Nacional de Sítios Arqueológicos, designada Endovélico)¹ da responsabilidade do Património Cultural, IP, <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/>, www.patrimoniocultural.pt/flexviewers/Atlas_Patrimonio/default.htm, Ulysses, sistema de informação do património classificado/ do Património Cultural, IP, http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx SIPA, Sistema de Informação para o Património Arquitetónico³ da responsabilidade do Património Cultural, IP, <http://viasromanas.pt/> Vias Romanas em Portugal;

Itinerários 5 da autoria de Pedro Soutinho, Contactados investigadores com publicações ou projectos de investigação sobre a área em Estudo;

- c. Recolha de informação oral de carácter específico ou indiciário;

- d. Análise toponímica e fisiográfica da cartografia, incluindo a histórica e cadastral, complementada pela análise de ortofotomapas, sempre que se revele pertinente; Análise toponímica da cartografia nos suportes cartográficos disponíveis para a zona em Estudo, nomeadamente a Carta Militar de Portugal na escala 1: 25 000 (IGeoE). Frequentemente, através do levantamento toponímico, é possível identificar designações com interesse, que reportam a existência de elementos construídos de fundação antiga, designações que sugerem tradições lendárias locais ou topónimos associados à utilização humana de determinados espaços em moldes tradicionais. Desta forma, são apresentados os testemunhos que permitem ponderar o potencial científico e o valor patrimonial da área de incidência do projeto e da sua envolvente. Análise Fisiográfica permite a observação de condições orohidrográficas que possibilitem a interpretação de estratégias de povoamento. As características próprias do meio determinam a especificidade e a implantação mais ou menos estratégica de alguns valores patrimoniais. As condicionantes do meio físico refletem-se ainda na seleção dos espaços onde se instalaram os núcleos populacionais e as áreas nas quais foram desenvolvidas atividades depredadoras ou produtivas ao longo dos tempos. Assim, a abordagem da orohidrografia do território é indispensável na interpretação das estratégias de povoamento e de apropriação do espaço, mas é também uma etapa

fundamental na planificação das metodologias de pesquisa de campo e na abordagem das áreas a prospectar.

e. Elaboração do enquadramento histórico e arqueológico da AE;

f. Relocalização no terreno dos dados previamente recolhidos, quer se localizem na AID quer na AII;

g. Prospeção arqueológica sistemática das áreas de implantação das componentes do projeto que não apresentem alternativa de localização. Entende-se por prospeção sistemática o percorrer a pé todas as áreas passíveis de serem observadas arqueologicamente, devendo a mesma ser efetuada por vários prospectores em linhas paralelas com uma distância entre si não superior a 20 metros. Nos casos de projetos abrangendo grandes áreas ou na proximidade de áreas com reconhecida sensibilidade arqueológica, em situações vegetação muito densa, poderá ser recorrer-se, complementarmente, ao levantamento da AE do projeto com utilização de tecnologia LiDAR- voo combinado LiDAR e fotoaerofotogrametria (canais vermelho, verde, azul e infravermelho de proximidade com um mínimo de 120 pontos por m²). Os dados apurados deverão ser processados por um arqueólogo especialista em fotointerpretação. A apresentação de resultados deverá ser realizada em forma de relatório.

h. Em fase de Estudo Prévio (EP) ou de Anteprojeto (AP), prospeção seletiva que cubra uma amostragem correspondente no mínimo a 25% da área total de cada uma das alternativas de localização apresentadas; Entende-se por prospeção seletiva a batida de zonas criteriosamente selecionadas, como indicadores de potencial arqueológico, tendo por base a pesquisa bibliográfica.

os indícios de natureza toponímica, fisiográfica e informação oral, recolhidos previamente, e a observação direta da paisagem.

i. Em fase de Projeto de Execução (PE), prospeção sistemática das áreas a afetar pelo projeto (AID e AII), áreas a afetar no decurso da obra e ainda as correspondentes ao restabelecimento da rede viária, à construção e/ou melhoria dos acessos à obra, aos estaleiros, assim como aos locais de empréstimo e depósito de terras e / ou de dragados;

j. As áreas de projeto não prospectadas por desconhecimento da sua localização serão indicadas no relatório;

k. As áreas não prospectadas devido a outros impedimentos serão implantadas na cartografia;

l. No caso de impedimento pontual na realização da prospeção, este será justificado, discriminando as diligências efetuadas;

m. Descrição das condições de visibilidade do solo, para artefactos e estruturas, através de uma classificação simplificada e sua representação cartográfica, com sinalização das ocorrências identificadas, com trama ou cor, à escala adequada ao projeto; no caso de PE, quando se justifique, apresentar cartografia à escala de projeto (1:5 000 ou 1:2 000);

A visibilidade dos solos tem por base as seguintes unidades de observação:-
Visibilidade Nula: vegetação ou Arvoredo denso do terreno, sendo intransponível ao percurso pedestre. São ainda incluídos nesta categoria o acesso vedado ao terreno, assim como terreno com forte inclinação, não prospectado por questões de segurança. Geralmente representada a vermelho nas peças desenhadas;

- Visibilidade Parcial: Arvoredo pouco denso e com vegetação abaixo do joelho.

Alguma dificuldade na observação de materiais arqueológicos e estruturas arqueológicas, patrimoniais, arquitetónicas e etnográficas. Geralmente representada a amarelo nas peças desenhadas;

- Visibilidade Boa: Sem arvoredo, com vegetação rasteira. Facilita o percurso pedestre e a observação de materiais e estruturas arqueológicas, patrimoniais, arquitetónicas e etnográficas. Geralmente representada a verde nas peças desenhadas.

n. Atribuição de valoração às ocorrências patrimoniais identificadas, com vista à hierarquização da sua importância científica e cultural, com base nos seguintes critérios: valor da inserção paisagística, valor da conservação, valor da monumentalidade, valor da raridade regional, valor científico e valor histórico.

2.3. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTES E CRITÉRIOS UTILIZADOS

Durante os trabalhos de prospeção e levantamento documental é preenchida uma ficha específica com os critérios previamente definidos para todas as Ocorrências Patrimoniais identificadas, onde se encontram todas as informações necessárias à sua identificação in situ. Essa ficha tem por modelo a base de dados do “Endovélico” do extinto IPA e o Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) “Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico”: Nº Inventário - Número sequencial que identifica a Ocorrência Patrimonial utilizado na cartografia, nas tabelas e nas fichas de inventário (a sequência numérica é aleatória e contínua).

Projecto - Nome do projeto em que se insere o Estudo.

O.P. - Nome atribuído à Ocorrência Patrimonial identificada.

Data - Altura em que foi realizada a avaliação.

Localização Administrativa - Distrito/Concelho/Freguesia onde se localiza a Ocorrência Patrimonial.

Localização Geográfica - Todas as Ocorrências Patrimoniais são localizadas cartograficamente. (Sistema de Projeção: Hayford-Gauss; Sistema de Referência: sistema de coordenadas militares; Datum: Lisboa). Meridiano; Paralelo e Altitude (coordenadas obtidas em campo com recurso a GPS).

Topónimo - Topónimo local onde a Ocorrência Patrimonial se localiza.

Microtopónimo - Microtopónimo onde a Ocorrência Patrimonial se localiza.

Proprietário - Sempre que for possível contactar com o proprietário onde se identifica a Ocorrência Patrimonial, regista-se essa informação.

CMP - “Carta Militar de Portugal” (1999), Serviço Cartográfico do Exército (IGeoE), nº da folha na escala 1:25.000 utilizada durante o trabalho de campo.

Classificação - Imóvel Classificado ou outro tipo de proteção, com condicionantes ao uso e alienação do imóvel.

Decreto Lei - Decreto de lei da classificação do monumento.

Estado Conservação - Estado de conservação do monumento.

2.4. CARACTERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL

(Descrição das características principais de cada Ocorrência Patrimonial)

CATEGORIA		
Arqueológica	Arquitectónica	Etnográfica

Tabela 1 Categoria atribuída a cada Ocorrência Patrimonial. Distinção entre arqueológica, arquitectónica, etnográfica

TIPO DE SÍTIO				
Abrigo	Achado Isolado	Alçaria	Alinhamento	Anfiteatro
Aqueduto	Arte Rupestre	Arranjo de Nascente	Atalaia	Azenha
Balneário	Barragem	Basílica	Calçada	Canalização
Capela	Casal Rústico	Castelo	Cais	Cemitério
Cetária	Chafurdo	Cidade	Circo	Cista
Cisterna	Complexo Industrial	Concheiro	Convento	Criptopórtico
Cromeleque	Curral	Depósito	Edifício com interesse histórico	Eira
Ermida	Escultura	Estrutura com interesse histórico	Fonte	Forja
Forno	Fortificação	Fórum	Fossa	Gruta
Hipocausto	Hipódromo	Igreja	Indeterminado	Inscrição
Lagar	Laje Sepulcral	Malaposta	Mancha de Ocupação	Marco
Menir	Mesquita	Miliário	Mina	Moinho de Maré
Moinho de Vento	Mosaico	Monumento Megalítico	Muralha	Muro
Nicho	Nora	Funerário	Olaria	Palácio
Paço	Pedreira	Oficina	Poço	Pombal
Ponte	Povoado	Pelourinho	Recinto	Represa
Salina	Santuário	Povoado Fortificado	Sepultura	Silo
Sinagoga	Talude	Sarcófago	Teatro	Templo
Termas	Tesouro	Tanque	Tulhas	Via
Viaduto	Moinho de Água	Torre	Laje com Covinhas	Pias
Villa	Açude e Dique	Monte	Quinta	Alminha
	Vicus	Espigueiro	Vest. diversos	
		Cruzeiro		

Tabela 2 Tipo funcional a que se refere a Ocorrência Patrimonial (Adaptada da tabela proposta pelo IPA – Instituto Português de Arqueologia, actual Património Cultural, IP (no thesaurus do Endovelico) <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt>)

CRONOLOGIA			
Paleolítico Inferior	Paleolítico Médio	Paleolítico Superior	Epipaleolítico/Mesolítico
Neolítico	Neolítico Antigo	Neolítico Médio	Neolítico Final
Calcolítico	Calcolítico Final	Bronze Pleno	Bronze Final
Idade do Ferro	1ª Idade do Ferro	2ª Idade do Ferro	Romano
Romano Republicano	Romano Império	Romano Alto Império	Romano Baixo Império
Idade Média	Alta Idade Média	Baixa Idade Média	Islâmico
Moderno	Contemporâneo	Pré-História Antiga	Pré-História Recente
	Proto-História	Indeterminado	

Tabela 3 Cronologia da Ocorrência Patrimonial (A indicação de vários períodos cronológicos separados por “/” tem significado cumulativo)

CONTEXTO GEOLÓGICO				
Granitos	Xistos	Calcários	Aluviões	Coluviões
Argila	Calcossilicatado	Basalto	Marga	Mármore
Silex	Tufo	Turfa	Outro	Arenitos
Areias	Terraço	Depósitos argilosos	Rochas vulcânicas	Dioritos
		Terraço fluvial/cascalheira		

Tabela 4 Trata-se do contexto geológico onde se localiza a Ocorrência Patrimonial

TOPOGRAFIA				
Arriba	Planície	Colina suave	Cerro – topo	Cerro – vertente
Canhão	Encosta	Grande elevação	Outros	Pequena elevação
Planície	Rechã	Vale aberto	Vale fechado	Leito de rio ou ribeiro
Espigão de meandro fluvial	Esporão	Escarpa	Plataforma / rechã	Planalto
	Praia		Várzea	

Tabela 5 Critérios seguidos para contextualizar topograficamente a Ocorrência Patrimonial

VISIBILIDADE	
Destaca-se bem	Destaca-se medianamente
Diluída na paisagem	Escondida

Tabela 6 Critérios utilizados para caracterizar a visibilidade da Ocorrência Patrimonial no território envolvente

CONTROLO VISUAL		
Controlo visual total	Controlo condicionado	Controlo restrito (do espaço limítrofe)

Tabela 7 Nível do controlo visual que a Ocorrência Patrimonial detém sobre a paisagem

VEGETAÇÃO		
Sem vegetação	Vegetação rasteira	Arbustos ou mato denso
Floresta/mata densa	Floresta/mata pouco densa	Cultura de vinha

Tabela 8 Vegetação existente no local onde se localiza a Ocorrência Patrimonial

USO DO SOLO				
Agrícola	Turismo	Urbano	Agrícola regadio	Pastoreio
Eucaliptal	Mato	Montado	Olival	Outros
Florestal	Areeiro	Pântano	Industrial	Pedreira
Pinhal	Aterro	Baldio	Caminho	Pedregais
Agricultura manual	Agricultura mecânica	Latifúndio	Minifúndio	Socalcos
Recursos	Exploração agrícola		Pomar	Piscicultura

Tabela 9 Utilização actual do solo em que se situa a Ocorrência Patrimonial (Adaptada da tabela proposta pelo IPA – Instituto Português de Arqueologia, actual Património Cultural, IP (no thesaurus do Endovelico) <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt>). Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não são recolhidos

FONTES					
Pesquisa					
Documental	Bibliográfica	Cartográfica	Planos Municipais	Projectos de investigação	Base de dados
Trabalho de Campo		Prospecção		Informação Oral	

Tabela 10 Fonte utilizada na identificação da Ocorrência Patrimonial: pesquisa documental (no caso de ter sido previamente identificada na pesquisa documental); trabalho de campo (no caso de ter sido reconhecida durante a fase de trabalho de campo)

AMEAÇAS				
Abandono	Construção	Agrícola	Agrícola regadio	Pastoreio
Florestal	Areeiro	Pântano	Industrial	Pedreira
Erosão marinha	Erosão fluvial	Gado	Outros	Rede viária
Barragem	Aterro	Baldio	Caminho	Agentes erosivos
	Vandalismo		Vegetação	

Tabela 11 Ameaças sobre a Ocorrência Patrimonial. Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não são recolhidos

MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS	
Presença	Ausência

Tabela 12 Indica a presença ou ausência de materiais arqueológicos

DISPERSÃO DOS MATERIAIS	
Extensa	Média
Pequena	Pontual

Tabela 13 Delimitação relativa da área em que se encontram materiais arqueológicos

TIPO DE DISPERSÃO	
Continua	Dispersa
Concentrada	Progressiva

Tabela 14 Tipo de dispersão dos materiais arqueológicos

ACESSIBILIDADE		
Via Rápida	Estrada Nacional	Estrada Municipal
Estradão	Caminho de pé posto	Sem acesso

Tabela 15 Referência ao tipo de acesso à Ocorrência Patrimonial

TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS		
Conservação/Valorização	Escavação	Sondagem
Levantamento		Prospecção

Tabela 16 Caso existam, referencia aos trabalhos arqueológicos pré-existent em relação à Ocorrência Patrimonial

Bibliografia - Bibliografia consultada sobre a Ocorrência Patrimonial.

Localização Face ao Projecto - Descrição da localização da Ocorrência Patrimonial em relação ao projecto, indicando-se as relações de proximidade. As distâncias da Ocorrência Patrimonial às unidades de projecto foram medidas em metros sobre a CMP à escala 1: 25000.

Descrição - Descrição da Ocorrência Patrimonial em termos de localização, características construtivas e materiais utilizados, dimensões, etc. Assim como a descrição dos materiais identificados durante o trabalho de campo (tipologia, cronologia, quantidade...). Indicação dos materiais arqueológicos móveis recolhidos e a indicação do depósito provisório.

2.5. CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL

Análise, a mais objetiva possível, a partir dos dados disponíveis da importância da Ocorrência Patrimonial Adaptado do Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) “Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico”)

Valor Arqueológico - Relativo ao seu valor como sítio arqueológico.

Valor Arquitectónico - Relativo à importância da arquitectura da Ocorrência Patrimonial encontrada.

Valor Histórico - Relativo à importância que pode assumir como documento para a história local/nacional.

Valor Etnográfico - Relativo à importância que pode assumir como elemento representativo de técnicas e modos de vida locais ou regionais tradicionais.

Representatividade - Relativo ao tipo de contexto e numa escala regional.

Potencial Científico - Relativo à importância que pode assumir para a investigação de determinada realidade e período.

Interesse Público - Relativo à sua possibilidade de utilização pedagógica junto do público em geral e escolar em particular.

Grau de Conservação - Relativo ao estado de conservação e à especificidade da Ocorrência Patrimonial. Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não são recolhidos.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL					
Valor Arqueológico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Valor Arquitectónico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Valor Histórico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Valor Etnográfico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Representatividade	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Potencial Científico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Interesse Público	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Grau de Conservação	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado

Tabela 17 Hierarquização do interesse patrimonial da Ocorrência Patrimonial no conjunto do inventário de acordo com os seguintes critérios: Elevado: Imóvel Classificado (Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público, etc) ou ocorrência não classificada (sítio, conjunto ou construção, de interesse arquitectónico ou arqueológico) de elevado valor científico, cultural, representatividade, raridade, antiguidade, monumentalidade, a nível nacional. Médio: Ocorrência Patrimonial (arqueológica, arquitectónica, etnográfica) não classificada de valor científico, cultural e/ou raridade, antiguidade, monumentalidade (características presentes no todo ou em parte), a nível nacional ou regional. Reduzido: Aplica-se a Ocorrências Patrimoniais que em função do seu estado de conservação, antiguidade, valor científico, arcaísmo, complexidade, antiguidade e inserção na cultura local não são representativos a nível nacional ou regional. Sem interesse: Atribuído a construção actual ou a Ocorrência Patrimonial de interesse patrimonial totalmente destruído. Indeterminado: Quando as condições de acesso ao local, a cobertura vegetal ou outros factores impedem a observação da Ocorrência Patrimonial (interior e exterior no caso das construções)

2.6. AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO

Para além da caracterização e importância da Ocorrência Patrimonial, foi considerado o tipo de Impacte a que a Ocorrência Patrimonial está sujeita, assim como as medidas de Mitigação Adaptado do Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) “Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico”.

Magnitude do Impacte - Corresponde ao grau de afectação de impacte na Ocorrência Patrimonial.

Área Sujeita a Impacte - Dimensão do impacte a Ocorrência Patrimonial (salienta-se a importância da definição das áreas de dispersão dos materiais).

Probabilidade – Consiste no grau de certeza sobre a existência de impacte sobre a Ocorrência Patrimonial.

Fase de Ocorrência – Fase de implantação do projecto em que irá ocorrer o impacte.

Carácter de Impacte – O impacte da Ocorrência Patrimonial poderá ser de carácter Direto ou Indireto. Direto quando significa a destruição da Ocorrência Patrimonial em causa, Indireto quando significa a alteração do seu contexto primitivo.

Tipo de Impacte - Relativo ao período de tempo de impacte sobre da Ocorrência Patrimonial.

AVALIAÇÃO DE IMPACTE					
Magnitude do Impacte	Elevado ($\geq 95\%$)	Médio ($\geq 60\% < 95\%$)	Reduzido ($\geq 30\% < 60\%$)	Pontual ($< 30\%$)	Indeterminado(0%)
Área Sujeita a Impacte	Elevado ($\geq 95\%$)	Médio ($\geq 60\% < 95\%$)	Reduzido ($\geq 30\% < 60\%$)	Pontual ($< 30\%$)	Indeterminado(0%)
Probabilidade	Certo	Muito provável	Possível	Pouco provável	
Fase de Ocorrência	Construção		Exploração	Desativação	
Carácter de Impacte		Indireto		Direto	
Tipo de Impacte		Temporário		Permanente	

Tabela 18 O grau de afectação do impacte na Ocorrência Patrimonial

Mediante os resultados obtidos na Classificação Patrimonial e na Avaliação de Impacte estabeleceram-se diferentes Níveis de Condicionantes que a Ocorrência Patrimonial impõe ao desenvolvimento do projeto, através de parâmetros específicos e objetivos, facilitando a sua inclusão dentro do projeto (Adaptado do Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) “Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico”).

NÍVEL DE CONDICIONANTE	
Nível 5	Condiciona a obra e as acções intrusivas, impondo uma delimitação rigorosa da área protegida até 50m em torno (conforme estabelecido na legislação)
Nível 4	Impacte Severo - Embora não impeça o prosseguimento do projeto, impõe um estudo exaustivo prévio do sítio arqueológico, a necessidade de uma avaliação da área efetiva dos vestígios e a sua aprofundada caracterização, através da realização de escavação arqueológica da área total afetada
Nível 3	Impacte Moderado - Embora não impeça o prosseguimento do projeto, impõe um estudo de diagnóstico prévio do sítio arqueológico, a necessidade de uma avaliação da área efetiva dos vestígios e a sua aprofundada caracterização, através da realização de sondagens de diagnóstico
Nível 2	Impacte Compatível - Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto, devendo, mesmo assim, ter o devido acompanhamento arqueológico de obras. Inclui-se nesta categoria o registo e caracterização de Ocorrências Patrimoniais, ou a sua sinalização e vedação
Nível 1	Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto

Tabela 19 Correspondendo às áreas de impacte expostas procedeu-se à definição de uma gradação de condicionantes consequentes

Por último, indica-se a Medida Minimizador mais apropriada a seguir para cada Ocorrência Patrimonial

MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

Medida de classe A	Em caso de Impacte Severo sobre um sítio arqueológico, preconiza-se a realização de escavação arqueológica da área total afetada que venha a sofrer um tipo de afetação direta de forma a avaliar a sua relevância científica. Estas podem ser mecânicas (quando os sítios não revelem indícios claros de conservação de contextos in situ e apresentem à superfície, numa grande extensão, manchas de dispersão de vestígios esparsos); ou manuais (sempre que exibam estruturas ou concentrações significativas de materiais arqueológicos ou outros indícios claros de conservação de contextos in situ)
Medida de classe B	Em caso de Impacte Moderado sobre um sítio arqueológico, preconiza-se a realização de sondagens de diagnóstico em todos os sítios arqueológicos que venham a sofrer um tipo de afetação direta de forma a avaliar a sua relevância científica. Estas podem ser mecânicas (quando os sítios não revelem indícios claros de conservação de contextos in situ e apresentem à superfície, numa grande extensão, manchas de dispersão de vestígios esparsos); ou manuais (sempre que exibam estruturas ou concentrações significativas de materiais arqueológicos ou outros indícios claros de conservação de contextos in situ)
Medida de classe C	Prospecção sistemática das áreas classificadas na cartografia como de visibilidade parcial ou nula
Medida de classe D	Prospecção sistemática de toda a área de afetação da Ocorrência Patrimonial antes e depois de se proceder à desmatização até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais. Elaboração de memórias descritivas para salvaguarda futura, com descrição das características morfo-funcionais, cronologia, estado de conservação, enquadramento cénico/paisagístico, bem como registo gráfico e fotográfico, e levantamentos topográficos, incluindo perfis e alçados, georreferenciados
Medida de classe E	Sinalização e/ou vedação com recurso a fita sinalizadora da Ocorrência Patrimonial quando aplicável com afetação indireta para que não sofra nenhum tipo de afetação direta pela circulação de pessoas e maquinaria. É ainda recomendado o levantamento gráfico e fotográfico exaustivo
Medida de classe F	Devido à localização de difícil acesso e de ficar submersa conforme as marés e por isso não ser possível a vedação e sinalização, recomenda-se o levantamento gráfico e fotográfico exaustivo. Mais se considera que o arqueólogo deverá sensibilizar o empreiteiro para a não afetação durante a empreitada
Medida de classe G	Sempre que a fase de projecto o permita, deverão ser equacionadas, em termos de viabilidade técnica e de custos a alteração ou ratificação do projeto
Medida de classe H	Preservação da Ocorrência Patrimonial em caso de afetação direta, através da sua transferência ou transladação
Medida de classe I	Monitorização e vigilância periódica na fase de exploração (por períodos de pelo 3 anos) do estado de conservação da Ocorrência Patrimonial situada na área de incidência do projeto ou nos principais acessos. Esta medida deve ser executada por especialista independente (arqueólogo) contratado pelo dono da obra e inclui a apresentação de relatórios de visita à entidade de tutela sobre o património arqueológico e comunicação às entidades competentes dos efeitos negativos detectados

Medida de classe J	Prospecção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais, com registo fotográfico e gráfico do processo seguido
Medida de classe K	Qualquer demolição ou alteração das ocorrências patrimoniais identificadas carece da realização de uma descrição da Ocorrência, do registo gráfico e fotográfico e acompanhamento arqueológico de qualquer trabalho em fase de construção
Medida de classe L	Trabalhos prévios de conservação e consolidação de estruturas que se revelem suscetíveis de sofrerem danos ou deterioração causados pela implementação do projeto
Medida de classe M	Recurso prévio a modelos de diagnóstico preditivos, através de métodos geofísicos ou outros, quando devidamente justificado
Medida de classe N	Avaliação espeleo-arqueológica de cavidades subterrâneas de génese natural (cársica, vulcânica, tectónica, erosiva) ou antrópica (minas, criptas, condutas)
Medida de classe O	Levantamento gráfico e fotográfico exaustivo, assim como realização de Memória Descritiva.

Tabela 20 Recomendações a seguir em cada uma das Ocorrências Patrimoniais

2.6. REGISTO E INVENTARIO

Nesta fase é elaborado um Relatório de sintetização dos resultados obtidos. Uma cópia desse Documento, após o seu terminus e aprovado pela entidade adjudicadora (o que deverá suceder até 30 dias após a sua entrega), é obrigatoriamente enviada ao Património Cultural, IP, de acordo com Dec. Lei 164/2014, de 04 de Novembro que Regulamenta os Trabalhos Arqueológicos.

Os relatórios destes trabalhos arqueológicos a apresentar ao organismo competente da administração do Património Cultural devem conter, para além do disposto no artigo 15º do Decreto-Lei nº164/14, de 4 de Novembro, os seguintes elementos:

- Breve descrição do projeto, com indicação da fase em que se encontra – AP, EP, PE – e no caso do RECAP, descrição e demonstração do cabal cumprimento das condições impostas na DIA e/ou na DCAPE;
- Descrição das ações para execução das infraestruturas/componentes do projeto que se prevê terem afetação direta ou indireta sobre o património, e explicitação de quais as correspondentes áreas de afetação direta e potencial afetação indireta;
- descrição da metodologia utilizada tendo em conta a fase do projeto;
- Indicação das áreas de projeto não prospetadas por desconhecimento da sua localização, e respetiva implantação cartográfica;
- Caraterização da situação de referência, com informação sobre as distâncias de cada ocorrência (considerando os limites exteriores) relativamente às áreas de afetação direta e indireta do projeto;
- Apresentação de uma ficha de caraterização patrimonial com descrição e localização, por cada ocorrência identificada; A ficha de caracterização patrimonial deverá, pelo menos, conter as seguintes informações: número de inventário, coordenadas, topónimo, correlação com o CNS (endovelico, Sistema de Informação e Gestão Arqueológica), tipo, cronologia, descrição, registo fotográfico, potencial científico, grau de conservação e interação com o projeto (impacte).

- g) Identificação e avaliação dos impactes, com explicitação dos critérios utilizados nas diversas fases (construção, exploração, desativação);
- h) Proposta dos adequados ajustes ao projeto e medidas de minimização de carácter geral e específico, com a avaliação da eficácia das medidas propostas, a identificação dos impactes residuais, após a aplicação das mesmas, e eventuais medidas de compensação destes;
- i) Plano de Monitorização do Património Cultural na fase de exploração, nos casos aplicáveis;
- j) Cartografia comparativa da prospeção proposta/realizada, com indicação das lacunas de conhecimento (deficiências na prospeção);
- k) Cartografia do projeto com sinalização e numeração das ocorrências identificadas, à escala 1: 25 000. Quando em PE deverá ser também apresentada à escala (1:50 000 ou 1:2 000), com respetivo levantamento topográfico/batimétrico;
- l) Demonstração da progressão da prospeção no terreno, através de fotografia com referência na cartografia;
- m) No caso dos projetos referidos em 5. do Capítulo I, cartografia do projeto com indicação da natureza dos fundos subaquáticos;
- n) Cartografia individualizada e georreferenciada das áreas de dispersão/implantação das ocorrências patrimoniais identificadas (polígonos com áreas de dispersão/concentração de materiais arqueológicos ou de implantação de estruturas, incluindo áreas mínimas para proteção dos vestígios);
- o) Descrição das condições de visibilidade do solo através de uma classificação simplificada e sua representação cartográfica, com sinalização das ocorrências identificadas, com trama ou cor, à escala adequada ao projeto; no caso de PE, quando se justifique, apresentar cartografia à escala de projeto (1:5 000 ou 1:2 000);
- p) Cartografia do projeto com implantação dos dados geofísicos (caso se opte por esta metodologia);
- q) Apresentação em formato digital dos dados brutos recolhidos através da prospeção geofísica (caso se opte por esta metodologia);
- r) Apresentação e análise de dados geológicos (caso tenham sido efetuados trabalhos de sondagem geológica no local de implantação do projeto);
- s) Apresentação de síntese da situação de referência, avaliação de impactes e medidas de minimização a incluir no Resumo Não Técnico (RNT).

As fichas que acompanham a este Descritor de Património foram elaboradas atendendo mormente às especificidades metodológicas do Guia do ICOMOS, através da sua publicação “Orientações para a Avaliação de Impactes em Bens Culturais Património Mundial” Uma publicação do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios, de janeiro de 2011 (versão em Língua Portuguesa -Março de 2018), assim como o modelo da base de dados do Endovélico e o Documento de Trabalho, Versão 1 “ Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico da APA. Para os campos de Classificação Patrimonial e Avaliação de Impacte e Mitigação.

O inventário dos elementos patrimoniais arqueológicos e arquitetónicos consubstanciou-se em fichas, que incluem os seguintes campos:

- Número;
- Designação;
- N.º da folha da Carta Militar de Portugal;
- Coordenadas e altitude;
- Categoria (arqueológico, arquitetónico, vernacular);
- Tipologia;
- Cronologia;
- Divisão administrativa e povoação mais próxima;
- Morfologia do terreno;
- Visibilidade para estruturas e visibilidade para artefactos;
- Localização relativamente ao projeto (e à alternativa de projeto);
- Uso do solo;
- Classificação;
- Referência em inventários e bases de dados;
- Fontes de informação;
- Descrição;
- Espólio recolhido;
- Registos fotográficos e gráficos;
- Relações com outros elementos;
- Estado de conservação (Bom / Regular / Mau / Em perigo / Destruído / Desconhecido);
- Autenticidade (Elevada / Média / Reduzida / Desconhecida);
- Integridade (Elevada / Média / Reduzida / Desconhecida);
- Sensibilidade (Elevada / Média / Reduzida / Desconhecida);
- Importância (Muito elevada / Elevada / Média / Reduzida / Negligenciável / Desconhecida);
- Causa do impacto;
- Probabilidade de ocorrência do impacto (Certo / Provável / Pouco provável / Improvável / Impacte não identificado);
- Incidência do impacto (Direta / Indireta);
- Magnitude do impacto (Elevada / Moderada / Reduzida / Negligenciável / Nula);
- Duração do impacto (Permanente / Temporário);
- Reversibilidade do impacto (Reversível / Parcialmente reversível / Irreversível)
- Capacidade de mitigação do impacto (Minimizável / Compensável / Não minimizável nem compensável);
- Medidas preventivas;
- Medidas de minimização;
- Monitorização;
- Significado do impacto (Elevado / Moderado / Reduzido / Negligenciável / Neutro);
- Data de preenchimento da ficha;

3. MEIOS TÉCNICOS

A Coordenação Científica dos trabalhos é da responsabilidade do Arqueólogo Ricardo Erasun Cortés como representante da Firma Arqueoges, Arqueologia e Gestão de Património, Unip. Lda, tendo sido o assinante do relatório e o responsável da prospecção arqueológica de campo.

4. SÍNTESES HISTÓRICO PATRIMONIAL

O terreno que se pretende urbanizar e alvo deste Descritor de Património Cultural, está localizado na freguesia de Urgezes, no concelho de Guimarães, tendo como limites físicos a Norte a rua da Caldeiroa, a Sul a Estrada N105, a Este a Avenida Dom Afonso Henriques e a Oeste a rua dos Cães de Pedra. Está situado nos terrenos da antiga Quinta dos Cães de Pedra, abrangendo dentro dos seus limites físicos as Ocorrências Patrimoniais (O.P.) o casario da Quinta dos Cães de Pedra (O.P. 1), a Fábrica do Minhoto ou Fábrica de Herculano & Pimenta (O.P. 2), a Fábrica do Cavalinho (O.P. 3) e a Fábrica de Jodimonte (O.P. 4).

Incluem-se nesta listagem, por encontrar-se dentro da área limítrofe, a uma distância máxima de 150 m, o Palácio Vila Flor (O.P. 5), a Fábrica do Arquinho (O.P. 6), a Fábrica de Fiação e Tecidos da Madroa (O.P.7), a Ponte da Madroa ou de Vila Nova (O.P. 8), a Fábrica de Curtumes da Madroa (O.P.9) e a Fábrica de Curtumes Joaquim Luciano Guimarães (O.P.10).

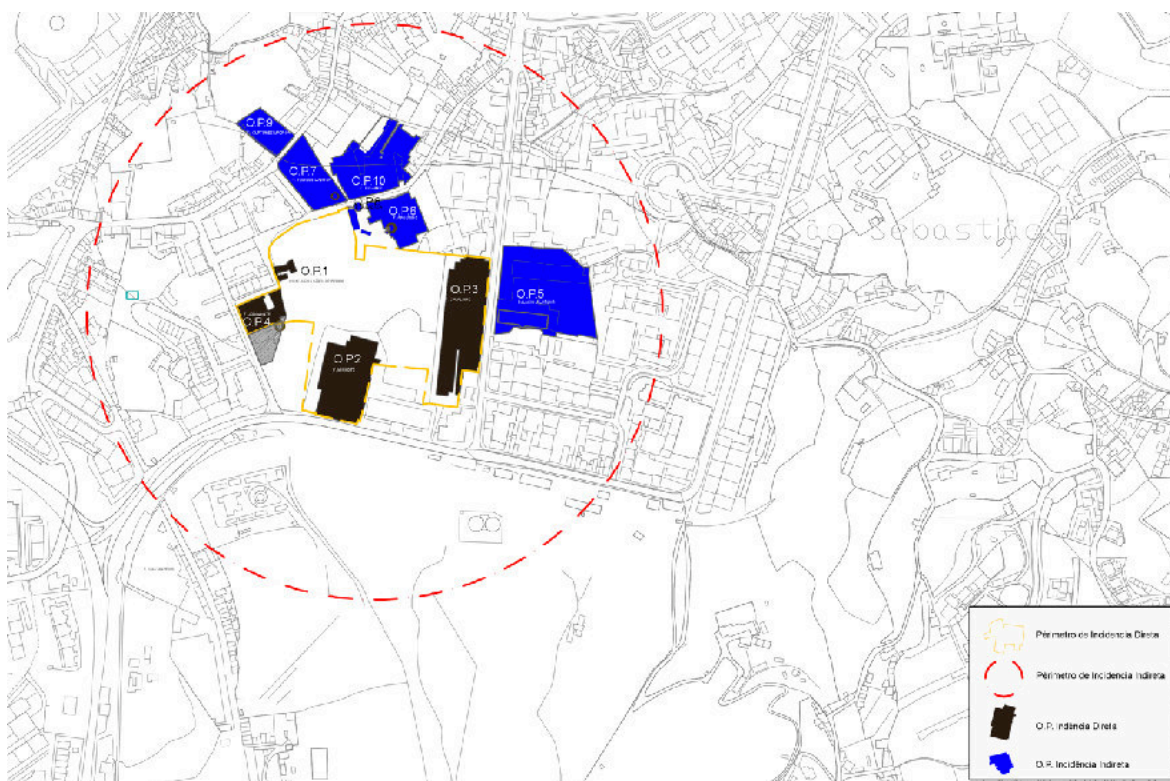


Fig.2. Planta de Guimarães com indicação das O.P. identificadas na área de Incidência Direta e na área de Incidência Indireta dentro de uma área envolvente de 150m.

4.1. QUINTA DOS CÃES DE PEDRA (O.P. 1)

Coordenadas: 41° 26'16" N e 8° 18' 56" W. X: -13853 Y: 196527.92. CMP.85. Cota: 176,50

A referência gráfica mais antiga para esta zona encontra-se na Planta de Guimarães de 1569. No limite Sul da planta está representada a rua da Caldeiroa, que desce do Toural para desembocar no rio de Couros. O curso do rio, que neste ponto atualmente está encanado sendo parte da rua da Caldeiroa, era atravessado nesta zona pela Ponte de Vila Nova. O quarteirão representado fecha no seu lado Oeste pela rua das Molianas que pelo seu traçado poderá ser o início do caminho que dará lugar à atual rua dos Cães de Pedra.



Fig.3, Pormenor da Planta de Guimarães de 1569 com indicação da ponte de Vila Nova, rua da Caldeiroa e rua das Molianas.

Segundo a Dr.^a Fatima Lopes << estas terras pertenciam ao Casal do Minhoto, também conhecido como São Francisco, o Velho¹. Documentos do século XVII descrevem o Casal do Minhoto composto por um pardieiro, que em tempos fora uma casa-cozinha, rodeado por campos agrícolas. No século XVIII, tanto o Minhoto como o Minhotinho eram propriedades de Tadeu Luís António Lopes de Carvalho. Dentro das chamadas "portas fronhas", ainda se encontrava uma casa térrea com cobertura de colmo, erguida sobre um pequeno barroco, e junto de um pequeno cortelho. Já em 1765, essas modestas construções encontravam-se em ruínas, restando apenas a lembrança da sua existência. >>

Será nesta segunda metade do séc. XVIII que se levanta a cerca com o portão brasonado e as edificações que configuravam, ainda nos inícios do séc. XXI, a denominada como Quinta dos cães de Pedra, assim chamada pelas esculturas de dois cães que rematavam os extremos do frontão partido, que coroava o portão barroco de acesso à quinta, emoldurando a << pedra de armas da família COSTA, ...?, SOARES (de Toledo) e COELHO.² >>

¹ No perímetro da quinta incluíam-se também a fábrica da Jodimonte e do Cavalinho.

² Mattos, A. 1947. PEDRAS-DE-ARMAS DE PORTUGAL. Instituto para a Alta Cultura. Edição da Livraria Fernando Machado, Porto, 1947.

Segundo a Dra. Fátima Lopes << as terras do Casal do Minhoto confinavam com a casa de Vila Flor, sendo ambas propriedades do mesmo senhor. Em 1812, a casa de Vila Flor, as terras do Cavalinho e os casais do Minhoto e do Minhotinho pertenciam a João José de Almeida Melo Velho e Lencastre, Visconde de Vila Nova, e à sua esposa, a viscondessa D. Maria Joana do Monte Forjaz da Câmara e Meneses. Nesse ano, venderam as propriedades à sua prima, D. Maria Leonor de Sousa Peixoto de Carvalho, residente no Terreiro de Santa Clara.>>

Segundo a planta aerofotogramétrica de Guimarães, escala 1:1000, de 1942, a quinta estaria constituída por várias edificações situadas junto a um portão voltado para a rua dos Cães de Pedra. Do lado Norte do Portão haveria três edifícios, que pela sua dimensão constituiriam o núcleo de habitação principal, encontrando-se do lado Sul um conjunto de edificações de apoio à Quinta.

No ano de 1981 a Quinta é propriedade de Herculano José Fernandes e sua esposa Maria de Freitas Fernandes.



Fig. 4. Perímetro da Quinta dos Cães de Pedra com a localização do casario no ano de 1942. Fig. 5. Fotografia da vista Norte da cidade de Guimarães com indicação da Quinta dos Cães de Pedra no primeiro plano. Fotografia da primeira metade do séc. XX.

Conforme se observa na aerofotografia do Google Maps do ano de 2004, a quinta já estaria nesta data ao abandono, em ruínas e afagada pelo mato, conservando-se apenas, além do portão, duas edificações com cobertura.



Fig. 6. Google Maps, 2004. Fig. 7. Google Maps, 2007. Fig. 8. Portão de entrada à quinta e Fachada do edifício de apoio.

As edificações principais foram demolidas no ano de 2007, ficando apenas uma das edificações de apoio encostadas ao portão. Este edifício, de piso térreo e piso 1, construído em perpianho, foi demolido no ano de 2020, ao abrigo do ALVARÁ DE LICENCIAMENTO DE OBRAS DE DEMOLIÇÃO N.º 139/20, Processo de Obras n.º 1368/19, emitido pela Câmara Municipal de Guimarães em nome de HJF - Imobiliária, S.A., com data de 28/02/2020, ficando apenas o portão e alguns metros lineares da cerca da Quinta.

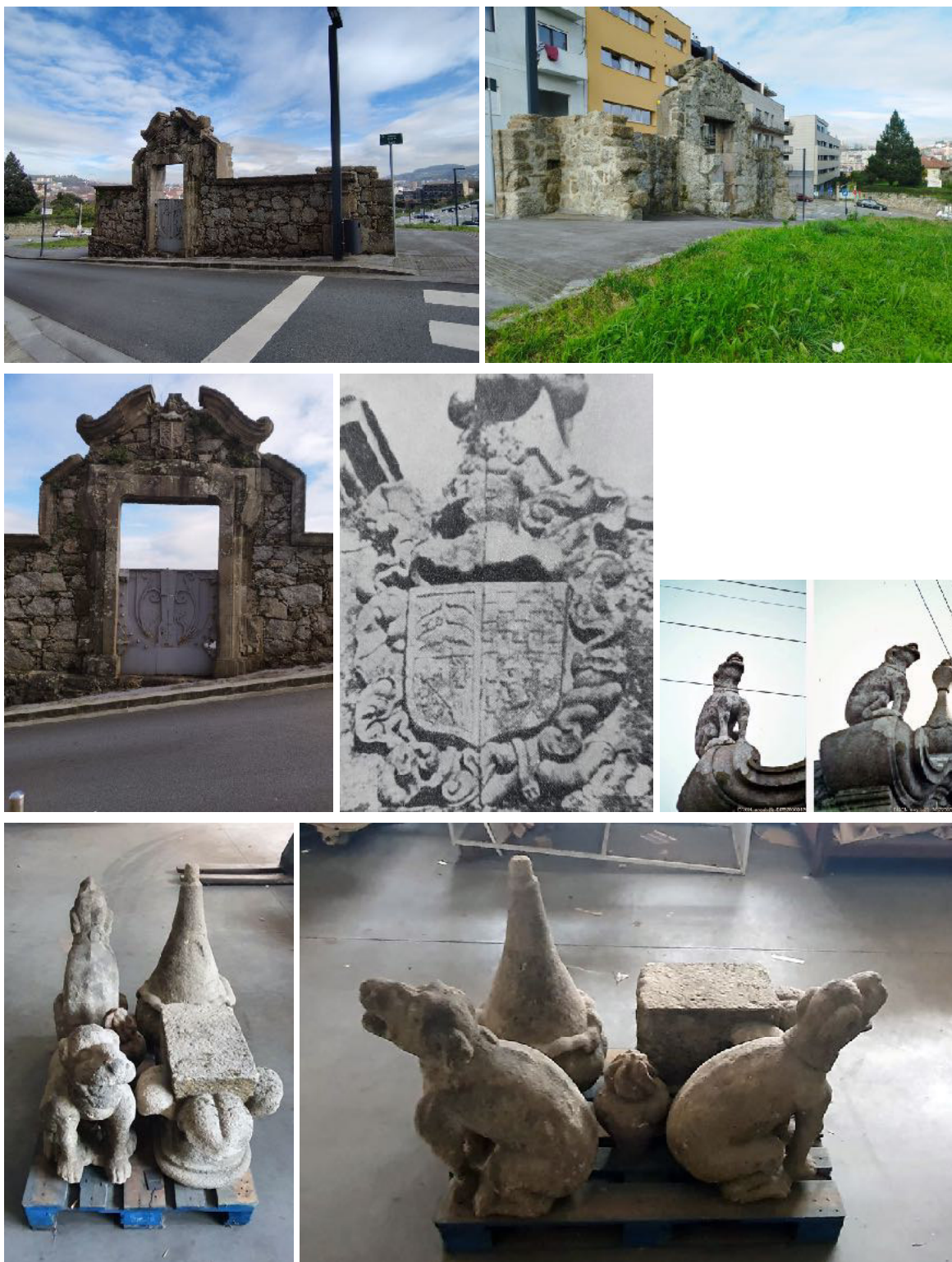


Fig. 9 e 10. Face externa e interna do Portão na atualidade. Fig. 11. Pormenor do Portão. Fig. 12. Fotografia de 1947 do pormenor da Pedra de Armas. Fig. 13. Fotografia de finais do séc. XX com os Cães de Pedra coroando o frontão. Fig. 14 e 15. Elementos escultóricos retirados à salvaguarda do proprietário HJF Imobiliária S.A.

Com a chegada do comboio a Guimarães em abril de 1884, os terrenos próximos à estação foram sendo paulatinamente ocupados por fábricas de tecelagem, no decorrer dos finais do séc. XIX e na primeira metade do Séc. XX³.

Na Avenida da Indústria, atual Avenida de Dom João VI, instalou-se a Fábrica a Vapor de Tecidos de Linho de Guimarães (Avenida), fundada no ano de 1897 por James Lickford; na Quinta dos Cães de Pedra ou Casal do Minhoto instalou-se, no ano de 1905, a Fábrica de Tecidos de Linho de Guimarães, posteriormente denominada como a Fábrica de Tecelagem do Minhoto; na rua da Caldeiroa, António José Pereira de Lima fundou em 1913 a Fábrica de Fiação e Tecidos do Arquinho e na Avenida Cândido dos Reis, atual Avenida de Dom Afonso Henriques, fundou no ano de 1923, José da Silva Gonçalves, gerente da Sociedade Mercantil do Minho, Lda., a Fábrica do Cavalinho.

³ No ano de 1844 instala-se no lugar do Castanheiro, a Sul da futura linha de comboio a Fábrica do Castanheiro, fundada por António Costa Guimarães.

4.2. FÁBRICA DO MINHOTO (O.P. 2)

Coordenadas: 41° 26'11"N e 8° 17'53"W. X: -13771.5 Y:196350.12. CMP.85 Cota: 197,00 (Artigo n.º 927)

No lugar do Minhoto, junto à estação dos comboios de Guimarães, foi fundada no ano de 1905 a Fábrica de Tecidos de Linho de Guimarães. A fábrica construída em perpianho é constituída originalmente por um corpo central de cinco naves com cobertura a duas águas e uma sala de máquinas de dois corpos e chaminé de alvenaria de tijolo.



Fig. 16. Fábrica de Tecidos de Linho de Guimarães, 1905.

Na década dos 20 do séc. XX, sendo proprietários Freitas Mendes e Fernandes & Companhia Lda, a fábrica, já denominada como fábrica de Fiação e Tecidos do Minhoto, é ampliada aumentando as naves do salão central de cinco para nove, é feita uma nova chaminé de alvenaria de tijolo, de planta retangular e levanta-se uma nova fachada principal, mais nobre, em perpianho e revestida de azulejo azul, que se manterá até à sua demolição no ano de 2022.

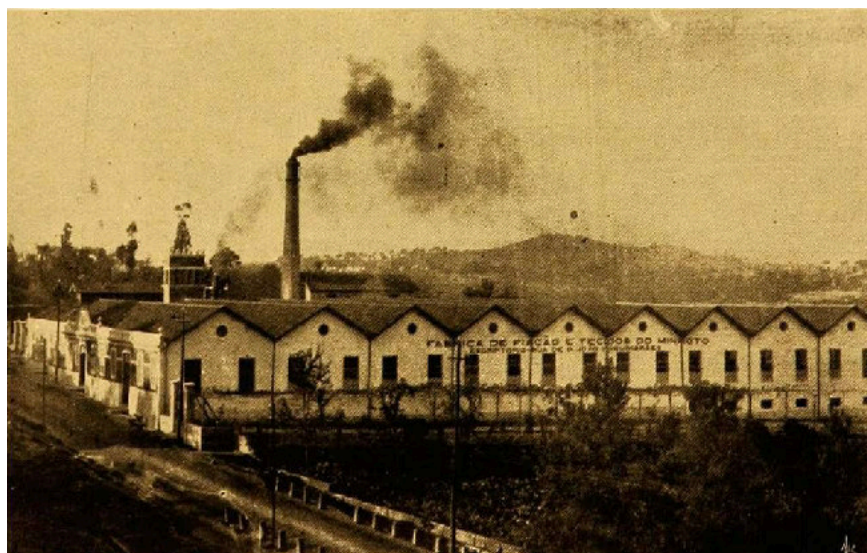


Fig. 17. Vista da Fachada Sul (principal) e Este da Fábrica de Fiação e Tecidos do Minhoto, no ano de 1930. Fig. 18. Vista da Fachada Oeste da Fábrica de Fiação e Tecidos do Minhoto, no ano de 1930. Fig. 19. Postal datado no dia 30/10/1930 da Fábrica do Minhoto vista desde o lado Sul da linha do Comboio.

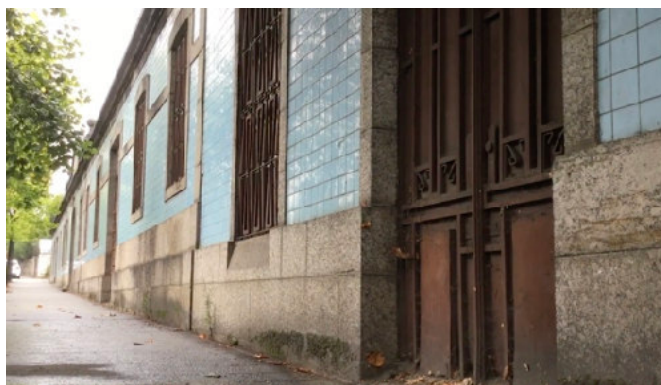


Fig.20. Fachada principal da Fábrica do Minhoto no ano de 2020,



Fig. 21. Interior da Fábrica alguns anos nos anos 60 do séc. XX. Fig. 22. O mesmo espaço antes da demolições, sendo visíveis a estrutura em colunas de ferro de suporte da cobertura.

No ano de 1934, sendo os donos Freitas Mendes e Fernandes & Companhia Lda é requerida licença ⁴ para obras de ampliação. Segundo a Memória descritiva assinada pelo Arquitecto José Luis Ferreira, a << Fábrica do Minhoto, situada no lugar do mesmo nome, da freguesia de Urgezes e à margem da estrada municipal, que pretende aumentar a sua dita fábrica com mais dois salões, destinados a varias máquinas para a sua indústria e um escritório. Para isso serão levantadas as suas paredes até nível de () em perpianho, na grossura de 30 cm, com as suas juntas tomadas a cimento tanto interior como exteriormente. Os seus alicerces irão à profundidade necessária, isto é, até encontrarem o terreno firme, e serão de alvenaria, bem travada, bem calçada e a seco. As suas coberturas serão em telha tipo Marselha e um lanterna de ferro e vidro e as madeiras a empregar par das mesma em pinho manso, previamente pintadas. Toda a caixilharia será em ferro T com bandeiras moveis. Os pavimentos serão betonilhados excepto o do escritório que será assoalhado.

⁴ (AMAP 10-18 15-3-1-69)

Finalmente em toda esta obra, que terá perfeição e solidez, tando no que diz respeito a pedreiro, como carpinteiro e trolha, observando-se-hás durante o seu decorrer todas as previsões que a Exma Câmara determina o seu código de posturas.>>

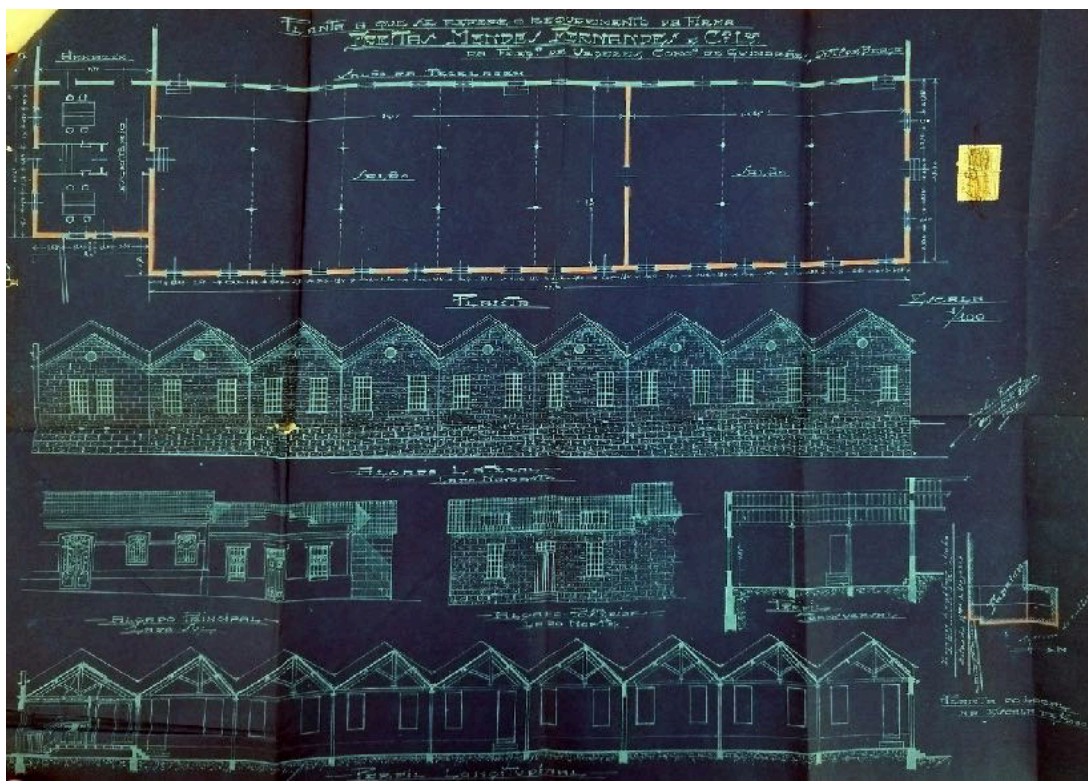


Fig. 23. Planta, alçado e cortes do projecto de ampliação apresentado em 1934.

A fábrica de Tecidos do Minhoto é vendida por Freitas Mendes Fernandes e Companhia Lda à firma Herculano & Pimenta, no ano de 1964 ou nos inícios do ano de 1965.⁵, passando-se a denominar como fábrica "Herculano & Pimenta, Lda", com prédio sito na Rua Eduardo Manuel de Almeida, freguesia de Urgezes, descrito na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóveis de Guimarães, sob o n.º 927 e inscrito na matriz urbana da respetiva freguesia, sob o artigo 623.

A nova Administração solicita no ano de 1965 licença para proceder a obras de limpeza, conservação e revisão dos telhados no edifício, não havendo constância a partir desta data, da execução na fábrica de novas intervenções de vulto.

A Fábrica de Herculano & Pimenta, Lda é demolida no mês de outubro - novembro de 2020, ao abrigo do Alvará de Licencia de Obras de Demolição N.º 139/20, Processo de Obras n.º 1368/19, emitido pela Câmara Municipal de Guimarães em nome de HJF - Imobiliária, S.A., contribuinte n.º 504732803, com data de 28/02/2020, não se tendo conservado *in situ* quaisquer vestígio das edificações que constituíam o conjunto fabril.

⁵ A firma Herculano & Pimenta, Lda., com sede na Rua de S. Gonçalo, 101, desta cidade de Guimarães, desejando proceder a obras de limpeza, conservação e revisão dos telhados no edifício recentemente adquirido onde funcionou a Fábrica de Tecidos do Minhoto, sito no lugar de Minhoto, freguesia de Urgezes, deste concelho, vem solicitar & V. Exa, licença para os referidos trabalhos pelo prazo de 90 dias, não ocupando a via pública para depositar materiais. 25/03/1965, AMAP (6-18-37-12).



Fig. 24 a 26. Fábrica do Minhoto durante as demolições. Ano de 2020.

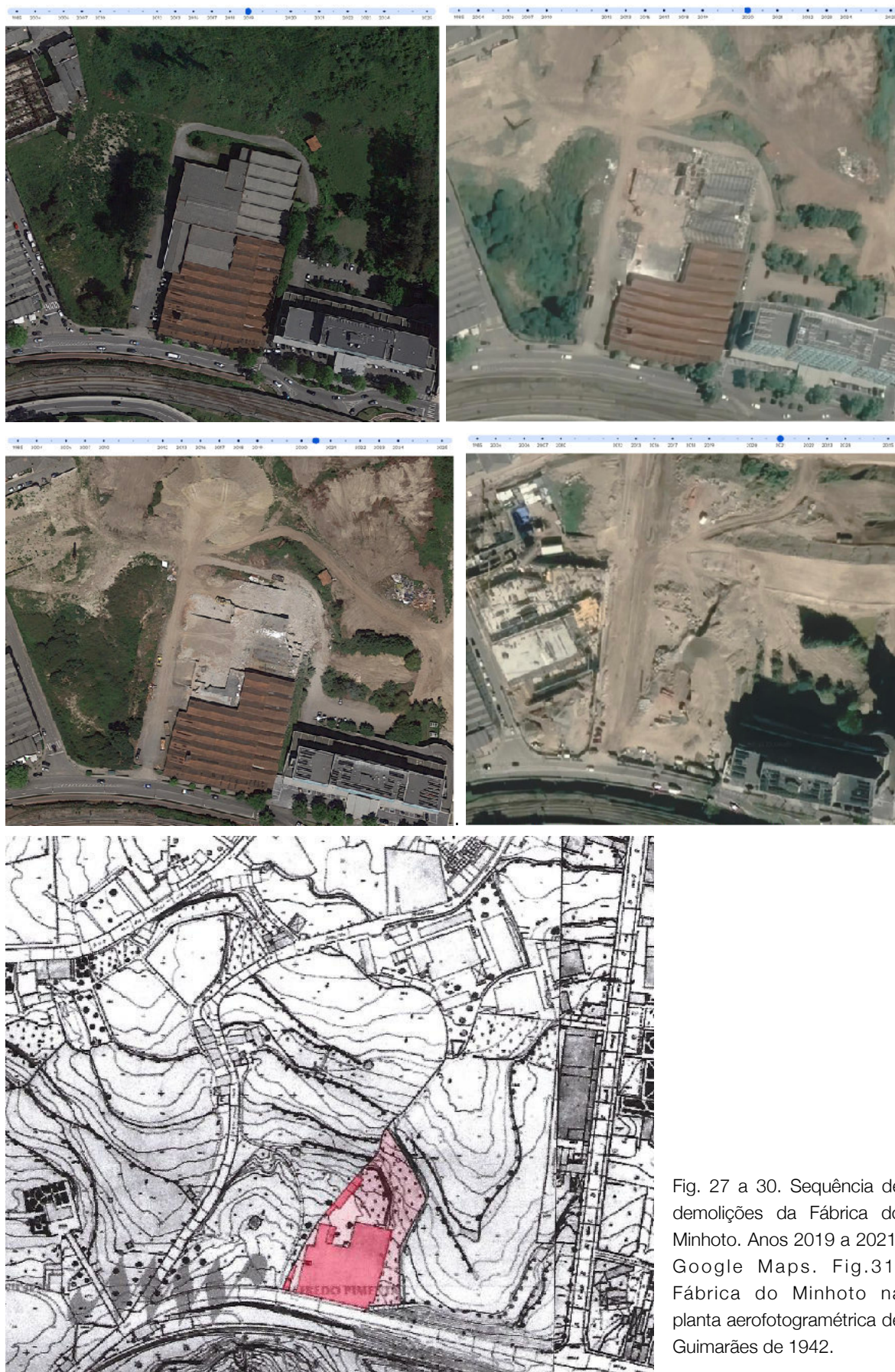


Fig. 27 a 30. Sequência de demolições da Fábrica do Minhoto. Anos 2019 a 2021. Google Maps. Fig.31. Fábrica do Minhoto na planta aerofotogramétrica de Guimarães de 1942.

4.3. FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO CAVALINHO (O.P. 3)

Coordenadas: 41°26'14" N e 8° 17' 45" W X: -13593.7 Y: 196508.87 COTA:190,00 (Artigo n.º 96)

A Fábrica de Fiação e Tecelagem do Cavalinho, situava-se na Avenida Dom Afonso Henriques, frente ao Palácio de Vila Flor e próxima da estação de comboios de Guimarães.

<< A Fábrica surge no decurso do processo de industrialização que teve início em finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX no nosso país e em particular no Vale do Ave. A lenta transição entre a produção artesanal de tecidos e a produção têxtil por máquinas chegou a Portugal com um século de atraso. É neste contexto de transformação que nasce a fábrica.

O primeiro projeto deu entrada na Câmara Municipal de Guimarães em 30 de abril de 1923, pela mão de José da Silva Gonçalves, gerente da Sociedade Mercantil do Minho, Lda., entretanto criada para o efeito com o objetivo de proceder à construção de uma fábrica de tecelagem no lugar do Cavalinho, junto à Avenida Cândido dos Reis – atual Avenida D. Afonso Henriques, freguesia de Santo Estêvão de Urgezes, local próximo do centro da cidade de Guimarães.

Apesar de ter sofrido várias alterações e ampliações ao longo do tempo de atividade é de destacar a realizada em 1934 que alargou bastante as suas instalações, onde incluiu uma secção só para fiação, e consequente aumento da capacidade de trabalho, mesmo numa conjuntura de grande instabilidade internacional decorrente da grande depressão iniciada em 1929.

Bem localizada, com boas acessibilidades e com mão-de-obra abundante e disponível, a fábrica manteve a sua laboração durante décadas - exerceu a atividade ao longo de praticamente todo o século XX e chegou a empregar cerca de 900 pessoas nos anos 80. Após este período o declínio parece ter sido acelerado pois o seu exercício viria a durar pouco tempo, a sociedade entretanto faliu e a fábrica acabou por encerrar em 1993.^{6>>}

Como indicado, o processo mais antigo, está datado de 08/02/1923 ⁷. Este não está acompanhando de Memória descritiva, apenas o requerimento, assinado pelo administrador José da Silva Gonçalves e as peças desenhadas: planta do piso térreo, à escala 1:100, onde se observa que a fábrica projectada em 1923 dividia-se em dois corpos. O corpo lateral, com piso térreo e piso 1, era destinado às tinturarias e sala de motores. Os restantes espaços da fábrica, escritórios, materiais e reparações, desenvolviam-se à volta de uma grande sala diáfana, onde se distribuíam os teares, com grandes vãos na fachada principal para ventilação e iluminação.

⁶ Nogueira, Paula Maria Ramos. (2020). A Ciência e a Tecnologia na Indústria Têxtil e do Vestuário – uma abordagem historiográfica ao setor em Guimarães [Tese de Doutoramento]. Instituto de Investigação Interdisciplinar, Centro de Física da Universidade de Coimbra, CFISUC.

⁷ (AMAP 10-18-15-3-1-19)

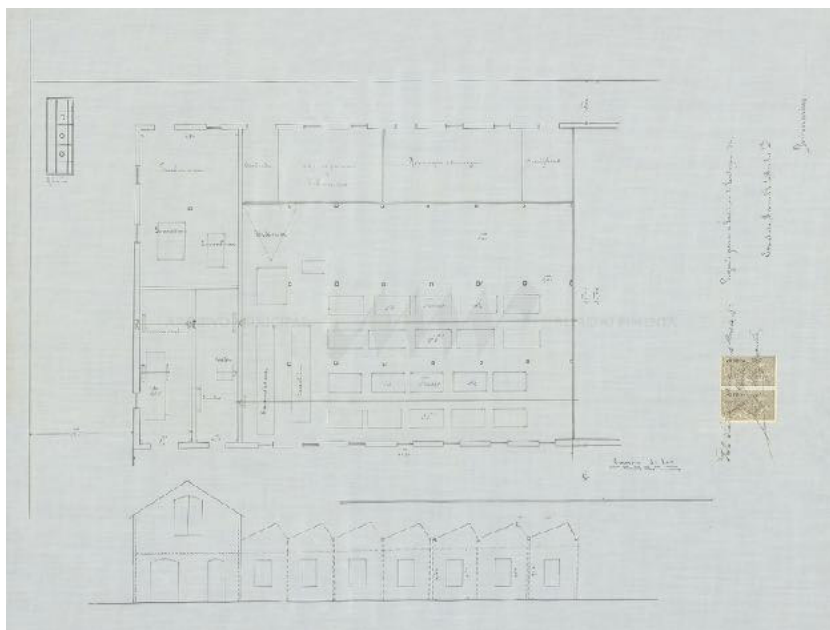


Fig.32. Alçado e planta do projecto de construção da Fábrica de Fiação e Tecelagem do Cavalinho. 1923. AMAP PT/MGMR/ADP/CMGMR/L-OBP/002-1923/10-18-15-3-1-19.

O projecto original é seguido por uma primeira ampliação, datada de 06/02/1934 ⁸, não estando o processo acompanhado pela Memória descritiva, apenas apresenta o requerimento assinado pelo administrador José da Silva Gonçalves e as peças desenhadas: alçados e cortes, à escala 1:100, onde se observa a diferença de cota existente entre o passeio da Avenida e os campos do Minhoto.

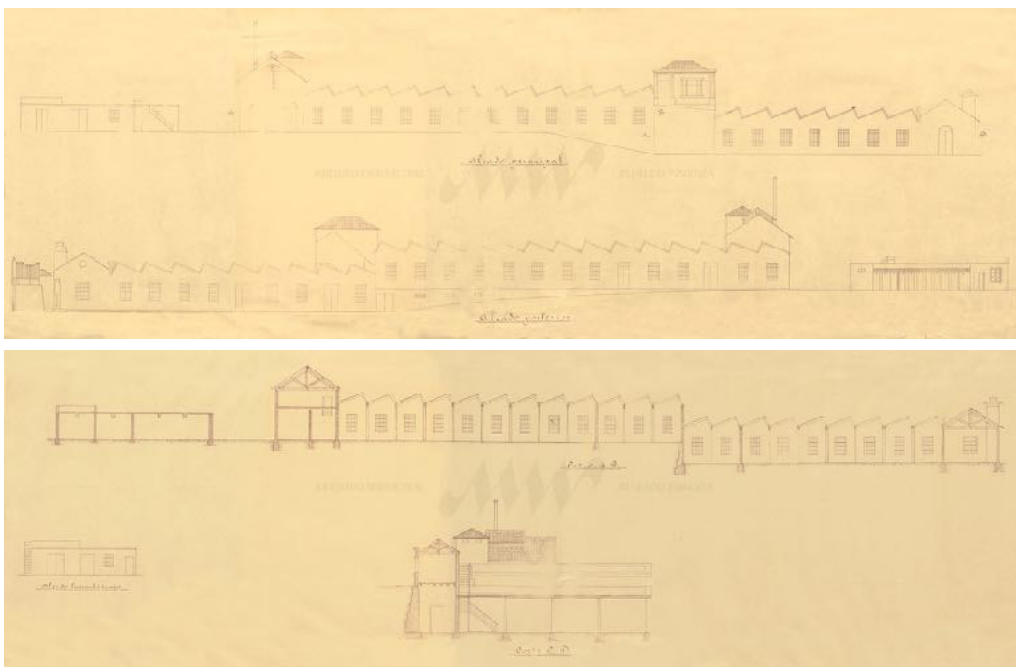


Fig. 33 e 34. Alçados da ampliação da Fábrica de Fiação e Tecelagem do Cavalinho. 1934. AMAP PT/MGMR/ADP/CMGMR/L-OBP/002-1934/10-18-15-3-1-67.

⁸ (AMAP 10-18-15-3-1-67).

A fábrica é ampliada de novo no ano de 1944 no estilo arquitectónico do Estado Novo. A Administração manda ampliar o edifício do seu escritório solicitando para tal << a ocupação duma faixa de terreno da via pública, para levantar tapume, destinado a obras que a seguir vai realizar na mesma Avenida, com a extensão de 35,00x5,00 = 175 m² .>>

Segundo a Memória descritiva assinada pelo Agente Técnico de Engenharia diplomado, Alberto Pinto de Almeida Rocha, para o “ Projecto de extensão para ao lado Norte da Sociedade Mercantil do Minho. Edifício do Escritório sito na Av. Cândido Reis” , << o edifício será construído, digo ampliado para o lado norte numa extensão de app. 30 metros e será integrado nas linhas arquitectónicas do actual escritório. Será composto de r/ c e destinado á arrecadação da mercadoria da Fabrica.

Será construído de alvenaria de perpianho com 0,30 de espessura, e guarnecido por pedra de cantaria nas partes indicadas no projecto.

O pavimento será totalmente construído em betão armado, pelo sistema SIMCO, tijolo vazado e armado, que apoiará nas vigas necessária e conforme os cálculos.

A parede posterior será construída de alvenaria de tijolo a 1/2 vez ao baixo com 0,15 de espessura e será interceptada por pilares em betão armado que partindo da placa, vão segurar as linhas do telhado.

A cobertura será de madeira de eucalipto com as secções correntes e a telha a empregar será tipo Marselha.

Todas as paredes interior e exteriormente serão impermeabilizadas e rebocadas para receberem pintura.

A caixilharia exterior será construída em ferro. Todas as madeiras e ferro serão devidamente preparadas para receberem pintura a óleo. >>

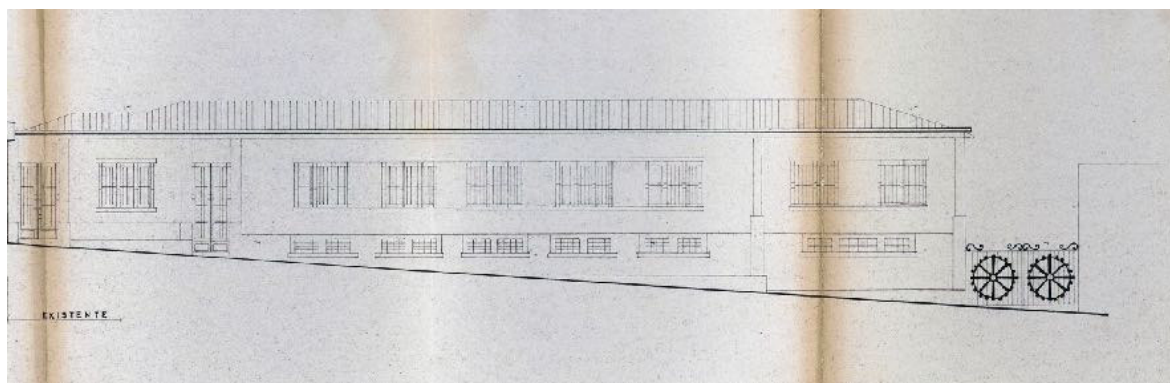


Fig. 35. Alçado da fachada da Fábrica de Fiação e Tecelagem do Cavalinho conforme projecto de 1944. Pormenor do desenho do Arquitecto Alvaro de Carvalho denominado como existente e inserido no processo de 1965. PT-AMAP-1-68-7-2-37_0002.

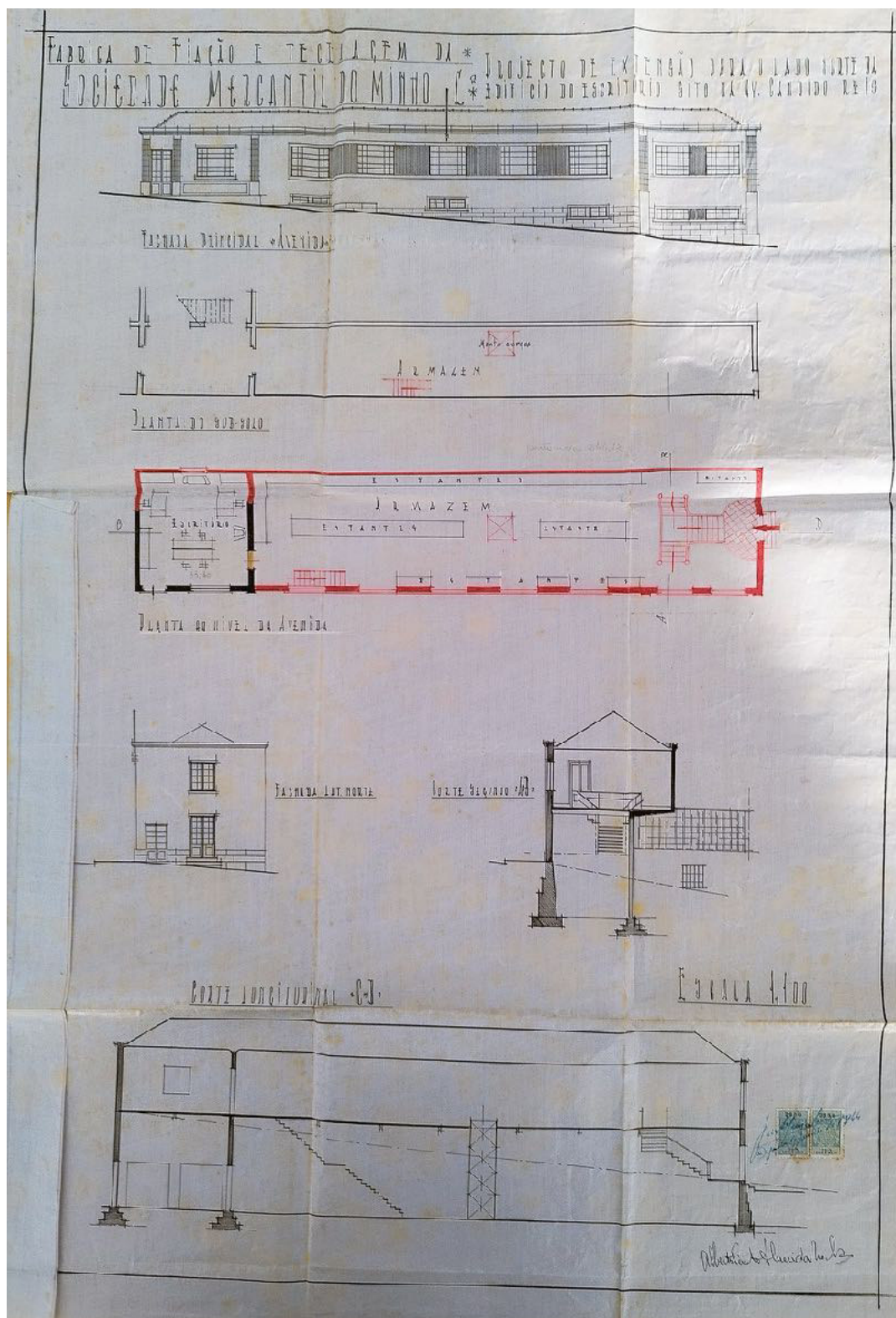


Fig.36. Planta corte e alçados, 1:100 do projecto do Arquitecto Alberto Pinto da Almeida Rocha da extensão para o lado Norte da Fábrica de Fiação e Tecelagem da Sociedade Mercantil do Minho. Edifício de escritório sito na Av. Cândido Reis. 1944.

Passados 20 anos, a fábrica precisa ser ampliada, pelo que no ano de 1964 é apresentado pela Sociedade Mercantil do Minho Lda um novo pedido de licenciamento para a construção de novos escritórios, situados ao longo da Avenida Dom Afonso Henriques.

Foi encomendado ao Arquitecto Alvaro de Carvalho e ao Engenheiro Albino Eurico Pinto da Silva a formalização do projecto de arquitectura.

A Memória descritiva de 16 de novembro de 1964 indica que << necessitando a Fábrica do Cavalinho de novas instalações para os seus escritórios, resolveu aproveitar o terreno que margina a Avenida D. Afonso Henriques para a respectiva implantação.

Estas instalações serão construídas em betão armado e alvenarias de granito e tijolo, aproveitando-se algumas paredes e fundações já existentes.

O pavimento será construído em laje aligeirada tipo Maprel, e será preparada para receber revestimento em tacos de madeira, mosaico e mármore.

A cobertura será construída em madeira de eucalipto e levará fibrocimento como revestimento, seguindo-se o processo construtivo já existente.

Os sanitários serão ligados ao colector da Fábrica, existente, fazendo-se o aproveitamento de caixas e tubagem.

A fachada voltada à Avenida D. Afonso Henriques foi estudada de modo a vencer o desnível de 6,9%, tendo em conta as cotas de soleira dos acessos previstos e indicados.

Os panos de parede serão areados e pintados e os tímpanos de cobertura serão revestidos também a fibrocimento de perfil especial, de modo a obter-se um efeito arquitectónico agradável.>>



Fig. 37. Planta de implantação dos novos escritórios na planta geral da fábrica, segundo o Projecto de 1964.

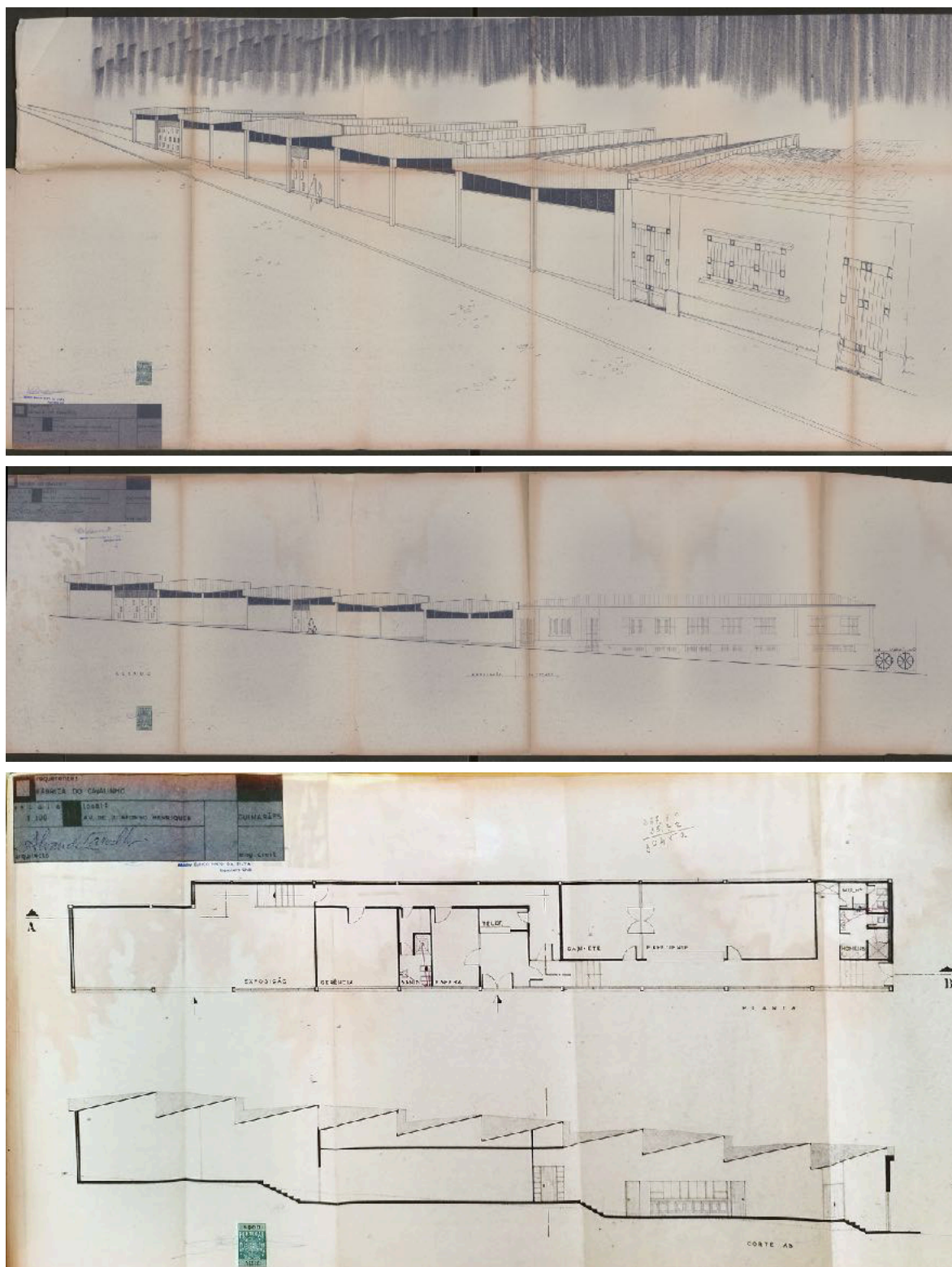


Fig.38. Vista da fachada proposta pelo Arquiteto Álvaro de Carvalho e Engenheiro Albino Eurico Pinto da Silva, para a ampliação da fábrica. 1965-1968. PT-AMAP-1-68-7-2-37_0001. Fig. 39. Alçado da fachada proposta pelo Arquiteto Álvaro de Carvalho no processo de 1965-1968. PT-AMAP-1-68-7-2-37_0002. Fig.40. Planta e corte longitudinal da proposta do Arquiteto Álvaro de Carvalho no processo de 1965-1968.



Fig. 41. 1965. Sobreposição desenhada do alçado proposto para os novos escritórios de 1964, sob uma fotografia do local de implantação na Av. Dom Afonso Henriques. No lado direito da fotografia observa-se parte da fachada da Fábrica de Fiação e Tecelagem do Cavalinho, construída em 1944.



Fig. 42. 1965. Vista Norte da Av. Dom Afonso Henriques com indicação do local de implantação do projecto proposto, observando-se no fundo da imagem o alçado lateral existente da Fábrica de Fiação e Tecelagem do Cavalinho.

A Câmara Municipal de Guimarães emitiu parecer a 30 de Dezembro de 1964, informando que << independentemente da parte estética, afigura-se ser de ponderar o problema da cércea do edifício, visto que tratando-se de uma das principais artérias da cidade e o volume e interesse dos prédios fronteiros e contíguos, parece não ser aconselhável admitir a concepção prevista no presente projecto que não é próprio para o local.>>

Perante o problema levantado pela Câmara Municipal, pelo facto de o edifício projectado ter altura inferior à da cércea julgada a mais conveniente para o local, a Sociedade Mercantil do Minho a 29 de Março de 1965 respondeu manifestando << a sua estranheza pelo teor do despacho que antes se cita, porquanto:

- 1) o projecto diz respeito a obra que se situará em zona industrial;
- 2) o projecto refere-se a ampliação da parte de uma unidade fabril existente e em laboração;
- 3) pela própria natureza da edificação projectada, não vê qualquer possibilidade de sujeitar o edifício fabril a uma cércea, que a ser imposta, só por acaso poderia coincidir com a necessidade em área e volume do acto do fabrico;
- 4) todos os edifícios fabris que se situam do mesmo lado da Avenida D. Afonso Henriques e na sua vizinhança imediata tem alturas que não diferem sensivelmente das do seu projecto;
- 5) E praticamente impossível a subordinação do esquema de fabrico a uma solução em altura, já que, por condições especificamente próprias, ele tem de se realizar em superfície, dado que as máquinas que deverão ocupar o local em questão estão já encomendadas e se não vê possibilidade de alterar o problema quer da encomenda quer da modificação do tipo de máquinas.

Nestas condições vem a Sociedade Mercantil do Minho Lda pedir à Excelentíssima Câmara Municipal de Guimarães que considere como secundário o aspecto estético do edifício projectado em relação ao interesse fundamental da economia de uma unidade fabril cuja ampliação se não pode definir em termos que autorizem ou justifiquem a sua transferência. >>

A Câmara respondeu a 6 de Abril de 1965 de seguinte forma << A presente reclamação resulta do parecer do Exmo. Sr. Arquitecto Consultor que, relativamente ao projecto apresentado, afirmou: "Independentemente da parte estética, afigura-se ser de ponderar o problema da cércea do edifício, visto que tratando-se de uma das artérias principais da cidade, e o volume e interesse dos prédios fronteiros e contíguos, parece não ser aconselhável admitir a concepção prevista para o local, digo, prevista no presente projecto que não é própria para o local". Afigura-se-nos que tanto o Sr. Arq. Consultor como o exponente têm razão na medida em que tomando como base pontos de partida diversos neles assentam as conclusões que melhor servem o objectivo que pretendem alcançar. Assim, o Sr. Arq. Consultor - a quem cabe pronunciar-se sobre o aspecto estético das edificações - encontra um dos lados da Avenida de D. Afonso Henriques marginado por prédios de certo volume (blocos de quatro pisos, Palácio de Vila Flor, Teatro Jordão, etc.) e, por isso, condena a construção, na outra margem da avenida, de edifícios cuja cércea não vai além da correspondente a um rés do chão; ao exponente, que no local possui uma unidade industrial de certo volume, interessa menos o estético, do arruamento, que o funcional, tanto mais que sabe situar-se o imóvel fabril em "zona industrial" e que lhe é

aplicável o disposto no artigo 41º do Regulamento de Zonas que diz: "Na zona industrial, a altura das edificações e a superfície por elas coberta não ficam sujeitas a aplicação de qualquer cêrcea ou percentagem,....".

E, colocados entre duas realidades que aparentemente se contradizem, não resta outro caminho senão o de aceitar residir o erro fundamental no facto de um dos lados da Alameda não ser zona industrial e sê-lo o outro lado.

E, em face do exposto, a Câmara deliberará pelo mais conveniente, não sendo de excluir a hipótese de necessidade de se proceder a elaboração de um novo plano de urbanização, tantas são as deficiências reveladas pelo actual, possivelmente ultrapassado pelo tempo.>>

No ano de 1977-78 é apresentado projecto pelo Engenheiro Paulo de Vasconcelos e Serpa Marques para << levar a efeito a construção da primeira fase da ampliação da Fábrica do Cavalinho, na sequência do parecer favorável ao pedido de viabilidade que se encontra registado no processo nº D-4100, vem apresentar à apreciação da Exme Câmara o respectivo projecto e pedir que lhe seja passada uma licença de construção com o prazo de 360 dias. >>

Na Memória descritiva expõe-se a necessidade de ampliação da Fábrica por << estar a Sociedade Mercantil do Minho S.A.R.L, a fazer uma renovação do seu processo de fabrico com modo a conseguir uma produção, que em preços e qualidade lhe permita uma eficaz concorrência no mercado estrangeiro. necessita para o efeito de proceder à construção de um novo pavilhão industrial e parcialmente à remodelação de uma parte da construção já existente, pelo valor de 6 milhões de escudos.

A presente Memória descritiva e justificativa refere-se à construção do novo pavilhão com a área calculada de 1.730 m anexo às suas actuais instalações na Avenida D. Afonso Henriques nesta cidade de Guimarães. O edifício será constituído por dois pisos, sendo o piso térreo destinado para tecelagem e implantação de reservatórios de água e o piso elevado destina-se às secções de tinturaria, urdidagem e depósitos de fio.

A estrutura do edifício será construída por lages, pórticos e sapatas de betão armado calculadas de harmonia com a natureza do terreno. As paredes exteriores serão construídas em blocos de Lecca B25 preenchendo os quadros dos pórticos e de betão armado, o que permite obter um bom isolamento térmico, acústico e hidrófugo, sendo simultaneamente uma solução económica.

As divisões interiores serão em tijolo vazado de 0,07m de espessura, revestidas a areado. Todas interiores levarão um lambril em cimento queimado à colher as faces até à altura de 1,5m.

A cobertura será de duas águas executada em chapas de fibro cimento tipo HABITAT de maneira a obter um bom aspecto exterior de acordo com o parecer do Arquitecto Urbanista na apreciação da viabilidade. A estrutura da cobertura será metálica devidamente protegida.

As paredes das instalações sanitárias serão revestidas a azulejo branco até à altura de 1,50m, e o pavimento será executado em mosaico hidráulico. Todas as peças das instalações sanitárias serão providas de sifão sendo os esgotos conduzidos para uma fossa séptica com a capacidade de 19m que será ligada ao colector geral da fábrica, já existente.

Os reservatórios de água serão totalmente impermeabilizados usando-se nas argamassas de revestimento HIDROMEDON nas percentagens aconselhadas.

Todos os pavimentos serão em betonilha salvo os que anteriormente se indicam com outros materiais.

A Fábrica possui posto de transformação privativa. >>

No mês de janeiro de 1979 é apresentado aditamento ao projecto.

A Memória descritiva do Engenheiro Paulo Marques, que acompanha o pedido expõe que << o pavilhão a remodelar ocupa aproximadamente uma área coberta de 3000 m² e apresenta condições deficientes de utilização. A remodelação que se pretende levar a efeito consta da demolição do actual pavilhão e da construção, no seu lugar, de um novo pavilhão em betão armado, constituído por três pisos em toda a área, e de um quarto piso recuado ocupando aproximadamente a área de 500 m².

O piso térreo destina-se, em parte, à instalação de tecelagem, urdissagem de cru e armazenagem de fio; noutra parte, à instalação de serviços Sociais: Cantina e Clube desportivo CAT; e, no restante, à instalação de serviços de apoio: carpintaria, serralharia, arrecadação de trolha, arrecadação de electricista e garagem.

O segundo piso, cuja cota está condicionada pela ligação ao piso do edifício do lado Norte, pertencente à mesma empresa, destina-se à instalação de parte da fiação. Actualmente, a fiação, distribui-se por dois pisos sobrepostos, ficando, depois desta obra, situada toda ao mesmo nível, com as consequentes vantagens de circuito de fabrico, e permitindo, além disso, libertar um espaço que se destina à armazenagem de algodão em fardos, que a empresa, não possui.

O terceiro piso, destina-se à armazenagem de produtos acabados embalagem e expedição.

O pavimento, em frente aos portões de acesso, numa área de aproximadamente 250 m² será reforçado, para permitir o carregamento de mercadorias no seu interior.

O quarto piso, recuado, destina-se à instalação dos serviços administrativos, contabilísticos e comerciais. A restante cobertura do terceiro piso, em terraço, com a área aproximada de 250 m², destina-se a parque de estacionamento de veículos ligeiros, de modo a diminuir o estacionamento na via pública.

Exteriormente procurou dar-se à nova construção um aspecto que compatibilizasse as exigências funcionais com as exigências estéticas e económicas.

Para a fachada principal, voltada para a Av. D. Afonso Henriques, de difícil enquadramento, em virtude da forte pendente da avenida, optou-se por uma fachada bastante opaca, que permitisse uma ligação harmónica das linhas de nível dos pavimentos com o trainel da avenida, rematada superiormente por uma platibanda de betão à vista, situada ao nível do terraço principal e saliente em relação à parede, tendo a sua face exterior do plano vertical limite do terreno da empresa. As aberturas serão circundadas por um quadro de betão à vista e preenchidos por grades de agradável efeito estético, pintadas de esmalte de cor azul escura. Inferiormente, previu-se um remate saliente em relação à parede, em degraus, executado também em betão à vista. A parede terá um acabamento de carapinha afagada à talocha pintada de cor branca. O betão à vista será tratado com verniz transparente à base de silicões. O facto de a fachada ser opaca é vantajosa para a

utiliza-cão a que se destina a construção, por virtude de que será instalado or condicionado nas zonas de fabrico, e de que a luz do dia, nas zonas de armazenamento, é inconveniente para a conservação das cores dos diferentes produtos. Torna-se, assim, indicado que a construção possua pequeno: densidade de aberturas. Superiormente ao terraço principal e recuado 16 metros em relação ao passeio da avenida, situar-se-á a fachada dos escritórios, concebida de modo a combinar com a fachada anteriormente descrita.

Para a fachada posterior optou-se por um sistema modelado de aberturas, de 2 metros por 1 metro, entrecortadas pelas escadas de serviço e de emergência, e, no piso térreo, por portas largas de acesso às várias secções. Este tipo de aberturas, além do mais, constitui uma solução económica, em virtude de permitir a pré-fabricação integral das janelas e dos respectivos quadros de suporte em betão. A parede terá um acabamento em reboco areado e será pintada de branco. A platibanda. os quadros das janelas, das portas e das escadas, serão em betão, tratado com verniz transparente.

A circulação vertical entre os vários pisos do edifício será feita pela escada de serviço e pelo ascensor, situado junto à fachada Posterior e centrados com o piso dos escritórios. O acesso de pessoas para as secções do piso térreo será feito directamente pela rua interior da fábrica. Para o segundo piso (38 pessoas por turno) e para o terceiro piso (19 pessoas por turno) será feito pela escada e ascensor de serviço, a partir do piso térreo. Para os escritórios será feito directamente pela entrada do terraço. Além desta circulação (habitual, previu-se a construção de duas escadas com ligação ao 2º e 3º. piso, a partir do piso térreo, para serem utilizadas em caso de emergência.

Os vestiários e as instalações sanitárias estão concebidas de acordo com o Regulamento Geral de Segurança e Higiene do Trabalho. A estrutura do edifício será constituída por lajes, pórticos e sapatas de betão armado calculadas de harmonia com a natureza do terreno. As paredes exteriores serão constituídas por blocos de argila expandida, o que permitirá obter um bom isolamento térmico e acústico, e serão devidamente impermeabilizadas e rebocadas. As divisórias interiores serão em tijolo vazado de 7 cm. de espessura, devidamente rebocadas. Todas as faces interiores levarão um lambril em cimento queimado à colher até à altura de 1,5 metros.

As coberturas (em terraço) serão devidamente impermeabilizadas com telas asfálticas, sendo a do terceiro piso recoberta com uma betonilha hidráulica de boa qualidade, com 3 cm. de espessura, e a do quarto piso protegida com uma camada de areado lavado e seleccionado.

As paredes da Cantina e das instalações sanitárias serão revestidas a azulejo branco até à altura de 1,5 metros, e os pavimentos serão executados em mosaico hidráulico. Todas as peças das instalações sanitárias serão providas de sifão, sendo os esgotos conduzidos para uma fossa séptica com a capacidade de 30 m³: ligada ao colectador geral da fábrica.

Todos os pavimentos serão em betonilha salvo os que anteriormente se indicam com outros materiais.

A empresa possui posto:: de transformação de electricidade.

A nova estimativa orçamental para o projecto passou dos 6 milhões de escudos orçamentado o ano anterior para a quantia de 15 milhões de escudos.>>

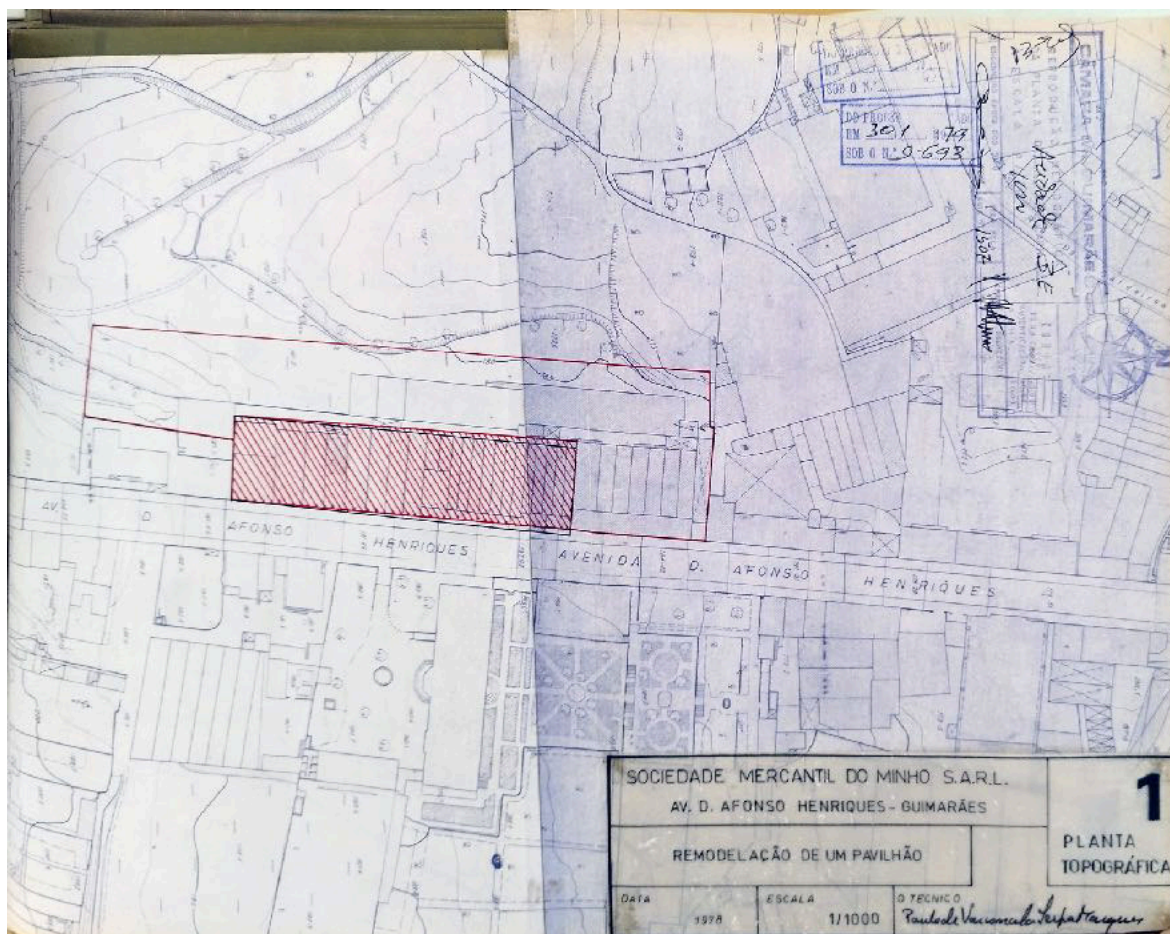


Fig. 43. Planta de implantação da remodelação de um pavilhão na Fábrica de Fiação e Tecelagem do Cavalinho, 1978.

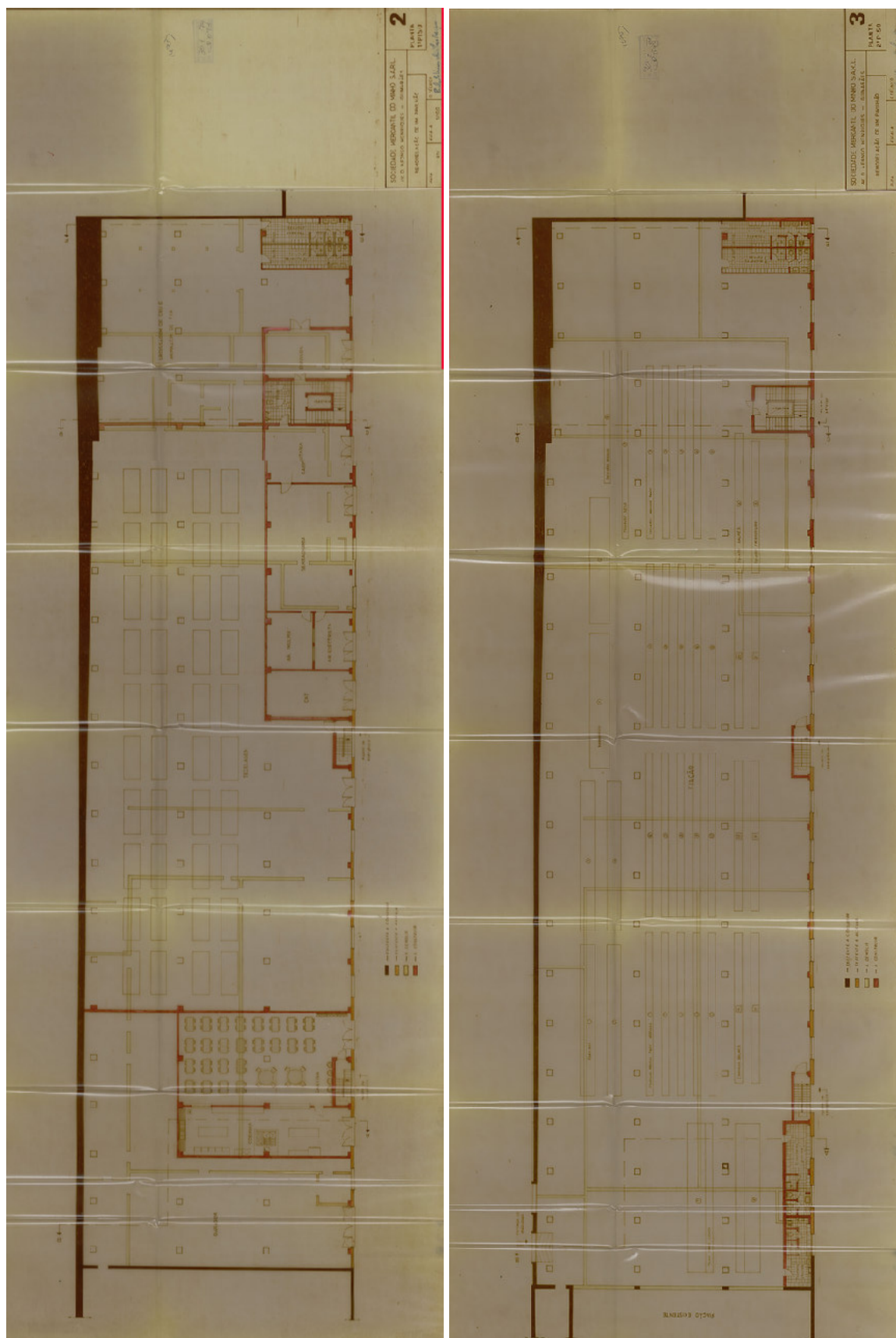


Fig. 44 e 45. Plantas de V_A do piso 1 e 2. Projecto de 1978.



Fig. 46 e 47. Alçados. Projecto de 1978

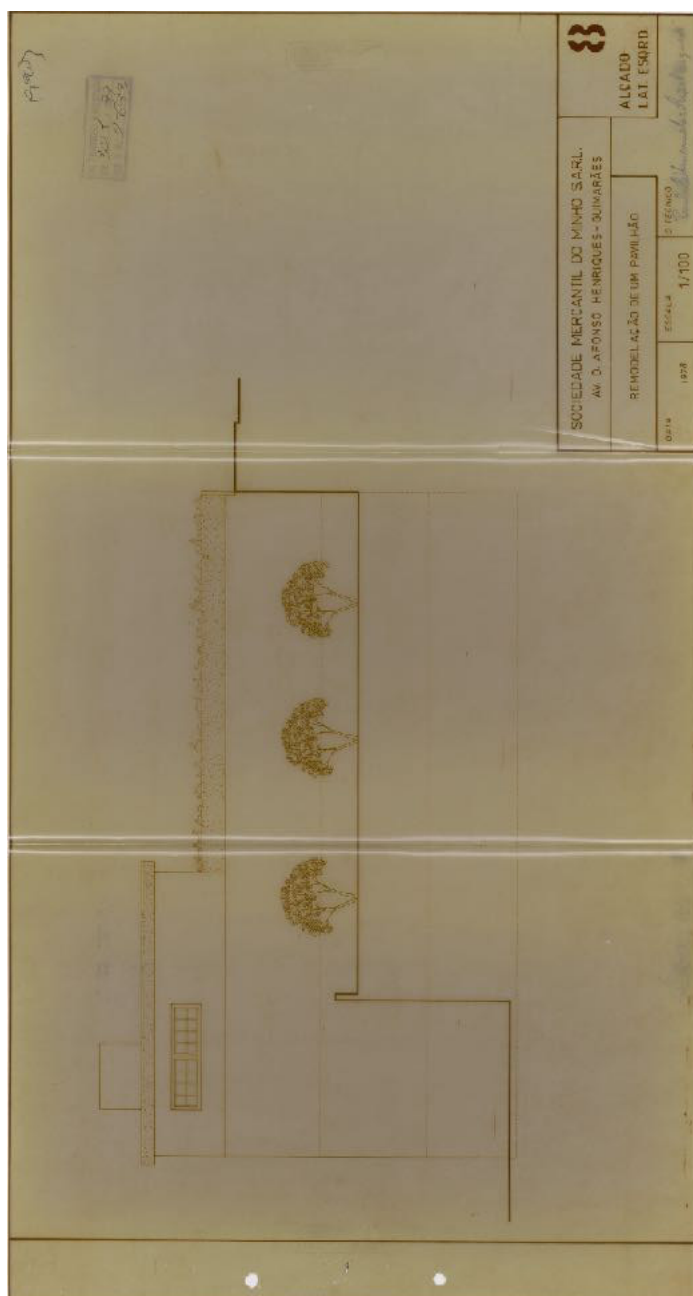


Fig. 48 e 49. Alçado lateral. Projecto de 1978. Cortes. Projecto. 1978.

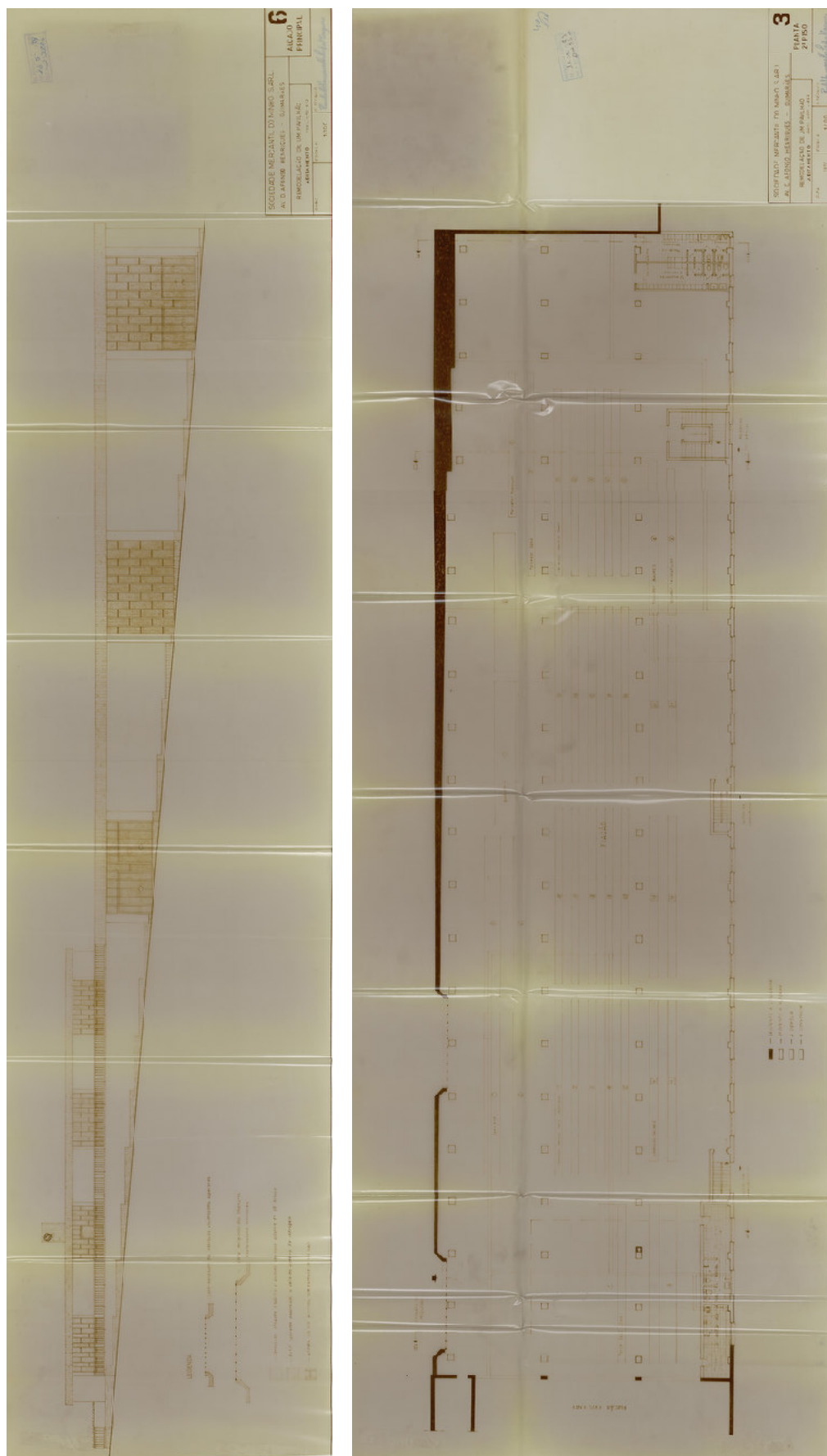


Fig. 50 e 51. Alçado principal. E planta do piso 2 Aditamento a Projecto. 1979.

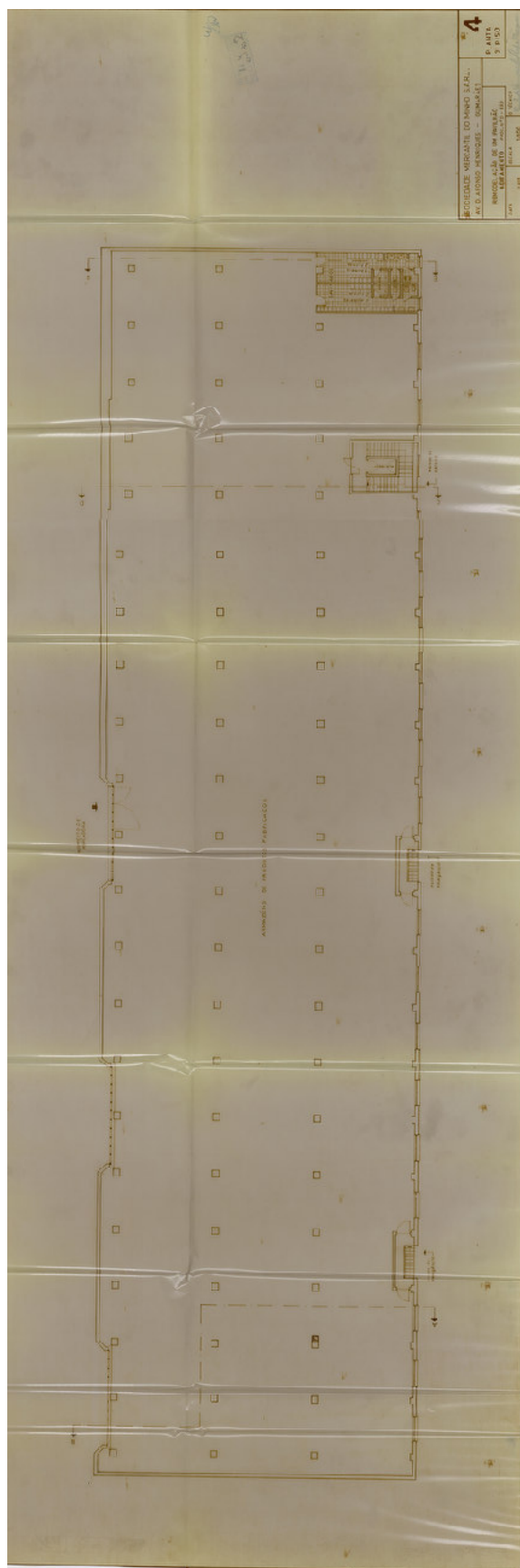


Fig. 52. Planta do piso 3 Aditamento a Projecto. 1979.

O último projecto licenciado pela Sociedade Mercantil do Minho, SARL é do ano de 1983, consistente na ampliação e remodelação do armazém em terreno com 1894 m² na rua da Caldeiroa, encosta ao extremo Este da Fábrica do Arquinho.

Expõe o Engenheiro Civil Manuel Carlos da Silva Costa na sua Memória Descritiva que << a Sociedade Mercantil do Minho, SARL debate-se actualmente com graves problemas de armazenamento dos produtos fabricados pois, não só o espaço a ele destinado é manifestamente insuficiente como o actual estado de construção é precário, provocando graves infiltrações de água que, como é evidente condicionam o acondicionamento dos produtos. Atendendo aos graves inconvenientes de tais factos propõe-se a Sociedade Mercantil do Minho, SARL substituir a construção existente por esta, que agora se apresenta em projecto.

Para elaboração do presente projecto foi consultado o Plano de Pormenor da Zona e desenvolvidas as suas linhas básicas que permitiram a obtenção de um agradável edifício destinado a escritórios e armazém.

Como programa de necessidades foi-nos proposto a criação de uma área de armazém desenvolvida em dois pisos com a respectiva zona de escritório para instalação dos Serviços de Expediente Geral.

Pretendia-se ainda uma zona autónoma de escritórios de cuja utilização, poderia a Empresa prescindir, para viabilizar economicamente o investimento.

Com as premissas atrás descritas elaboramos o presente projecto que cumpre as condicionantes do Plano de pormenor e o programa de necessidades. Assim o edifício compõe-se de dois corpos distintos destinados a escritório e armazém. A zona de escritórios compõe-se de três pisos com uma caixa de escada central que de acesso em cada piso a duas áreas distintas. O armazém que se desenvolve em dois pisos tem acesso através de um amplo portão e dispõe de um monte-cargas para elevação dos produtos para o 2º piso, ao nível do qual se prevê o espaço para o já referido escritório de expediente geral.

No aspecto construtivo prevê-se a constituição de uma estrutura de betão armado para apoio dos diversos níveis dos pisos e tectos e de uma estrutura metálica para apoio das coberturas revestidas a chapa de fibrocimento.

Todas as paredes exteriores serão construídas em tijolo de 0,15m devidamente impermeabilizadas excepto a fachada principal para a qual se prevê a realização de uma parede dupla formando caixa de ar.

Todos os pavimentos terão um acabamento em betonilha de cimento queimado excepto as zonas de águas e escritórios onde se prevê respectivamente mosaico cerâmico e alcatifa.

As paredes exterior e interiormente serão areadas e pintadas com tinta plástica branca excepto as das zonas de água que serão revestidas a azulejo branco até 2,00m de altura, a caixa de escada e o soco da fachada principal que ficará em betão à vista envernizado.

Todas as caixilharias exteriores serão em madeira de "Mutene" devidamente esmaltadas com esmalte de cor verde garrafa. Os elementos de ferro e portão terão acabamento semelhante ao descrito para as caixilharias.

Todos os vidros a aplicar serão lisos incolores de 4 mm de espessura.

A rede de água será executada em tubo de ferro galvanizado e ligado ao ramal existente.

Os esgotos serão realizados em tubo PVC com os diâmetros convenientes e o efluente ligado à rede de saneamento existente no local. Em todos os casos omissos seguir-se-ão as boas normas técnicas e regulamentos em vigor.

O projecto foi orçamentado em 23, 5 milhões de escudos, sendo 7, 3 milhões para escritórios (816 m²) e o restante valor para a construção do armazém (2694 m²). >>

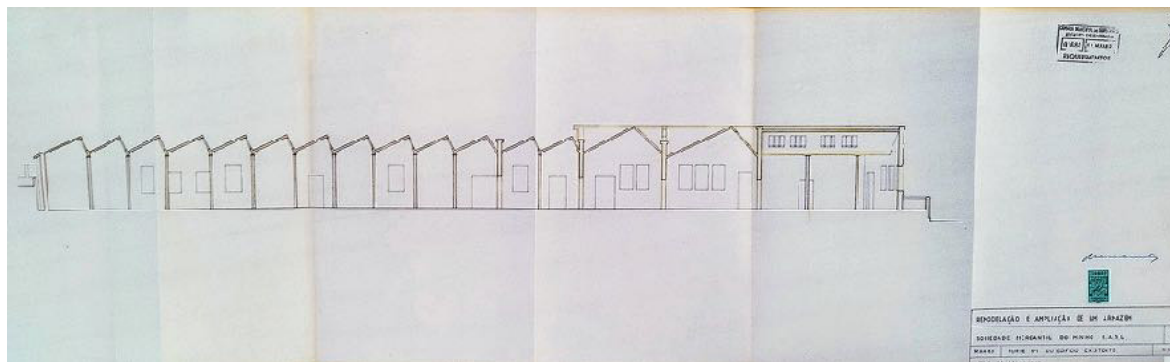
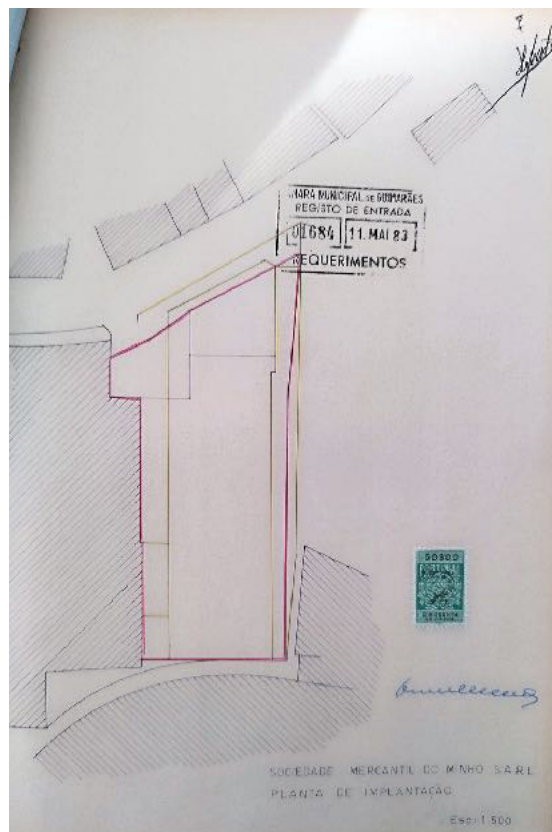


Fig. 53 e 54. Planta de localização, 1:1000 e planta de Localização 1:500 Projecto. 1983. Fig. 55. Corte do existente. Projecto. 1983.

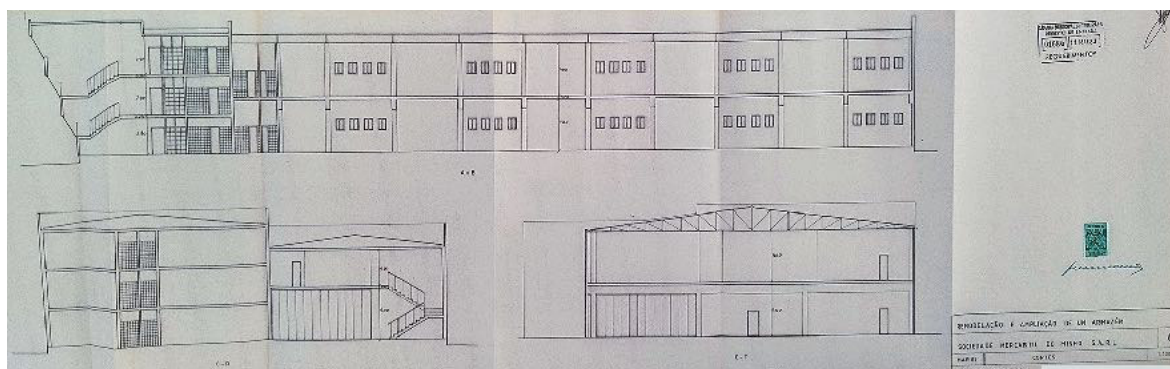
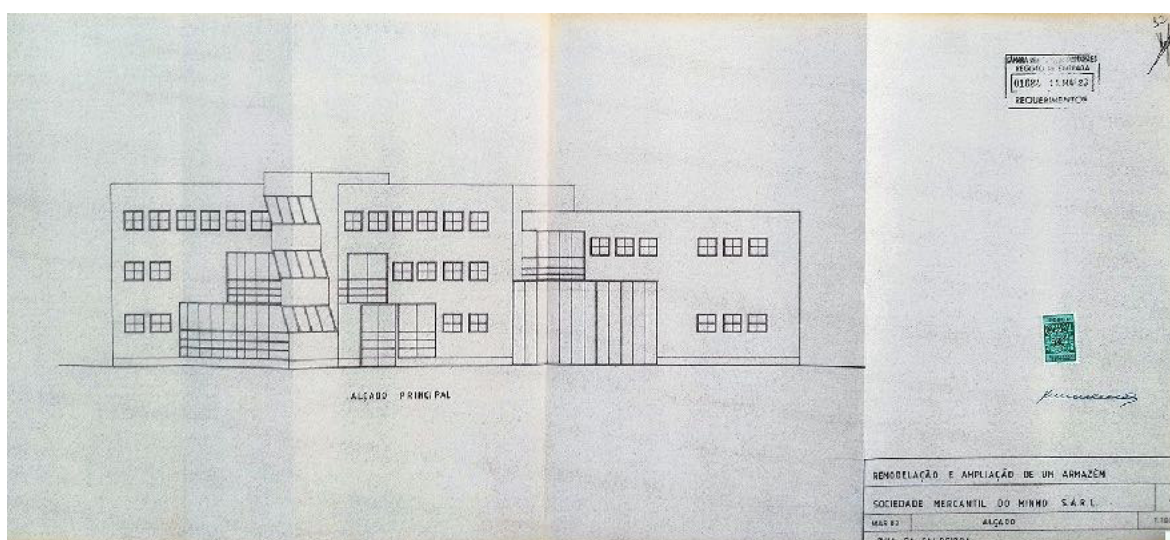
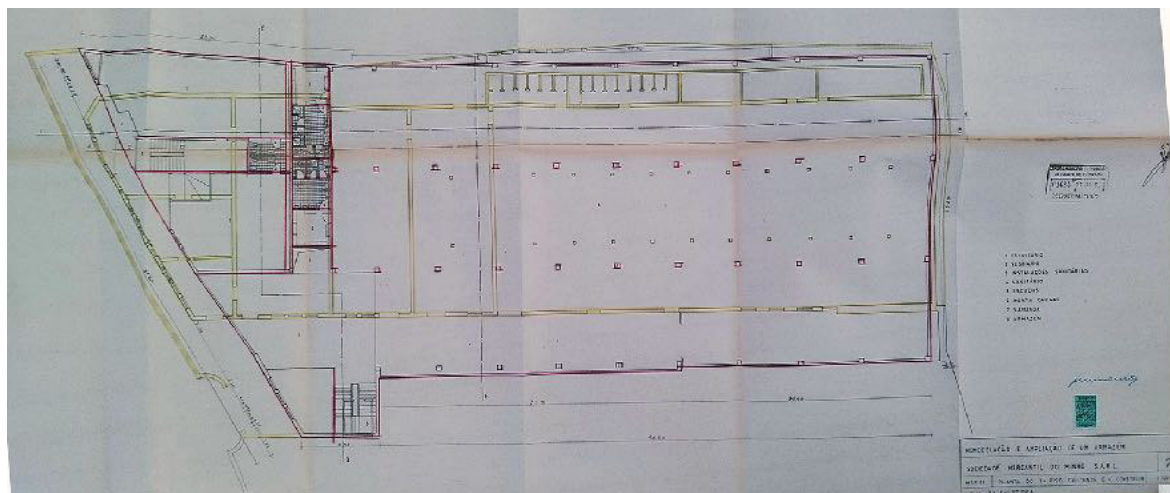


Fig. 56 a 58. Planta de V_A, alçado e cortes. Projecto. 1983.



Fig. 59 a 61. Fotografias do existente. 1983

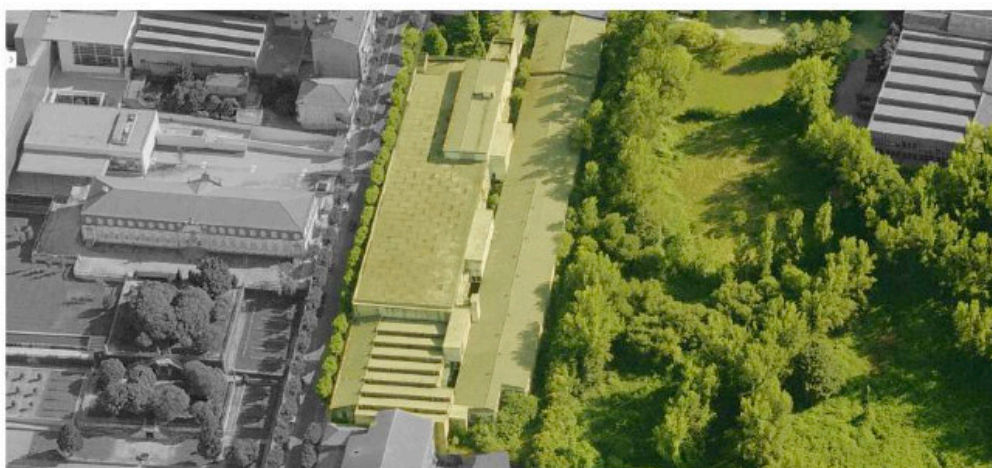


Figura 72 - Ortofotomapa da Fábrica do Cavalinho



Figura 73 - Fachada da Fábrica do Cavalinho



Figura 74 - Interior da Fábrica em Ruínas



Figura 75 - Interior da Fábrica em Ruínas



Figura 76 - Densidade Arbórea Sobre o Edifício



Figura 77 - Avanço da Vegetação sobre o Edifício



Figura 78 - Fluidez Espacial dos Interiores

Fig. 62. Sequência fotográfica do estado de conservação da Fábrica do Cavalinho no ano de 2015. Oliveira, Márcio Orlando Ferreira de (2015). Potencial regenerativo dos tecidos industriais desativados : o caso da Fábrica do Cavalinho na cidade de Guimarães. master Thesis, [ULF-FAA] Dissertações.

A Fábrica do Cavalinho é demolida no mês de outubro - novembro de 2020, ao abrigo do Alvará de Licença de Obras de Demolição N.º 140/20, emitido pela Câmara Municipal de Guimarães em nome de HJF - Imobiliária, S.A., contribuinte n.º 504732803, com data de 28/02/2020, não se tendo conservado *in situ* quaisquer vestígio das edificações que constituíam o conjunto fabril.



Fig. 63. Localização da Fábrica do Cavalinho na planta aerofotogramétrica de Guimarães de 1942. Fig. 64 a 66. Sequência de demolições da Fábrica do Cavalinho. Anos de 2019, 2020 e 2022. Google Maps.

4.4. FÁBRICA DA JODIMONTE - AUGUSTO LUCIANO GUIMARÃES & FILHAS LDA (O.P.4)

Coordenadas: 41° 26' 14" N e 8° 17' 56" W X: -13893 Y: 196470,77 Cota: 183,00 (Artigo n.º 1429)

A Fábrica Luciano Guimarães & Filhas Lda é constituída no dia 2 de janeiro de 1965, dentro do ramo industrial do têxtil e da Tecelagem, com um capital social de 1 milhão de escudos⁹.

Localizada na rua dos Cães de Pedra, Freguesia de Urgezes, é uma das fábricas de fiação e tecelagem que pertence ao conjunto de unidades fabris levantadas na Cidade de Guimarães, no decorrer do séc. XIX e XX, próxima à estação dos comboios, para o tratamento do algodão e Linho.

Previamente, no ano de 1959¹⁰, o Dr. Augusto Luciano Guimarães, Licenciado em Direito Industrial, apresenta o projecto para alvará de construção das novas instalações fabris, nos terrenos que possui confinantes com a rua dos Cães de Pedra, nova rua de ligação à rua da Cruz de Pedra, e E.N. n.º. 105.

Segundo a Memória descritiva, assinada pelo Engenheiro Civil José Maria Gomes Alves, no mês de abril de 1959, a fábrica compreenderia instalações de pavilhão de fabrico, em dois pisos, gabinete de porteiro, garagem, tintos e estufa, escritórios, recinto de recolhas de lenhas e carvão, terreno reservado à expansão do fabrico e habitação da Gerência.

Na disposição destas secções atendeu-se, especialmente, à separação das secções, criadoras de fumos, cheiros e resíduos, das secções de fabrico e embalagem. Efectivamente, a caldeira, a estufa, os combustíveis e as Garagens ficam separados de secção de fabrico pelo pátio de carga e descarga.

O pavilhão da fábrica seria constituído por dois pisos, estando localizado no primeiro piso, os escritórios, a secção de embalagem, o armazém de matérias-primas, o armazém de acessórios, os sanitários de Gerência e escritório e os sanitários de pessoal operário feminino e masculino. No segundo piso localizariam-se a secção de preparação e a secção de fabrico.

Na mesma Memória o Engenheiro indica que << para o processo construtivo será adoptada uma estrutura resistente em cimento armado e panos de enchimento em tijolo com a espessura de 0.20 e 0.15, respectivamente no pavilhão do fabrico e anexos.

A estrutura resistente será constituída por sapatas, pilares, vigas de travacção, vigas e lages. Os Pilares subirão até à cota onde receberão as vigas "PRAAT", em ferro da estrutura da cobertura.

O gabinete do Porteiro e a Garagem terão uma cobertura em laje de cimento armado, impermeabilizado com Flintkote e telas de alumínio.

A secção de tintos terá uma cobertura em madeira e revestimento em alumínio polido.

A secção de fabrico terá uma estrutura em ferro, com vigas "PRAAT" lançadas segundo o vão de 36,00, asnas tipo Shed, revestimento em alumínio polido de 1.T Kg /m2 e vidro catedral nos tohternins.

⁹ Cordeiro, José Manuel Lopes (2020) A indústria têxtil vimaranense e a adesão de Portugal à EFTA. (1960-1974), Boletim de Trabalhos Históricos. p.177.

¹⁰ AMAP 6-40-13-1-2

As divisórias interiores serão construídas em tijolo 30x15x8 ou 30x15x5, conforme as circunstâncias.

A iluminação das diferentes secções será obtida por janelas e lanternim.

As janelas serão construídas em gracifer, com elementos basculantes em ferro, preparados para levarem vidro catedral.

A secção de tintos terá um lanternim com persianas, afim de ser assegurado a ventilação. Os sanitários terão ventilação forçada por meio de mangas conduzidas até ao telhado.

O abastecimento de água será efectuado pelos S.M.A. e água própria captada no local. Fica prevista a instalação de um depósito elevado, em cimento armado, com a capacidade de 20 m³.

Os esgotos das águas industriais serão feitos em tubos de cimento e conduzidos até ao limite do terreno.

As águas da tinturaria serão sifonadas e misturadas com águas sujas, afim de ser corrigido a sua agressividade.

O saneamento dos sanitários será conduzido a uma fossa séptica e o respectivo efluente ligará ao esgoto das águas industriais.

As águas pluviais serão esgotadas por caleiras e tubos de quedas em chapa zincada e conduzidas ao esgoto geral das águas industriais.

As paredes exteriores e interiores serão rebocadas e preparadas para receberem pintura ou caiação, conforme as circunstâncias.

As paredes exteriores em contacto com o terreno, como vai indicado no projecto levarão um lambril em cavam.

Os pisos da cave, r/c e anexos, serão executados em betão de cimento, com acabamento liso.

Os pavimentos dos escritórios e porteiro serão revestidos de tacos de pinho, para raspar e encerar, como é uso.

Os sanitários da Gerência e escritório terão os pisos retidos com mosaico e levarão lambril em azulejo branco.

As secções de fabrico e os vestiários do pessoal operário feminino e masculino, levarão lambril em cimento branco.

O aspecto estético exterior ficou inteiramente dependente das necessidades funcionais do conjunto fabril.

Contudo, com a introdução de cores e tipo de rasgamentos, obter-se-à um conjunto industrial de carácter bem vincado, como se deseja. >>

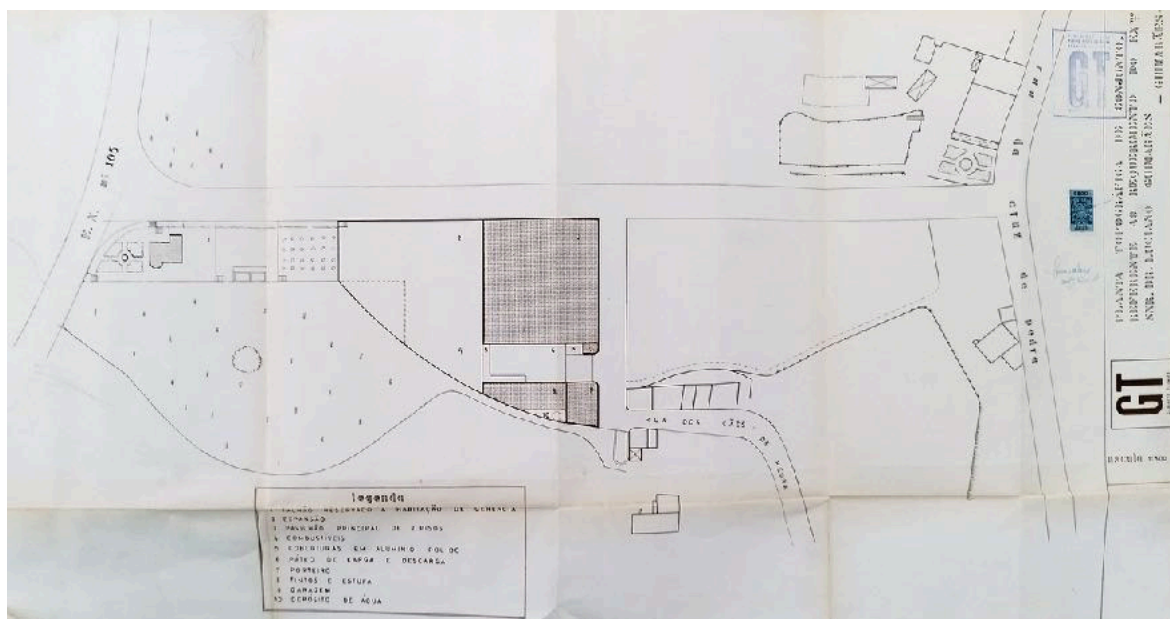


Fig.67. Planta de localização da fábrica e casa do proprietário.

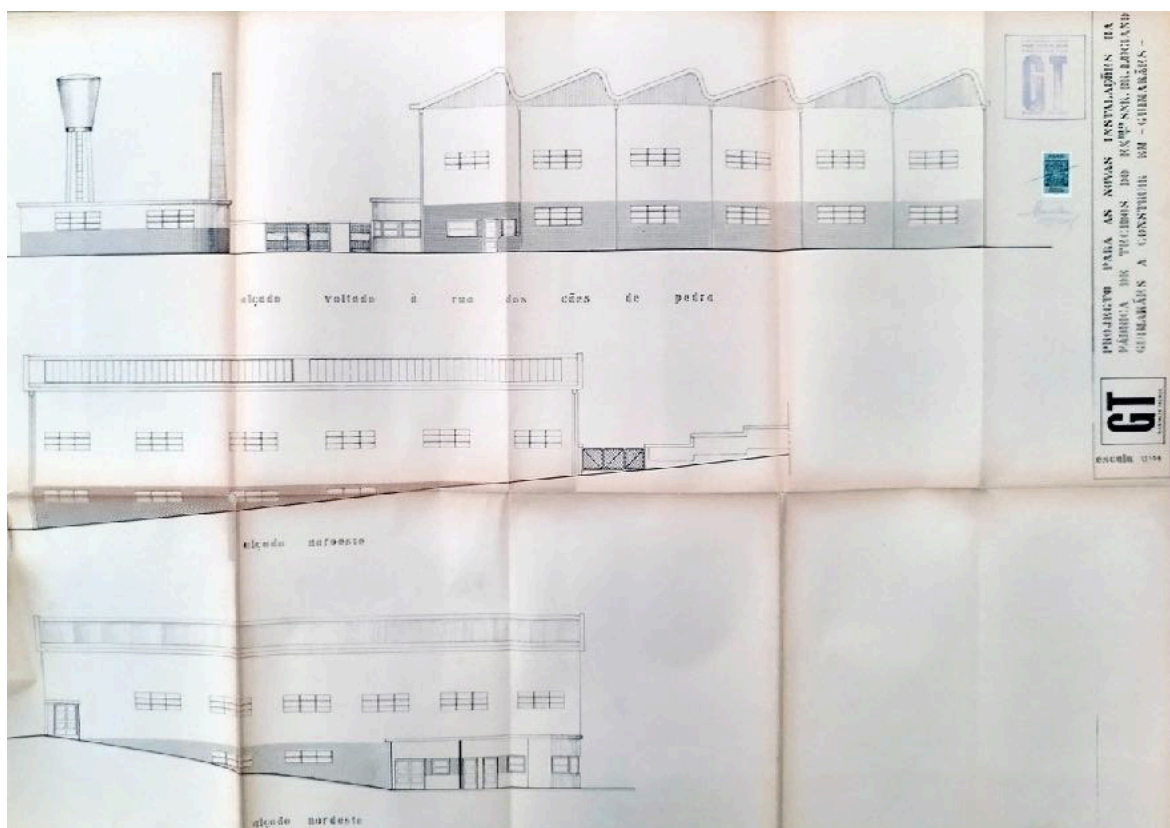


Fig.68. Alçados da fábrica.

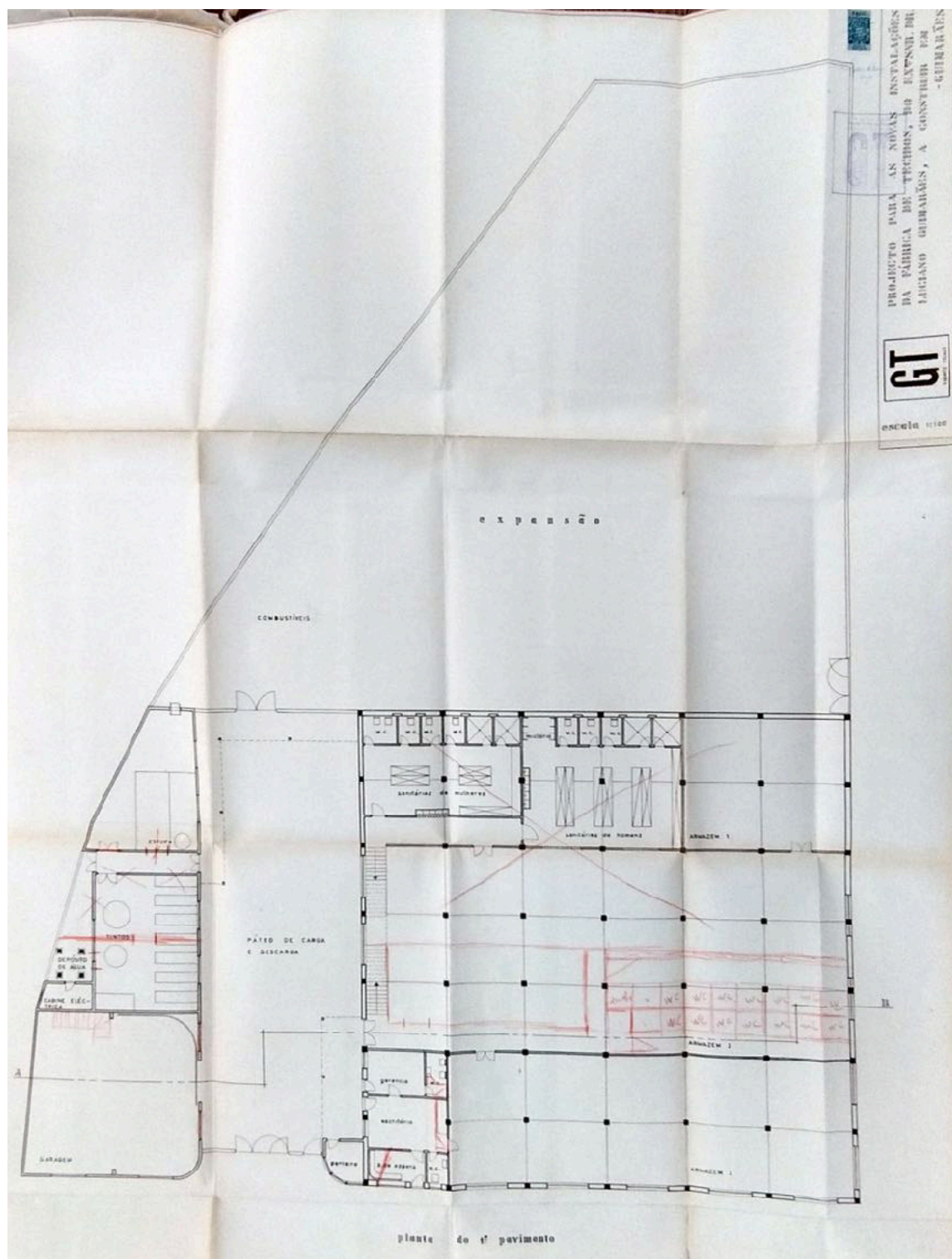


Fig.69. Planta do primeiro pavimento da fábrica.

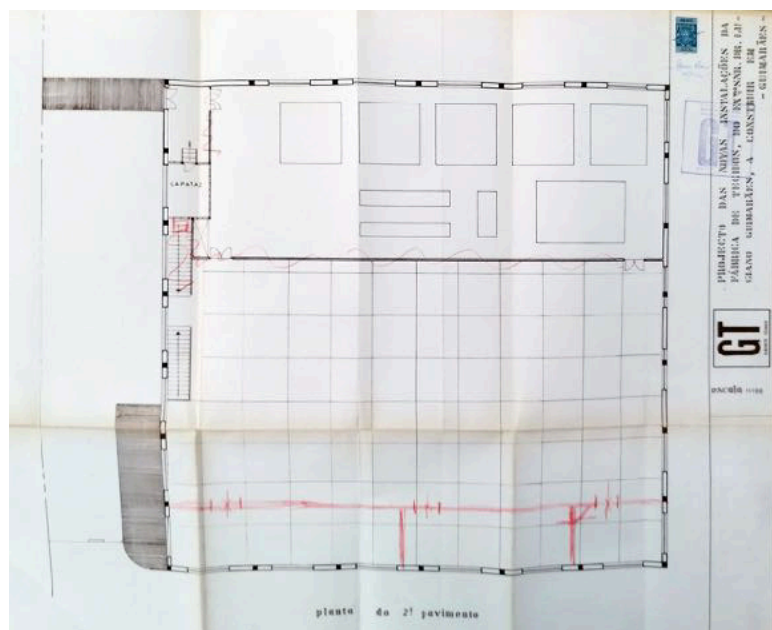


Fig. 70. Planta do segundo pavimento da Fábrica.

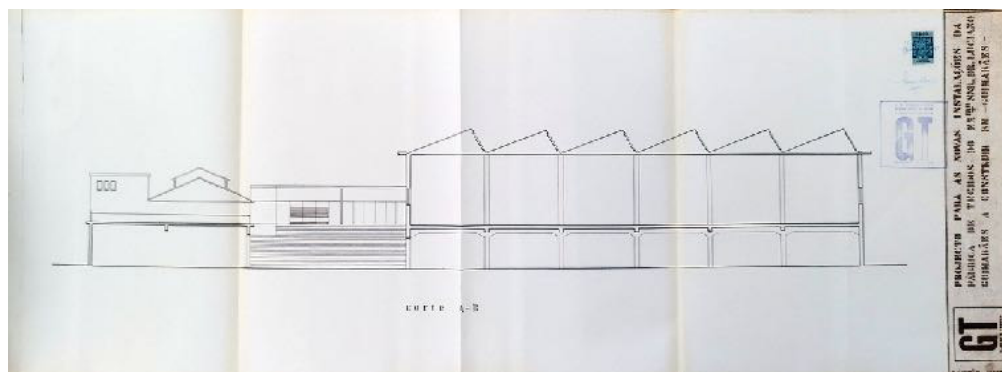


Fig.71. Corte longitudinal da Fábrica.

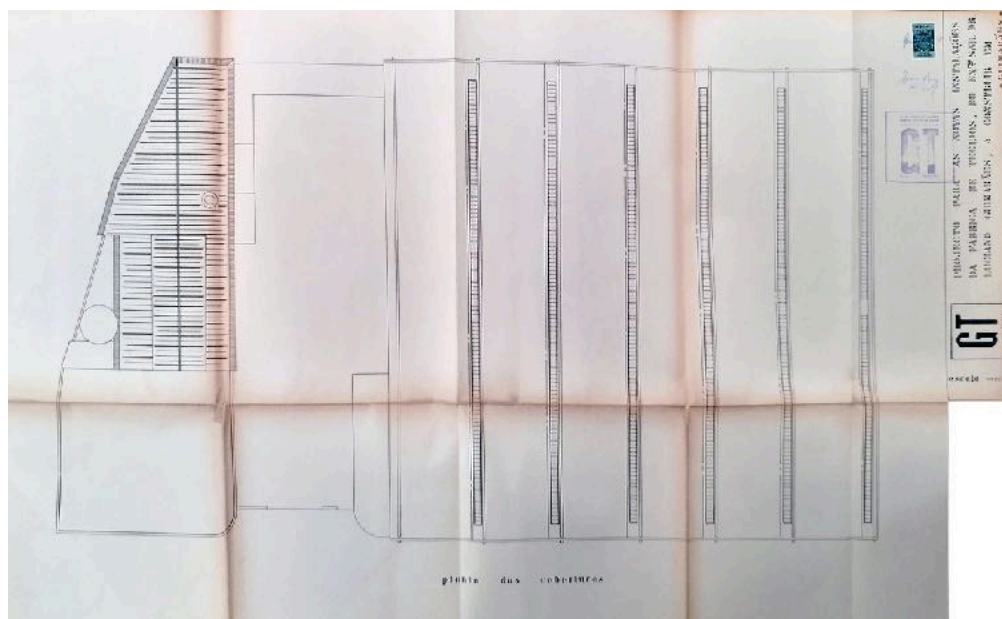


Fig.72. Planta de cobertura da Fábrica.

No ano de 1962 Augusto Luciano Guimarães, Industrial, com sede na rua da Caldeiroa, solicita licença¹¹ para construir um Posto de transformação, na rua dos Cães de Pedra, desta cidade, estando o projecto assinado por Albino Eurico Pinto da Silva, Engenheiro Civil, (U.P.) residente em Guimarães.

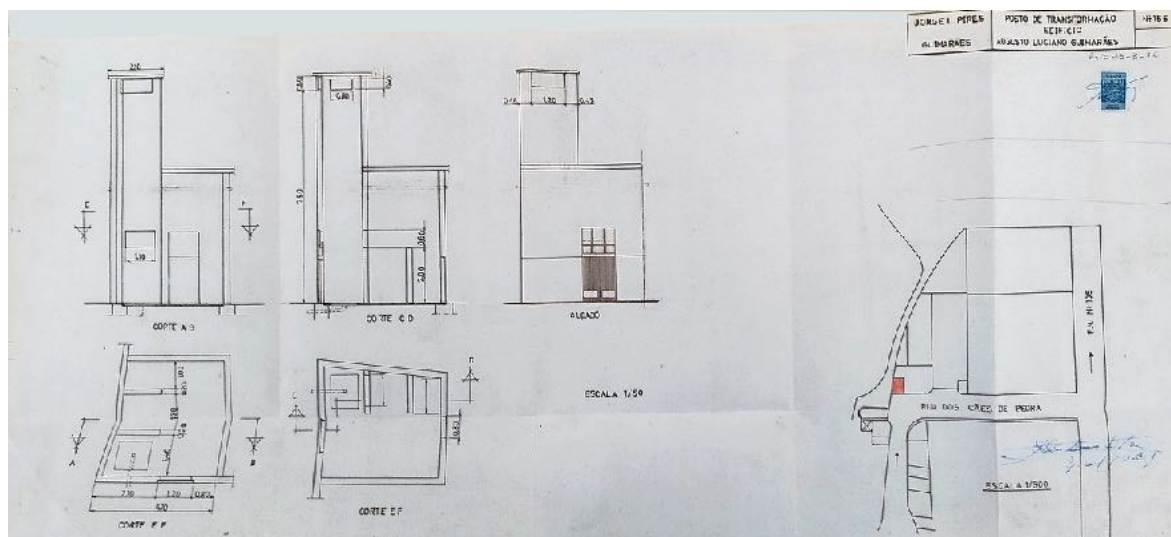


Fig. 73. Planta de localização, alçados e cortes do Posto de transformação na rua dos Cães de Pedra.

No ano a seguir, 1963, é apresentado aditamento ao Projecto das novas instalações da sua Fábrica de tecidos.

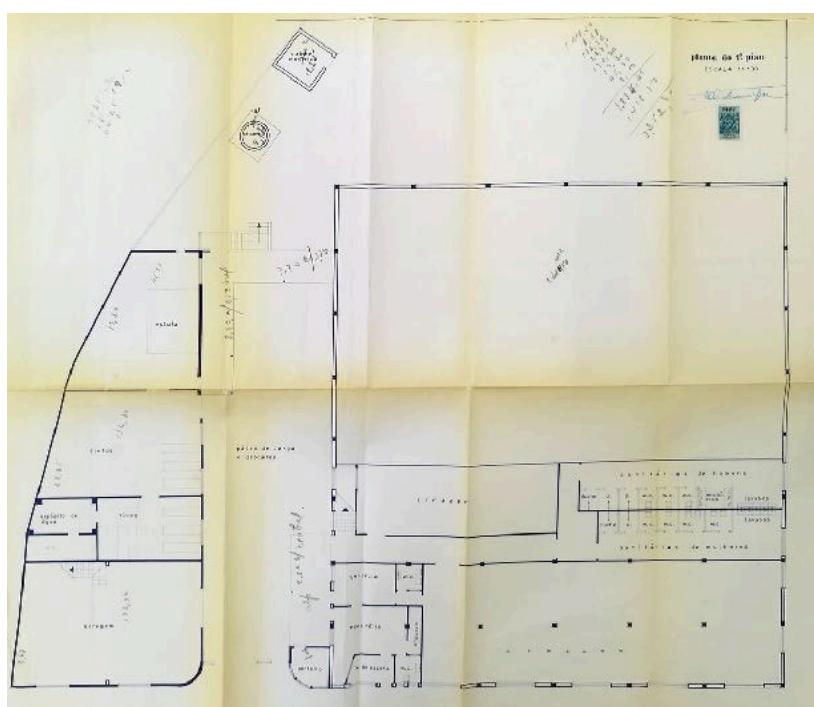


Fig. 74. Aditamento, planta do piso 1.

¹¹ AMAP 6-20-16-8-16

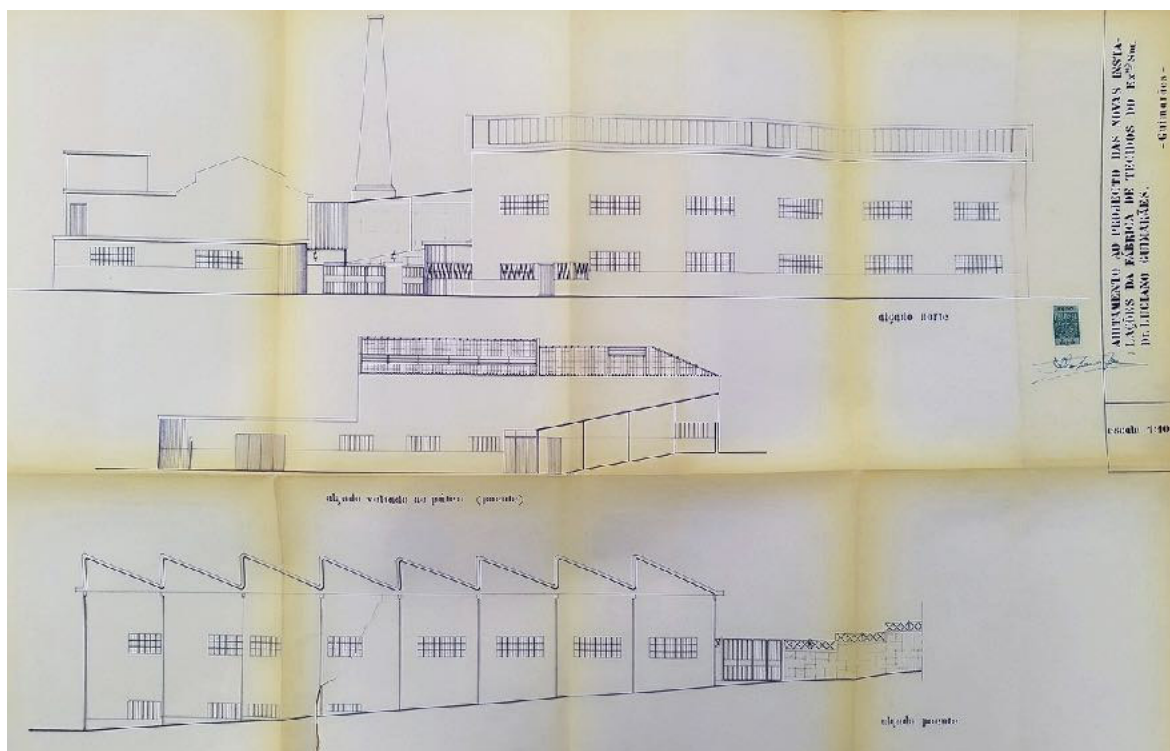


Fig. 75. Aditamento, alçados da Fábrica.

Com a Fábrica a laborar, no mês de janeiro de 1979 é apresentado um novo projecto¹² para a Ampliação das instalações fabris na rua Cães de Pedra, da firma Augusto Luciano Guimarães & Filhas Lda. sitas na rua Cães de Pedra.

Na Memória descritiva, assinada pela Engenheira Civil Maria José Rodrigues Ribeiro de Abreu, indica-se que << do programa proposto pelo proprietário, e do aproveitamento de um terraço já existente, com acesso interior, resultou uma solução que permitiu a instalação de novos escritórios de uma forma bem divorciada das instalações fabris e com acesso exterior independente.

A organização dos espaços internos permite, segundo as exigências habituais da firma, uma funcionalidade tal que não só permitirá uma rentabilidade maior por parte dos trabalhadores, mas também a sua própria comodidade.

A estrutura geral do edifício será mantida, no entanto terá que se formar uma parede resistente para apoio da laje que será cortada, que dará lugar à escada de acesso exterior e uma laje de pequena dimensão.

Sendo forçoso falar-se do aspecto técnico da solução projectada, cumpre nos realçar que sobre este aspecto pretendeu-se exclusivamente que exterior a solução traduzisse a simplicidade do esquema, /sem alardes de formalismo de qualquer espécie.

Assim o novo aspecto exterior parece-nos mais equilibrado no seu conjunto e para isso o tratamento do novo corpo será igual ao já existente (pintura a creme claro).

Estrutura e tosco:

- As paredes exteriores serão em alvenaria de tijolo, formando paramentos duplos.

¹² AMAP 1-23-12-3-5 Processo n.º 92045

- A estrutura de betão armado será constituída por lajes maciças pre-fabricadas.

As paredes interiores serão formadas por painéis pre-fabricados, com excepção das assinaladas nas plantas que serão, no andar, em tijolo vazado de 0.07 e no rés-do-chão em tijolo maciço à meia vêz alicerçada até ao terreno firme.

- A cobertura será em placas de lusalite, assente sobre armação de ferro.
- A rede de esgotos será executada conforme traçado.
- A instalação eléctrica será executada em conformidade com a legislação vigente.

Equipamento revestimento e acabamentos:

As superfícies de alvenaria em contacto com o solo e a atmosfera, bem como o sobreleito das fundações, serão impermeabilizadas com hidrófugo.

- As esquadrias exteriores serão em alumínio.
- As paredes interiores de tijolo e as exteriores serão rebocadas e pintadas.
- As paredes dos sanitários serão revestidas de azulejo.
- Os pavimentos serão em alcatifa ou mosaico vinílico. >>



Fig. 76. Planta de localização da proposta na entrada da Fábrica, do processo de ampliação dos escritórios da Fábrica de Augusto Luciano Guimarães & Filhas Lda. 1979.

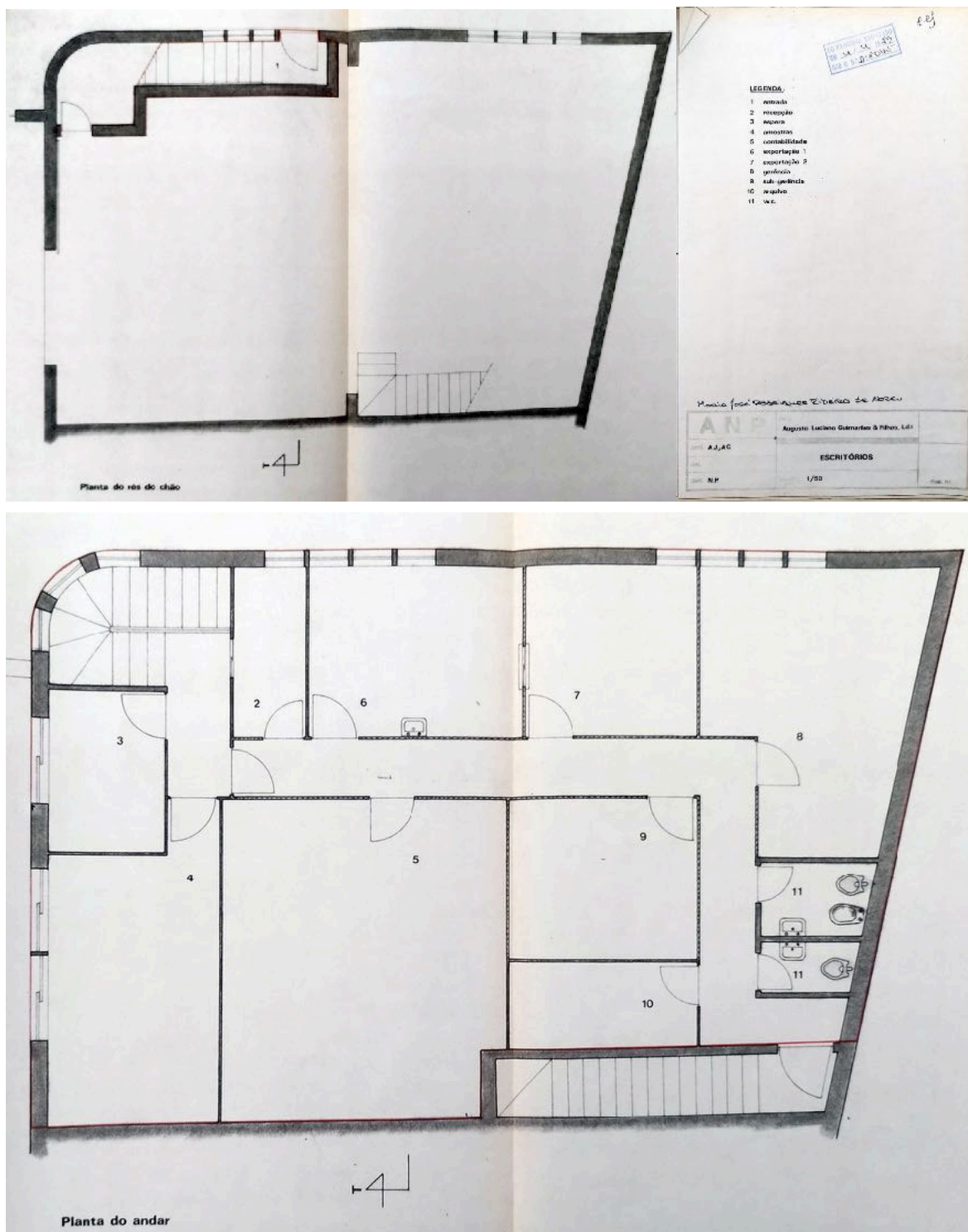


Fig. 77. Planta do rés-do-chão. Fig.78. Planta do piso 1, do processo de ampliação dos escritórios da Fábrica de Augusto Luciano Guimarães & Filhas Lda. 1979.

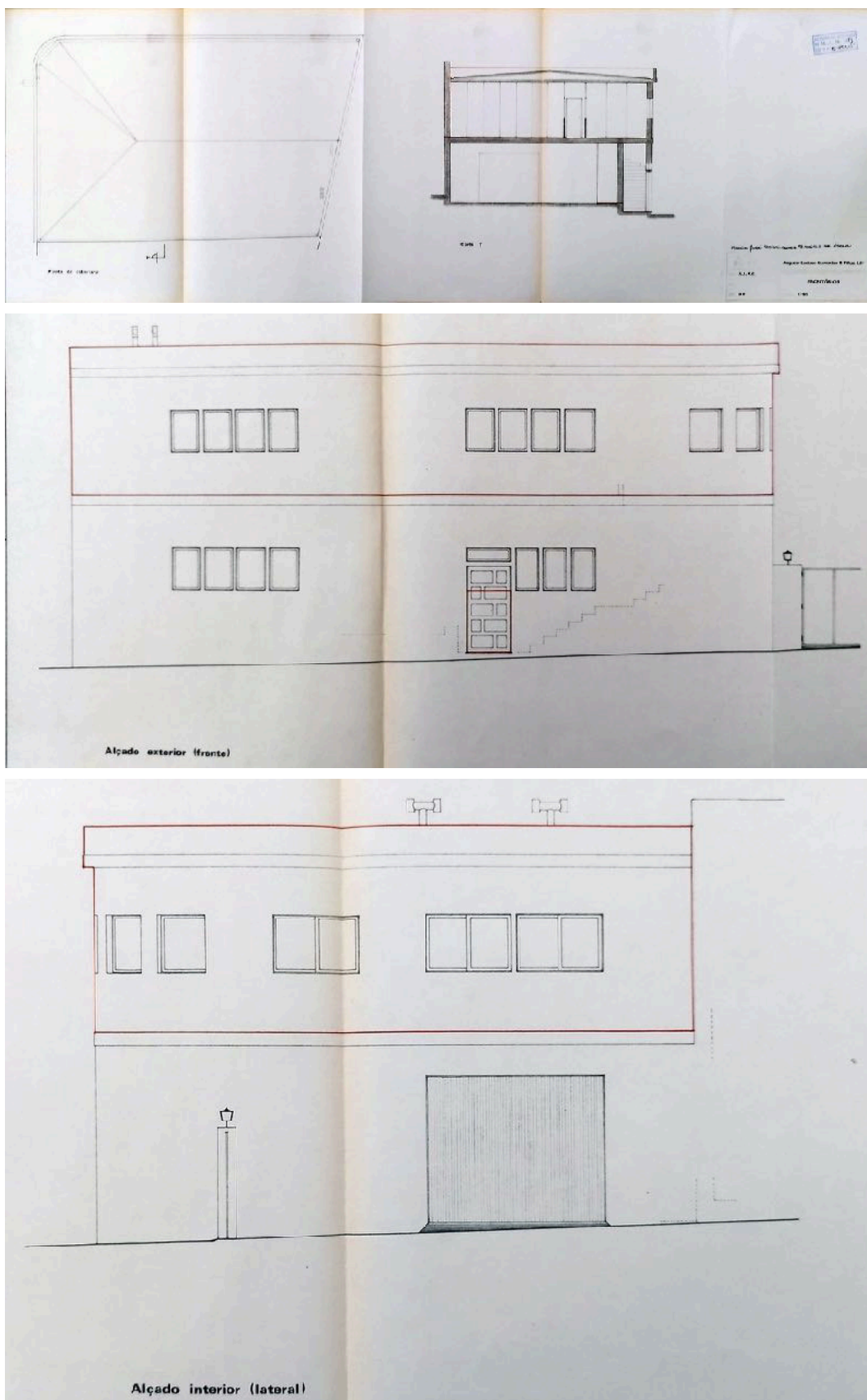


Fig.79 a 81. Planta de cobertura, Corte transversal e alçados do processo de ampliação dos escritórios da Fábrica de Augusto Luciano Guimarães & Filhas Lda. 1979.

No ano de 1981 é apresentado um pedido pela Firma AUGUSTO LUCIANO GUIMARÃES & FILHAS, Lda, Fábrica Tecidos de algodão e Têxteis Lar, para efetuar uma ampliação das instalações fabris e tinturaria¹³ e renovar as existentes, sitas no terreno que possui na freguesia de Urgezes, na rua Cães de Pedra, deste concelho, com a área de 312 m² e as confrontações indicadas na planta topográfica, constituindo o art. matricial n.º 813 e 1.138, registado na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o n.º 10.865_IPB-34 e 46.252 L.º B-128.

A Memória descritiva, assinada no mês de março de 1981 pelo Engenheiro Joaquim Ramos Silva, apresenta os aspectos construtivos, observando as normas técnicas gerais e específicas de construção, bem como as disposições regulamentares aplicáveis designadamente sobre:

<< Fundações:

- Os caboucos penetrarão no solo até à profundidade julgada necessária, de forma a que a pressão unitária não exceda a carga de segurança admissível para o terreno de fundação.
- Os alicerces serão em betão armado e/ou betão ciclópico de harmonia com detalhes previstos no projecto.

Paredes:

Serão empregues os seguintes elementos constituintes na construção de:

- Paredes exteriores - Blocos de cimento com câmara de 0,20 de esp.
- Paredes interiores - Blocos de cimento com câmara de 0,15 de esp.
- Pavimentos - Em função do artigo 35º do R.G.E.U. os pavimentos térreos
- serão constituídos por uma betonilha hidrofugada de 0,05 de espessura, assente sobre uma camada de brita de 0,15.
- O acabamento será em areado fino, com paredes lisas ou esquadreladas, de acordo com o projecto.
- Cobertura - Será em lage aligeirada que será coberta a chapas de fibrocimento, tipo Fibrolite.

Iluminação e arejamento:

Serão asseguradas por portas e janelas em conformidade com o projecto, executadas em chapas e perfis metálicos, pintadas com uma demão de cromado de zinco, uma de tinta de Gleo e uma demão de esmalte sintética.

Tudo mais que esta memória descritiva e justificativa prevê será executado segundo o regulamento em vigor dessa Câmara Municipal.>>

O custo total da construção dos 312m² era de dois milhões e oitocentos mil escudos.

O processo é indeferido no mês de maio de 1981 pelos técnicos da Direcção Regional de Planeamento Urbanístico do Norte e o Gabinete de Planeamento e Gestão Urbanística, porque << de acordo com o Plano Geral de Urbanização em execução, verificou-se não estar prevista a instalação de indústria, na zona atrás referida.>>

¹³ AMAP 1-23-11-9-8. Processo 9.1113



Fig.82. Planta de implantação da ampliação proposta da Fábrica de Augusto Luciano Guimarães & Filhas Ltda. 1981.

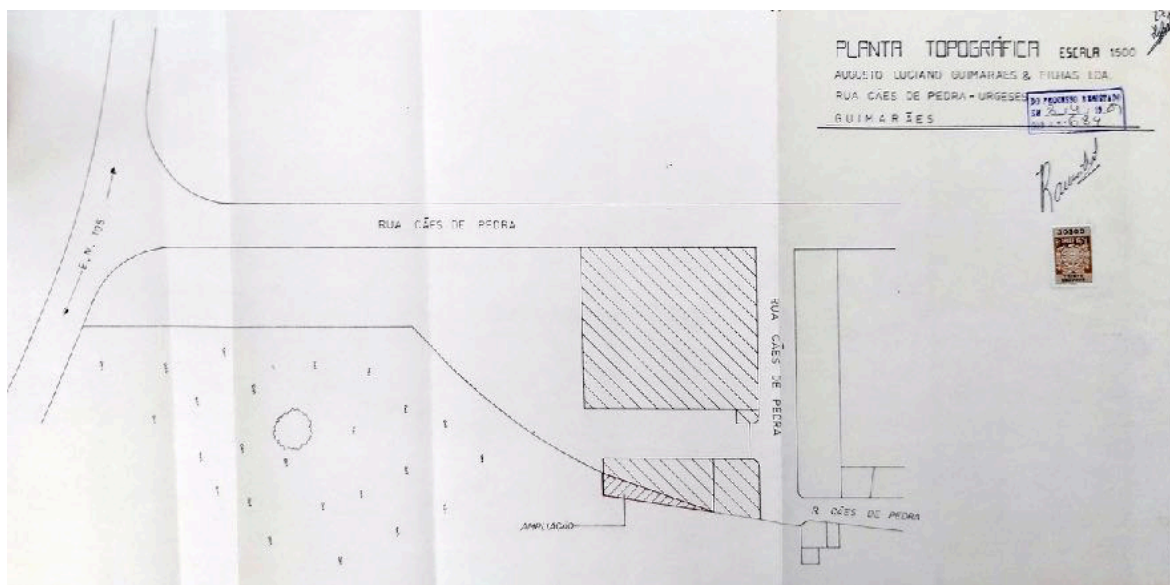


Fig.83. Planta topográfica da ampliação proposta da fábrica de Augusto Luciano Guimarães & Filhas Lda. 1981.

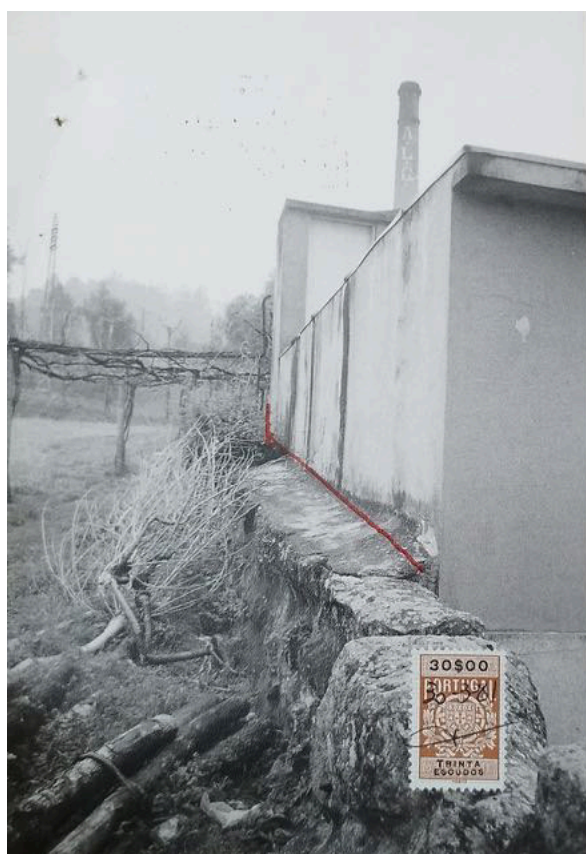


Fig.84 e 85. Fotografias que acompanham o processo da zona de ampliação proposta da Fábrica de Augusto Luciano Guimarães & Filhas Lda. 1981.

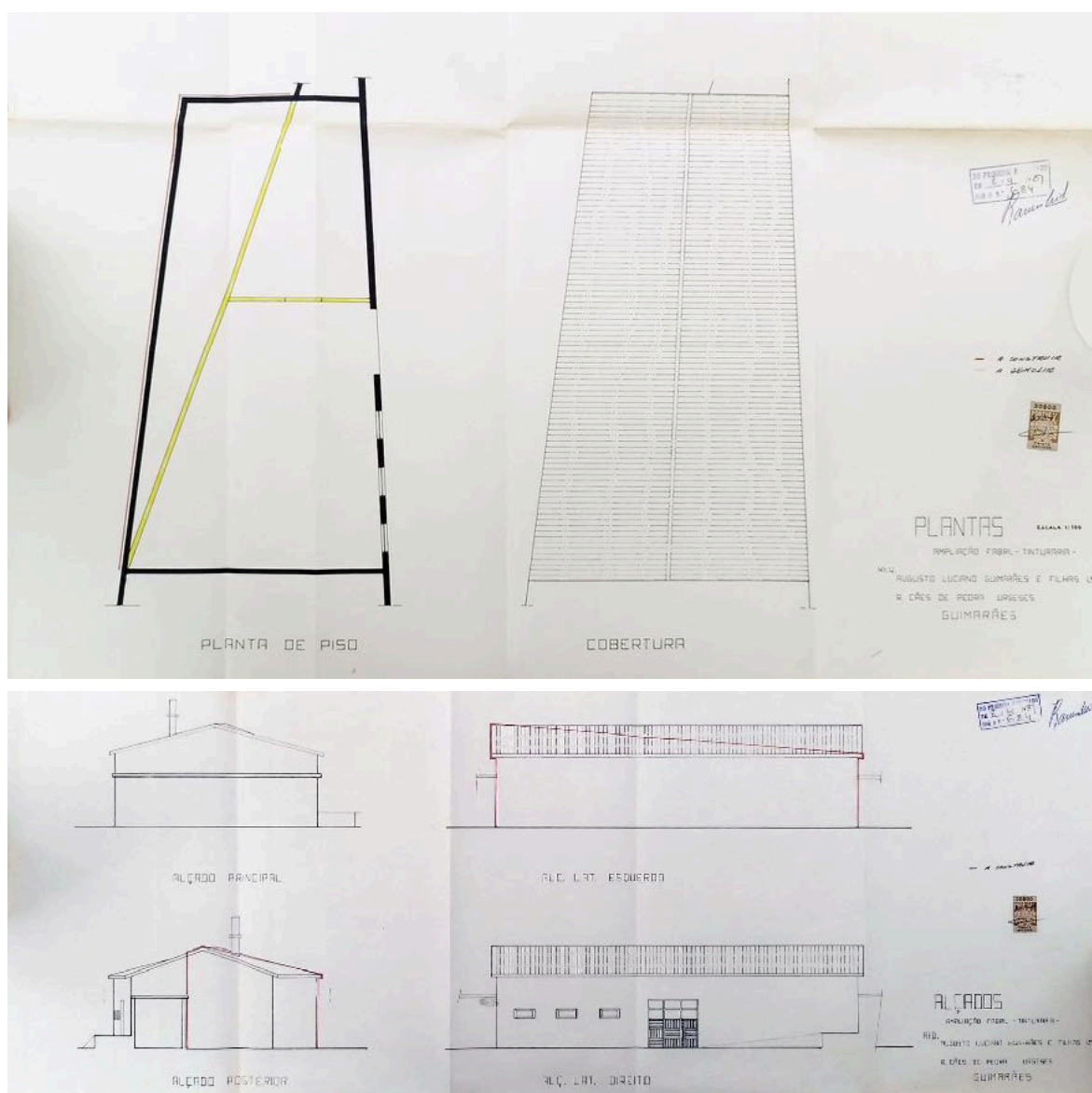


Fig. 86 e 87. Plantas alçados da ampliação proposta da Fábrica de Augusto Luciano Guimarães & Filhas Lda. 1981.

No dia 19 de maio de 1986¹⁴ a Sociedade Augusto Luciano Guimarães & Filhas Lda, pessoa colectiva n.º 500033374 passa a adoptar a denominação de JODIMONTE Empresa Têxtil Lda, tendo a sua sede e estabelecimento comercial na rua Cães de Pedra, Freguesia de Creixomil, cidade de Guimarães, e duração por tempo indeterminado, desde 2 de Janeiro de 1965.

¹⁴ D.R. III Série n.º 149, 2-7-1986, p. 7295.

No ano de 1995 é solicitado um pedido de viabilidade de localização para um estabelecimento industrial de fabrico de felpas com secção de confecção, classe C, solicitado por JODIMONTE - EMPRESA TEXTIL, LD^a. e destinado a tecelagem e confecção, sito na rua Cães de Pedra, Freguesia de Creixomil, Concelho de Guimarães, com processo n.º. IA - 03.08.13/12-94. Construção de fossas sépticas e poço absorvente¹⁵.

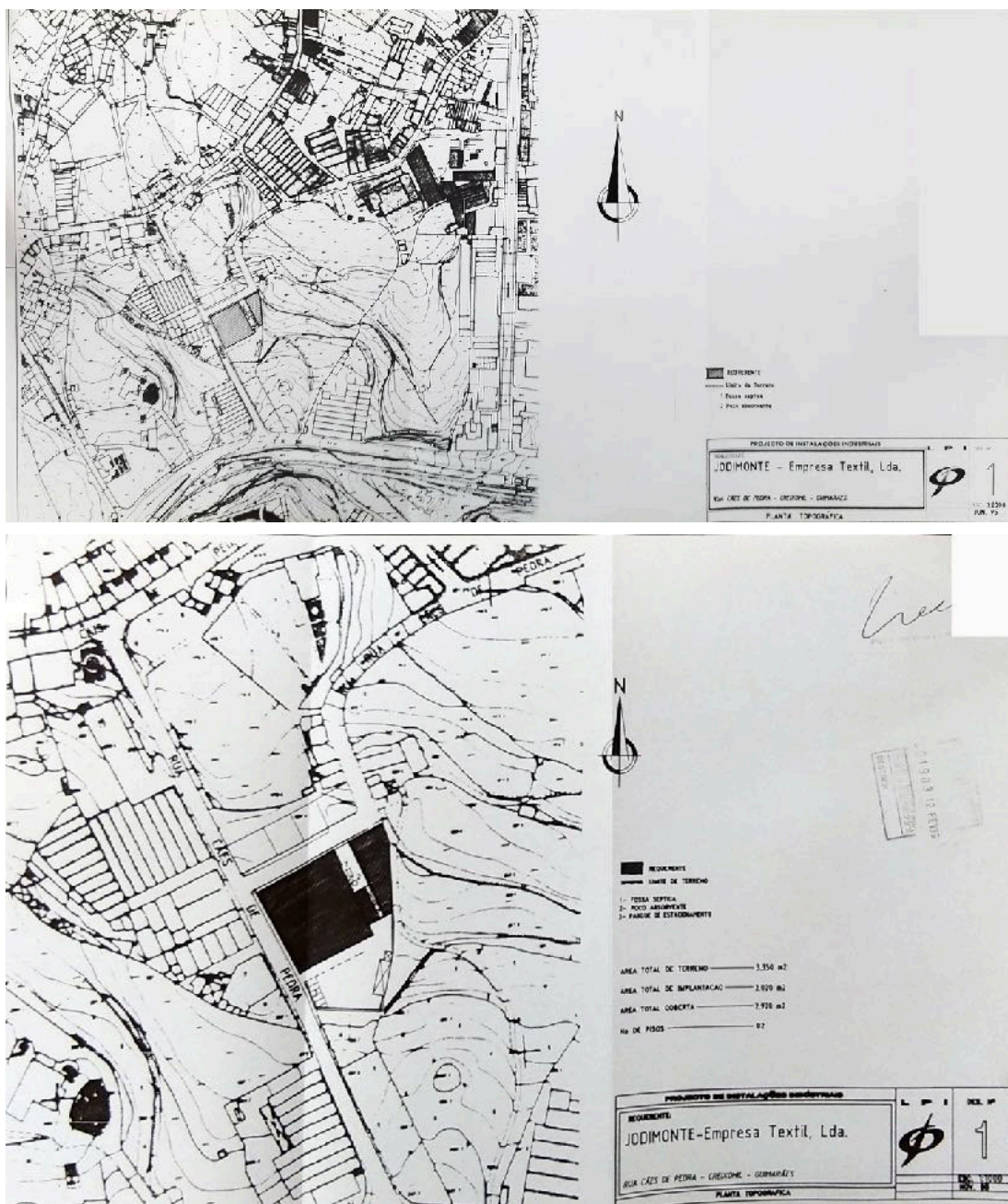


Fig.88 e 89. Plantas topográficas a escala 1:2000 e 1:1000. 1995.

¹⁵ AMAP 6-10-13-7-2 DP/4268 Proc 3917

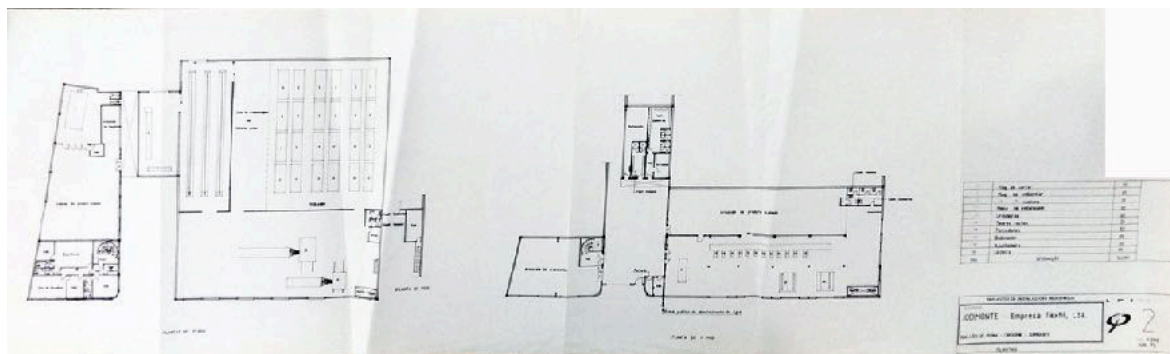


Fig.90. Plantas do piso 1 e 2. 1995.

No ano 2000 a Jodimonte, Indústria Têxtil Lda apresenta um pedido de informação prévia de viabilidade de construção de edifício para habitação colectiva, comércio e serviços, nos terrenos da sua fábrica, na rua dos Cães de Pedra, Guimarães¹⁶.

Segundo a Memória descritiva do Arquitecto Filipe Vilas Boas, o pedido << refere-se à proposta de edificação de um conjunto de edifícios de habitação colectiva, comércio e serviços, sobre um terreno localizado entre a rua Dr. Eduardo de Almeida e a rua de Cães de Pedra, classificado no PDM, como de construção central. O referido terreno, com a área de 3721m², encontra-se parcialmente ocupado por dois edifícios industriais, sendo um deles uma tinturaria e outro uma tecelagem e confecção.

De referir ainda, que o requerente, Jodimonte, empresa têxtil Lda, pretende com a presente viabilidade, possibilitar a "transferência" da sua indústria para uma zona industrial, podendo desta forma promover a venda deste espaço. Deste modo, o estudo apresentado prevê portanto a total demolição das actuais estruturas construídas, de forma a se aplicar o conjunto da proposta de organização do actual espaço, incluindo terreno de logradouro, para um programa de habitação colectiva, comércio e serviços. Formalmente a solução caracteriza-se pela implantação de três edifícios com uma volumetria que corresponde à "zona de construção central - cêrcea dominante", colocados perpendicularmente ao arruamento principal, "apoiados" noutra paralelo a esta, de um só piso, o qual garante a "frente de rua" e a transição da cêrcea para os edifícios mais altos. Também foi tido em consideração, as relações de continuidade com as construções novas, contíguas ao longo dos arruamentos confrontantes. A proposta considera igualmente a organização dos "pátios" entre os edifícios, integrando-os na intervenção, remetendo desta forma os encargos do arranjo futuro para os utentes moradores, o seu uso e manutenção.

Dadas as características da implantação dos edifícios existentes, é possível facilmente executar as garagens ao nível do rés-do-chão dos novos edifícios propostos, evitando a realização de desaterros para caves para estacionamento colectivo.

A proposta, apesar de apontar algumas características arquitectónicas, não pretende que esta defina com rigor a linguagem a adoptar no futuro projecto de construção.

Esclarece-se que o desenho é omisso relativamente a tipologias e acessos verticais, permitindo igualmente soluções tipológicas que se adequem às volumétricas e usos definidos. No entanto, os acessos exteriores, circulações de condomínio, estacionamento, devem ser respeitados pelo projecto a submeter a licenciamento. O quadro sinóptico

¹⁶ AMAP 1.21-88-14

apresentado, com as áreas e ocupações refere-se ao estudo agora elaborado, no qual foi previamente simuladas tipologias possíveis.

Finalmente, é garantido desde de já que as condicionantes propostas e outras que venham a ficar definidas neste processo de viabilidade, serão objecto de um cuidado projecto de arquitectura de modo a salvaguardar as intenções formais dos novos edifícios, de modo a dignificar a imagem da cidade.>>

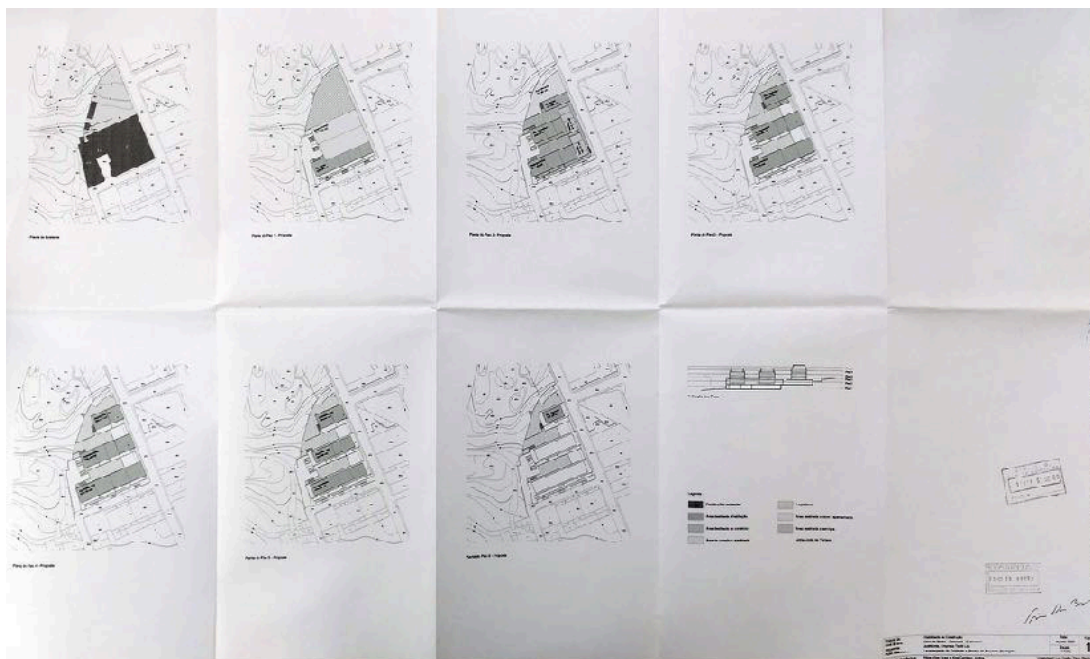


Fig.91. Planta do existente e plantas da proposta para construção de prédio de habitação colectiva. 2000.



Fig.92 a 95. Vistas das fachadas da Fábrica das Jodimonte. 2000.

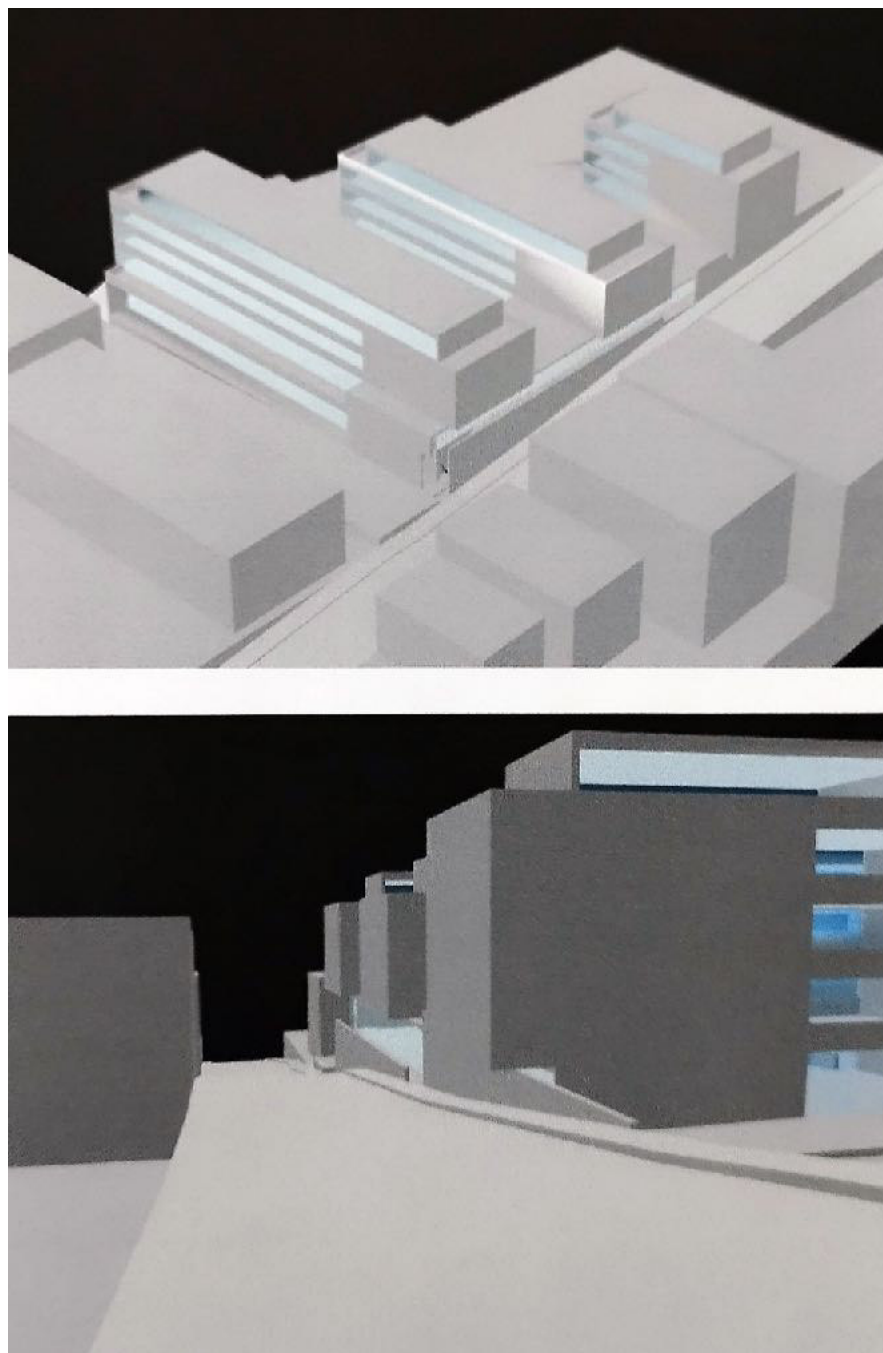


Fig.96 e 97. Volumetrias da proposta para construção de prédio de habitação colectiva. 2000.

A fábrica da Jodimonte é demolida no ano de 2020 pela Firma João Costa Oliveira Engenharia e Construção, Unip Lda. ao abrigo do Alvará de demolição, 761/19, com data de 11/12/2019, para a construção do supermercado Mercadona de Urgezes, tendo-se conservado como único elemento construtivo da antiga fábrica a chaminé de expulsão de fumos, levantada em alvenaria de tijolo e argamassa de cal.



Fig.98 a 101. Sequência de ortofotografias da Fábrica Jodimonte. Anos 2004, 2019, 2020 e 2022 já com o Supermercado Mercadona construído.



Fig. 102. Chaminé da Fábrica da Jodimonte preservada junto ao Supermercado Mercadona. 2025.

4.5. PALÁCIO VILA FLOR (O.P.5)

Coordenadas: 41° 26'14" N e 8° 17' 42" W X: -13540.79 Y: 196460.72 Cota: 190,50

O Centro Cultural Vila Flor integra entre as suas edificações o antigo Palácio de Vila Flor e o seu jardim. O Palácio é considerado Ocorrência Patrimonial por encontrar-se na área envolvente do perímetro da intervenção, no lado Este da Avenida de Dom Afonso Henriques, frente à demolida Fábrica do Cavalinho.

Edifício de planta retangular, é mandado construir no ano de 1747 por Tadeu Luis António Lopes de Carvalho da Fonseca e Camões, fidalgo da Casa Real, senhor dos Coutos de Abadim e Negrelos.

O palácio com o jardim, formado por três patamares com um pomar e horta, aparece representado numa gravura da parte sul da cidade de Guimarães; 1750 - referência nas Memórias Paroquiais da Cidade de Guimarães à casa e jardim de Vila Flor "admirável em sua arquitectura e na grandeza e fábrica do jardim..."; 1812 - os então proprietários do palácio, João José de Almeida Velho e Lencastre, Visconde de Vila Nova do Souto de El-Rei, e a viscondessa D. Maria Joana do Monte Forjaz da Câmara e Meneses, seu irmão e cunhada, vendem a sua casa de Vila Flor e pertenças, e os prazos do Minhotinho, Minhoto e Cavalinho, com pertenças e foros, por 10.800\$000 réis, a sua prima D. Maria Leonor de Sousa Peixoto de Carvalho, do terreiro de Santa Clara; séc. 19 - é seu proprietário o 1º conde de Arrochela, Nicolau de Arrochela Vieira de Almeida Sodré Laborão (1799-1867), que casou em 1840 com Virgínia Thatcher; 1852, Maio 15 - aquando da sua estadia em Guimarães, durante uma visita ao Minho, a rainha D. Maria II hospedou-se no Palácio de Vila Flor; 1884, Março 27 - Soares Veloso, gerente do caminho de ferro de Guimarães, proprietário do Palácio de Vila Flor, disponibilizou as suas dependências, para a organização da Exposição Industrial Vimaranesense; 1884 - a propósito da Exposição Industrial Vimaranesense, a imprensa local refere-se ao palácio, ao qual ainda falta completar a ala N.; 1884, Julho 26 - encerramento solene, no Palácio de Vila Flor, da Exposição Industrial de Guimarães, promovida pela Sociedade Martins Sarmento; 1887 - principiaram os trabalhos para a construção da Avenida da Indústria, actual Avenida D. João IV, através dos terrenos de Vila Flor e até ao monte do Cavalinho; séc. 20, inícios - adquirido pela família Jordão, de Guimarães, a qual completou a ala N. do edifício e lhe acrescentou uma mansarda; 1976 - em adiantado estado de degradação, foi adquirido pela Câmara Municipal de Guimarães para instalar, naquela cidade, uma extensão da Universidade do Minho; 2005 - conclusão das obras de construção do novo edifício; 17 Setembro - inauguração do Centro Cultural com o concerto dos Madredeus; 2006 - menção honrosa na categoria de espaços exteriores de uso público na obra de requalificação do Centro Cultural¹⁷.

¹⁷ IPA. 00000756.



Fig. 103. Vista da Fachada Norte do Palácio Vila Flor nos ano de 1950 e da Avenida de Cândido Reis com a Fábrica do Cavalinho. (PTRMGMRFCFM0412). Fig. 104 a 106. Fachada Sul, fachada Oeste e jardim do Palácio de Vila Flor na atualidade.

4.6. FÁBRICA DO ARQUINHO E PONTE DA MADROA OU DE VILA NOVA (O.P. 6 E 8)

Coordenadas: 41° 26' 19" N e 8° 17' 49" W X: 13. X: -13692.66. Y: 196602 cota: 167,50

A Fábrica de Fiação e Tecidos do Arquinho, criada em 1913, pela mão do "brasileiro" António José Pereira de Lima¹⁸, na área urbana situa-se na rua da Caldeiroa em frente da Fábrica de Fiação e Tecidos da Madroa e nos terrenos contíguos às desaparecidas Fábricas do Cavalinho, do Minhoto e da Jodimonte.

Tomou o nome de arquinho da sua localização, já que em frente ao portão principal da fábrica se localizava a ponte medieval do Arquinho (O.P.8), (sitio nº 54 da Carta Arqueológica de Guimarães¹⁹), cuja primeira referência desenhada se encontra na Planta de Guimarães datada de cerca de 1570²⁰.

Segundo Maria João Lima da Silva (2014)²¹ << na altura da Segunda Guerra Mundial, a Arquinho chegou a ter cerca de 160 funcionários. Os seus produtos eram inicialmente fabricados em teares manuais e, mais tarde, com a modernização da indústria têxtil, o linho e o algodão passaram a ser trabalhados através de máquinas a vapor. Em 1923, participou na Exposição Industrial Agrícola onde foi condecorada com a medalha de ouro em colchas e atalhados. Segundo as fontes encontradas²² sobre a história e evolução deste espaço, durante os seus anos no ativo, a empresa esteve sempre na família dos Pereira de Lima. Devido à evolução do tempo e da tecnologia, através da visita ao local e de algumas plantas antigas de Guimarães, foi possível concluir que houve algumas modificações no seu terreno e edifícios. Infelizmente, foi impossível saber ao certo as mudanças que foram efetuadas ao longo do tempo, devido à falta ou inexistência de dados no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. O único documento existente, ligado ao nome de António José Pereira de Lima, na Rua Trindade Coelho (antigo nome da Rua da Caldeirôa), referia-se a "ampliar fábrica de tecidos" e não continha quaisquer desenhos ou detalhes.>>

Representada na planta aerofotogramétrica de Guimarães de 1942, está implantada na rua da Caldeiroa, junto a um tramo do rio de Couros que corria a céu aberto paralelo ao seu muro perimetral²³. A fábrica está localizada a uma cota muito inferior relativamente aos terrenos da Quinta dos Cães de Pedra, da Fábrica do Cavalinho e do Minhoto (chegando a ter uma diferença de cota de 30 m em relação à Fábrica do Minhoto), sendo visível desde Sul apenas a sua alta chaminé.

Comparando o conjunto edificado representado na planta de 1942 com uma ortofotografia de Google Maps de 2005 observa-se que no número dos edifícios e na sua

¹⁸ Tratavenoticias BOLETIM TRIMESTRAL · Nº 55 · JUNHO 2018 No presente e no futuro do Vale do Ave.

¹⁹ RAMALHO, Paula; SILVA, Sofia; "Carta Arqueológica de Guimarães: Catálogo"; Câmara Municipal de Guimarães; 2024 (no prelo)

²⁰ A ponte representada na planta de Guimarães de 1569 é denominada com nome de Ponte de Vila Nova.

²¹ SILVA, Maria João Lima da; "Fábrica como residência ERASMUS: reabilitação na Fábrica do Arquinho, Dissertação de mestrado, Universidade do Minho, 2014; in <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/34519>

²² O labor de Grei, publicação comemorativa da Exposição Industrial e Agrícola Concelhia realizada em Agosto de 1923 e PEREIRA, Augusto Castro; História da indústria do vale do Ave (1890/2001), Gráfica Covense, Santo Tirso 2002.

²³ Este tramo do rio de Couros deverá corresponder com o representado a montante da Ponte de Vila Nova na planta de Guimarães de 1569, atualmente canalizado com uma estrutura capeada de grande esteios.

implantação não houve grandes alterações, pelo menos desde os anos 40 do séc. XX. A fábrica desenvolve-se ao redor de um edifício central de grandes dimensões onde se localizaria a sala de produção, estando os edifícios secundários, os mais antigos levantados em perpiano e os mais contemporâneos em betão armado, destinados à armazenagem, escritórios, etc.



Fig.107. Planta aerofotogramétrica de Guimarães de 1942 com a indicação da Fábrica do Arquinho e o tramo do rio de Couros a céu aberto. Fig.103. Aerofotogrametria da Fábrica do Arquinho do ano de 2005. Google Maps. Fig.108 a 112. Fachada da fábrica voltada para a rua da Caldeiroa e fachada lateral. Nave central com as tesouras metálicas à vista e a chaminé como elemento vertical de destaque.

Embora as alterações que a edificação sofreu, ao longo do tempo, não estarem totalmente descodificadas consegue-se, no entanto, retirar algumas conclusões sobre o desenvolvimento histórico desta fábrica. Quase 100 anos após a sua fundação, em junho de 2011, deflagrou um incêndio na fábrica que destruiu grande parte das zonas mais antigas, devido à estrutura interior de madeira e que causou o desabamento da cobertura de três pavilhões (Lima, 2014).

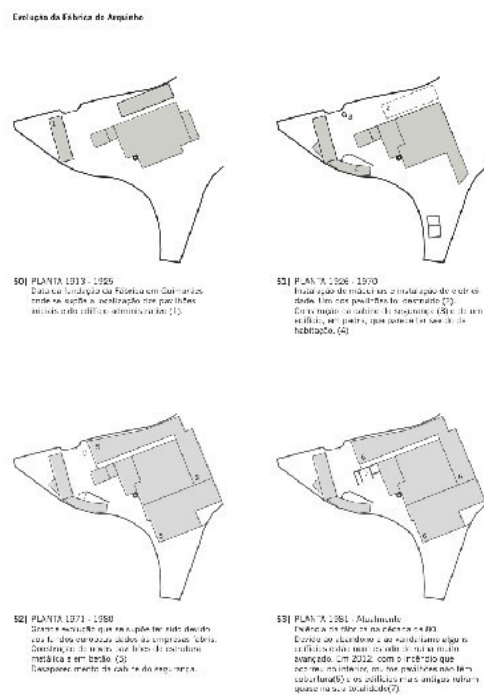


Fig. 113. Proposta evolutiva da Fábrica do Arquinho. (LIMA, 2014)

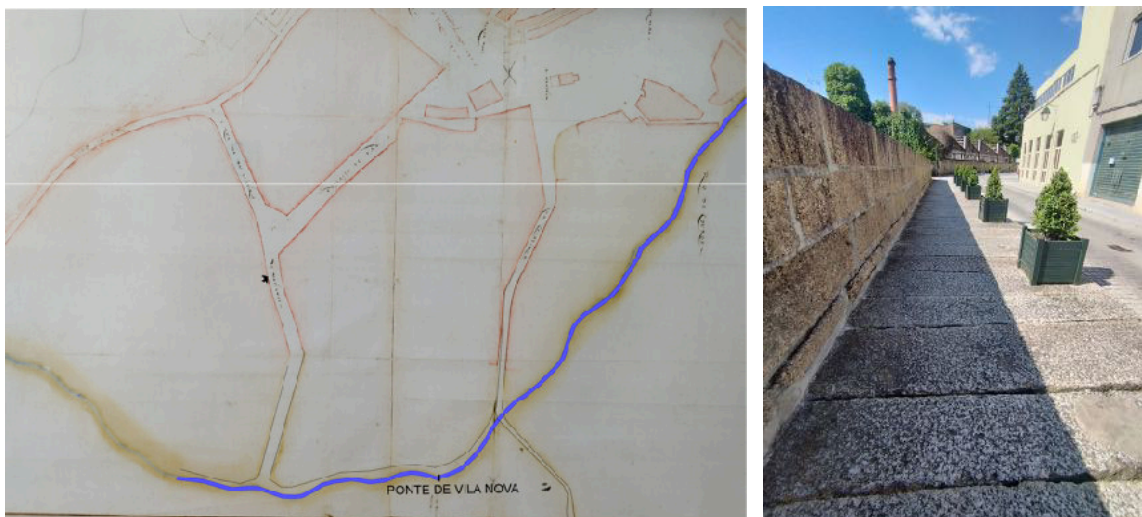


Fig.114, Pormenor da planta de Guimarães de 1569 com indicação da ponte de Vila Nova e tramo do rio de Couros a montante da Fábrica do Arquinho. Fig. 115. Vista do capeamento do encanamento do rio de Couros na sua passagem junto à Fábrica do Arquinho, na zona onde se localizaria a Ponte da Madroa ou de Vila Nova (O.P.8).

4.7. FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DA MADROA (O.P.7)

Coordenadas: 41° 26' 20" N e 8° 17' 55" W X: -13821.25 Y: 196645.39 Cota: 166,50

No mês de dezembro do ano de 1926²⁴ Freitas Pereira e Companhia Lda submete um Requerimento pedindo licença para transformar o prédio onde está instalada a sua Fábrica de Fiação e Tecidos da Madroa, situada à face da rua da Alegria, aumentando-o, tendo para isso de continuar a sua fachada actual com outra parte igual e desviar um pouco para o lado o portal de ferro ali existente.

Segundo a Memória Descritiva do Arquitecto José Luis Ferreira <<esta transformação beneficiará bastante a sua fábrica, pois aumentará ao salão da tecelagem uma sala para Reparadoras dos tecidos e no 1º andar uma sala a mais para depósito dos mesmos.

Para esta obra serão feitos os seus alicerces que irão à profundidade necessária, isto é, até encontrarem o terreno firme e serão de alvenaria bem calçada e em seco. Depois de feito todo o ensoleiramento, serão levantadas todas as suas paredes, que são em perpianho contrafiado na grossura de 30 cm, com as suas juntas calafetadas a cimento, sendo a sua fachada principal toda em granito lavrado, com as ...>>

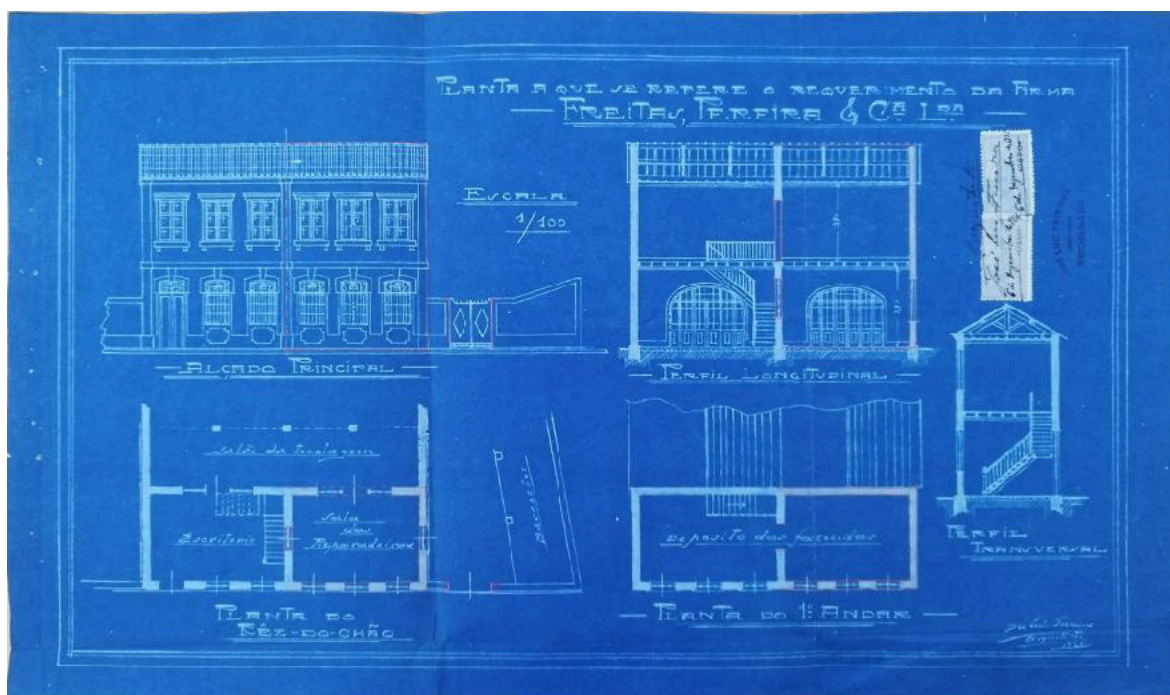


Fig. 116. Planta cortes e alçado do projecto de ampliação apresentado no ano de 1926.

²⁴ AMAP 10- 23-8-9-4

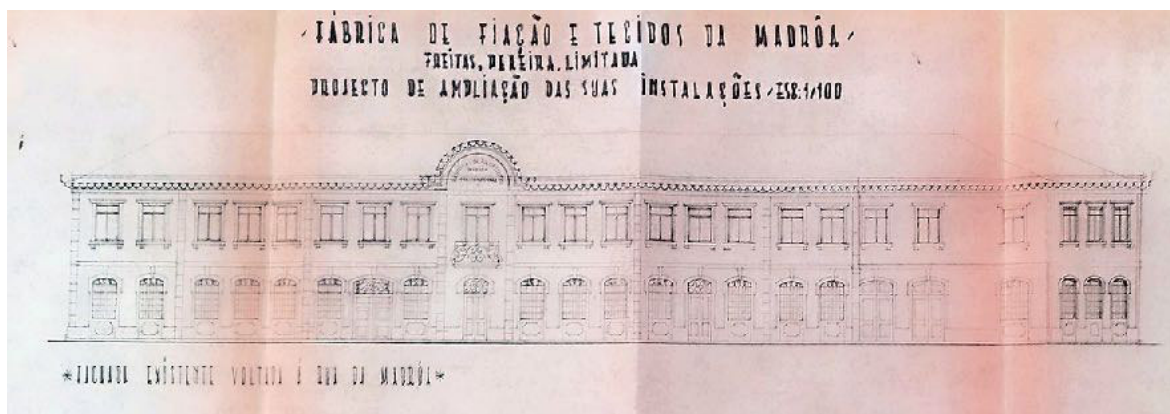


Fig.117. Fachada resultante do projecto de ampliação de 1926. Pormenor do projecto de ampliação de 1949 apresentando o alçado como existente.

No mês de fevereiro do ano de 1931 é apresentado um novo Requerimento²⁵ pelos proprietários para ampliar a sua Fábrica de Tecidos da Madroa com mais um andar destinado a fiação.

Segundo o Arquitecto Abel Cardozo << consiste o presente projecto de ampliação da fábrica de tecidos da Madroa, de Freitas, Pereira e Companhia desta cidade, no aproveitamento do terreno ligado á mesma fábrica, pelo Sul, para nele levantar uma parede a toda a profundidade, paralela e a 4,7 da actual fachada que limita do mesmo lado o salão de tecelagem, o qual servirá de divisória entre, como guarda-fogo, para um salão de fiação e um anexo próprio.

Para isso serão demolidos 14,5 de parede da referida fachada, colocando-se no alinhamento dela quatro colunas para o apoio das asnas e frechais, tanto das que sustentam a cobertura existente como das que hão-de apoiar-se também ao muro de guarda-fogo, pelo modo como se vê na planta junta, ficando, assim, os dois salões contíguos comunicando amplamente entre si. O muro que presentemente circunda pelo Sul e Poente e Nascente a referida fábrica será acrescentado até a linha da beirada da cobertura, ficando uma água para o Poente e com empena a Nascente, á altura da empena do salão actual. A Poente, que é o lado da fachada principal, será tapada a entrada existente, que ficará em forma de porta, para serventia do anexo, mais ao sul.

As paredes serão construídas com perpianho da espessura de 0,30, e igual ao existente no muro a acrescentar. Os alicerces serão construídos á profundidade necessária e a pedra será colocada com tratamento ao uso geral e devidamente argamassadas a suas juntas.

A cobertura será de pinho nacional e eucalipto bem secos com as dimensões necessárias para a devida construção, levando telha de Marselha.

Toda a construção será feita com materiais de 1ª qualidade, e nas condições determinadas pelo Código de Posturas e mais legislação em rigor especialmente no que diz respeito à segurança e acabamento. >>

²⁵ AMAP 10-28-8-9-44

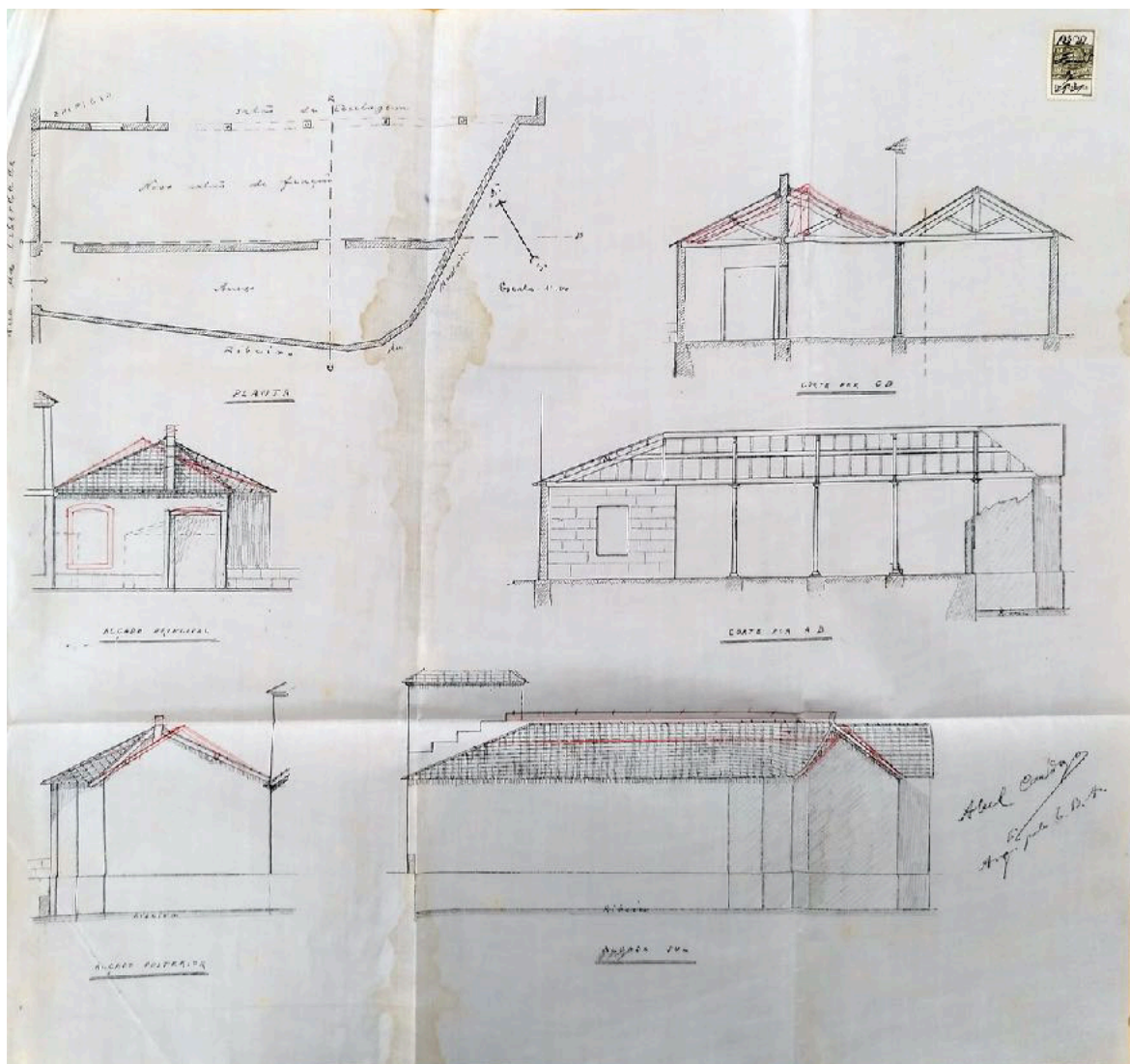


Fig. 118. Planta, cortes e alçados do projecto de ampliação da Fábrica de Tecidos da Madroa. 1931.

No mês de março do mesmo ano é apresentado um outro requerimento²⁶ para a construção de um anexo à Fábrica no espaço compreendido entre a guarda do pontilhão²⁷ (Nascente) do Ribeiro e o muro de suporte do lado Sul, com a profundidade de 13 metros.

A Repartição de Obras informa não haver inconveniente em ser concedida a licença requerida, para o que requerente deve adquirir o muro de suporte com o terreno que lhe corresponde e para o qual esta repartição propõe o valor de duzentos e noventa e nove escudos e cinquenta centavos. O requerente deverá mandar por sua conta e segundo as indicações desta repartição os lavadouros para jusante da ponte.

²⁶ AMAP 10-23-8-9-47

²⁷ Será este pontilhão o denominado como ponte da Madroa?

Na Memória Descritiva, o Arquiteto Abel Cardozo informa que << o projecto consiste na construção de um pavilhão no espaço ocupado pelo regato que ali passa, entre o pontilhão, o muro de socalco dos lavadouros e a atual parede Norte do regato, como na planta adjunta. Para isso será a fachada apoiada no lugar da guarda do pontilhão, a parede lateral Sul assente no socalco referido e a parede do Nascente apoiada na viga externa, das quatro vigas a construir em cimento armado para apoio do pavimento feito da mesma massa, devendo esto ficar a 1.5m do nível normal da água. Os lavadouros existentes serão reconstruídos a jusante do regato como se julgar mais conveniente. As paredes serão em perpianho travado, e a cobertura será armada em asnas de eucalipto e levará telha de Marselha.>>

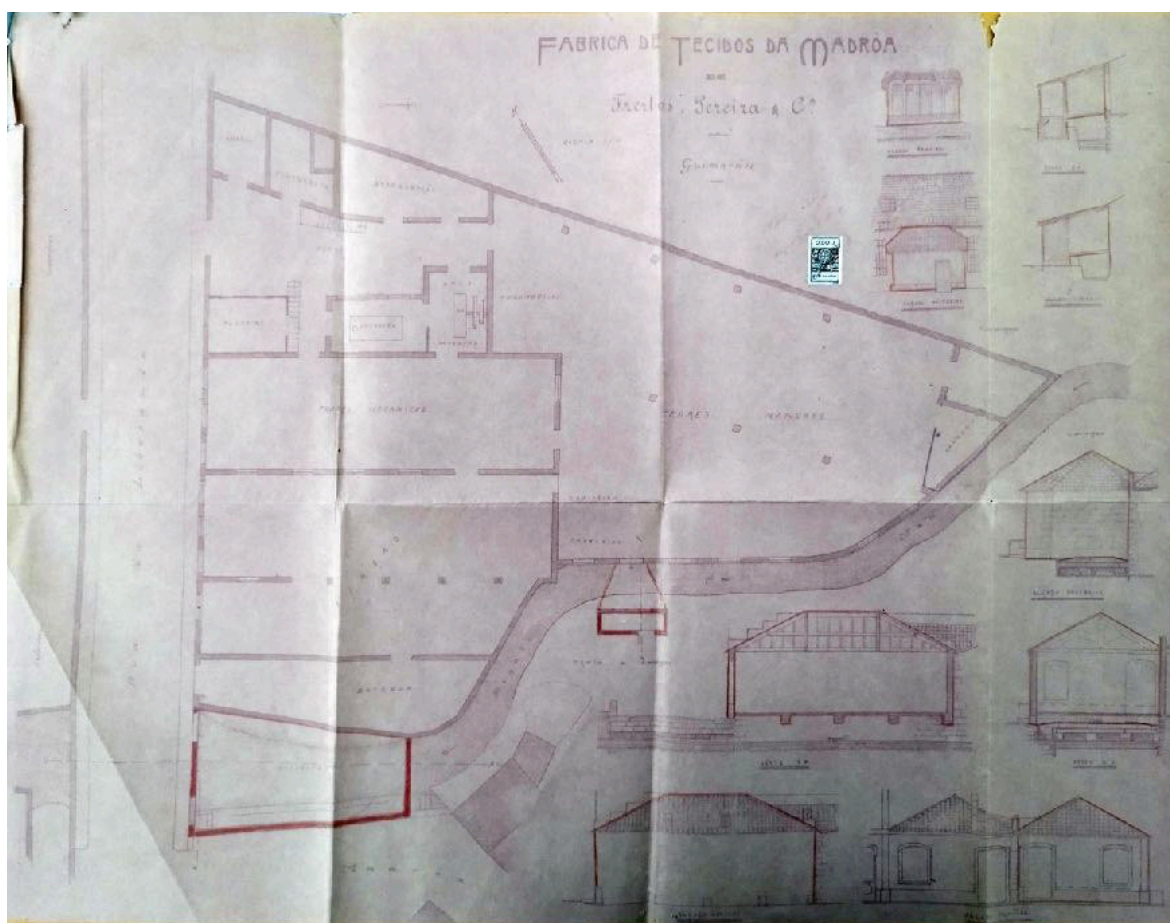


Fig. 119. Planta de projecto com a representação da planta do piso térreo existente com a indicação das diferentes áreas por atividade e planta cortes e alçados da proposta. 1931

Conforme se observa na planta, a Fábrica desenvolvia-se ao longo da rua da Liberdade e do regato da Madroa, tendo no piso térreo duas grandes áreas, uma para os teares manuais com a engomaderia, urdideira e caneleira e outra para os teares mecânicos, junto à sala de máquinas, sala de fiação e batedor, assim como salas independentes para tinturaria e branqueação.

No ano de 1933 apresenta-se um projecto²⁸ por Domingos Martins da Costa, para abertura de um poço no lugar da Madroa num terreno da sua propriedade confiante com a rua da Liberdade e da cobertura dos lavadouros da Madroa e de Santa Luzia pelo valor de 1.700,00 escudos o primeiro e 1.900,00 escudos o segundo.

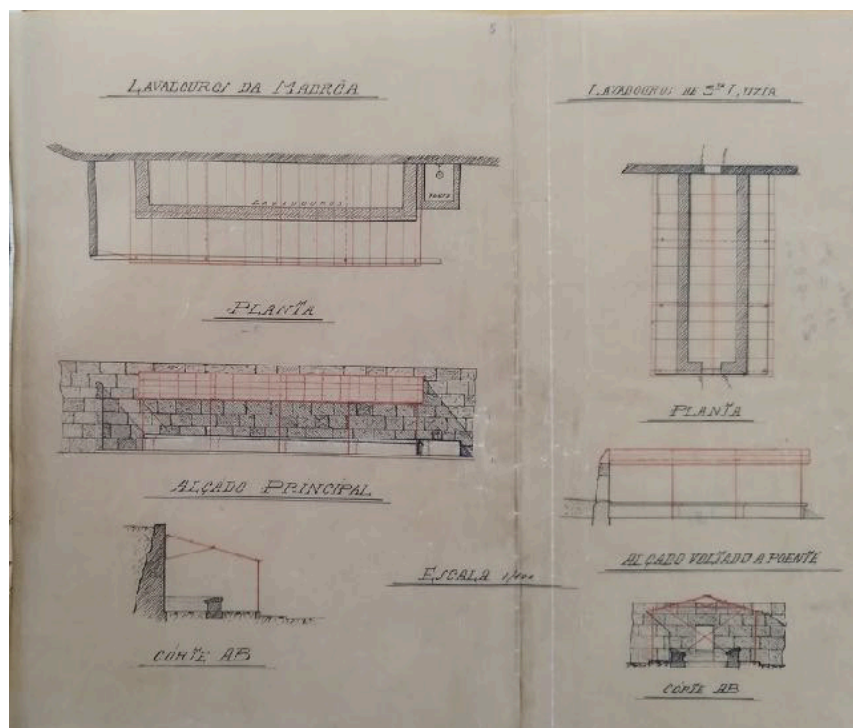


Fig. 120. Projecto da cobertura proposta para os lavadouros da Madroa e de Santa Luzia. 1933.

No mesmo ano²⁹, o Arquitecto Abel Cardozo assina um novo projecto, para o o requerente Freitas Pereira e C.^a, que segundo a Memória descritiva << consiste na ampliação do edifício da sua fabrica de tecidos e fição da Madroa, com a construção, no alinhamento da rua, de dois corpos iguais e simétricos da actual fachada, intercalando-se entre eles um corpo central. A parede do lado Norte, voltada ao campo, será demolida, por se achar desaprumada, e reconstruída no alinhamento, em terreno do requerente.

Interiormente construir-se-ão divisões para varias secções, como indica a planta junta, onde as ampliações a fazer são indicadas a vermelho. Os alicerces serão construídos com dimensões para a necessária segurança das paredes que serão em pertinho devidamente travado e argamassado nas juntas. O pavimento térreo será em betão de cimento e o do primeiro andar em soalho com respectivo travejamento.

As asnas serão construídas com madeira de eucalipto bem seco, com as traves apoiadas nas paredes e as portas intermedias assentes em solidas colunas. A cobertura geral serão em telha tipo Marselha. >>

²⁸ AMAP 10-11-17-7-108

²⁹ AMAP 10-8-11-6-1-3

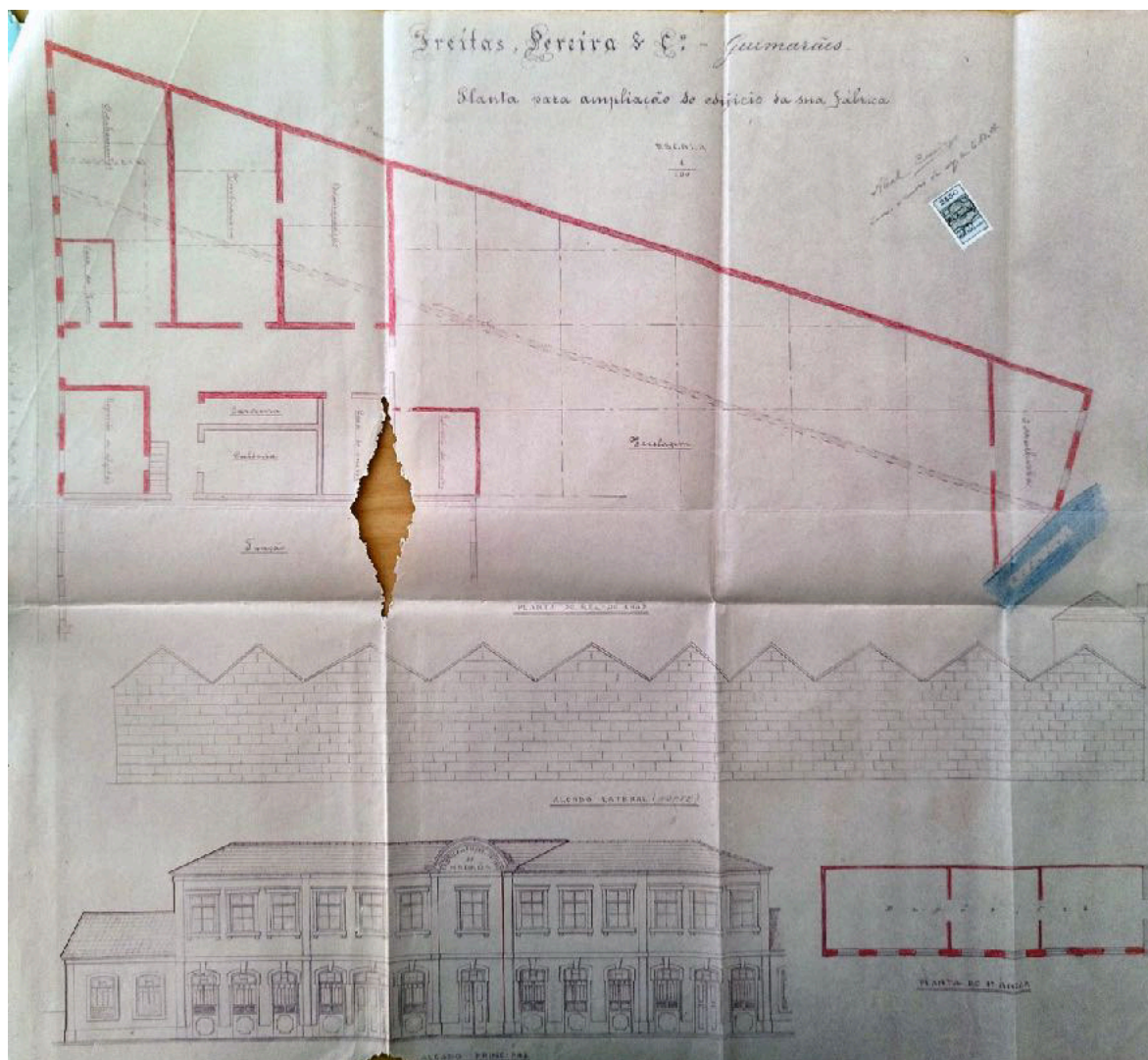


Fig. 121. Planta e alçado da proposta de ampliação da Fábrica. 1933.

A última obra de vulto efetuada na Fábrica de Fiação e Tecidos da Madroa de que se consta é sujeita a licenciamento no ano de 1949 ³⁰.

O projecto é encomendado ao Agente Técnico de Engenharia Jorge de Lemos Pires cuja Memória Descritiva refere que << As obras de ampliação constam da ocupação da área de terreno adquirido pela referida fábrica e de harmonia com o projecto junto. Presentemente a fábrica ocupa uma terça parte da superfície do terreno, tendo apenas como fachada o alçado voltado á rua da Liberdade, corpo principal do edifício. Com as obras projectadas este corpo passará a contornar para a nova rua do Traqueoso do Arquinho, sofrendo ali uma baixa de andar para tomar a linha de altura dos telhados das diversas peças que compõem a fábrica. Construir-se-ão novas fachadas voltadas á rua do Traqueoso do Arquinho e á rua da Madrôa, sendo por esta que se fará a entrada de serviço do pessoal, cargas e descargas.

O sistema funcional da fábrica foi estudado de harmonia com as instruções da Circunscrição Industrial.

³⁰ AMAP 6-19-4-8-12

Por condições de desnivelamento das ruas que circundam o edifício e por depressões do terreno onde o mesmo assenta, resultou o salão destinado à tecelagem ficar em nível inferior a todo o resto das instalações, o mesmo acontecendo às instalações sanitárias do pessoal, afim de se aproveitar o máximo de superfície do terreno e bem assim duma água que pertence aquela fábrica, que só conta para aquela cota.

No piso de nível da rua ficarão instalados os serviços propriamente de fabrico, um armazém de algodões e ainda o refeitório do pessoal.

No andar ficam instalados os escritórios, armazém para mercadorias a exportar na sala esquerda, e serviços médicos, arquivo, e creche com os seus anexos na ale direita, O edifício será construído de alvenaria hidráulica em paredes exteriores e interiores e a cobertura em betão armado.

Os pavimentos serão de betonilha de cimento e as paredes tando pelo lado interior como pelo lado exterior serão rebocadas com argamassa de cimento, cal hidraulica e areia.

As instalações sanitárias de água, luz e saneamento serão executadas de harmonia com os regulamentos em vigor.

A caixilharia será de material Gracifer própria para construções industriais.>>

A obra é orçamentada em pouco mais de 9 milhões de escudos.

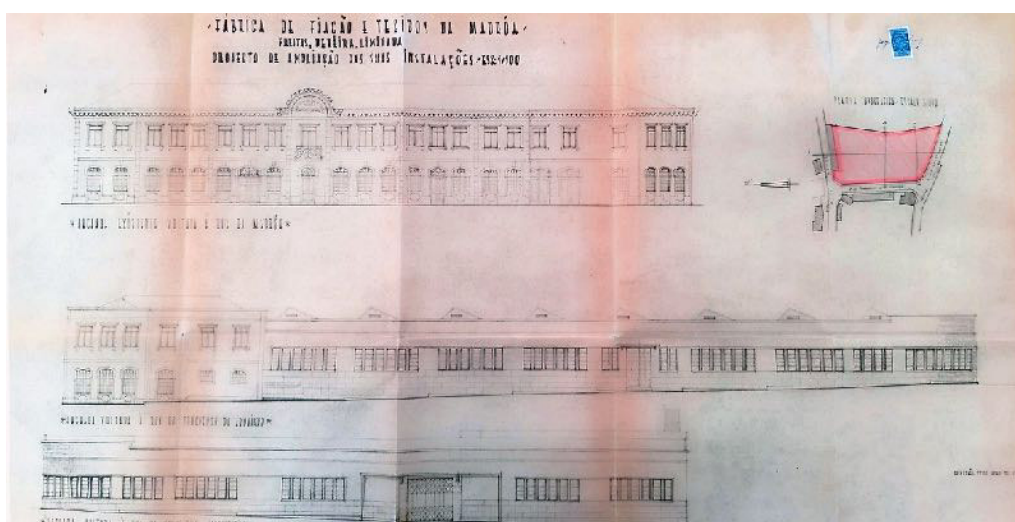
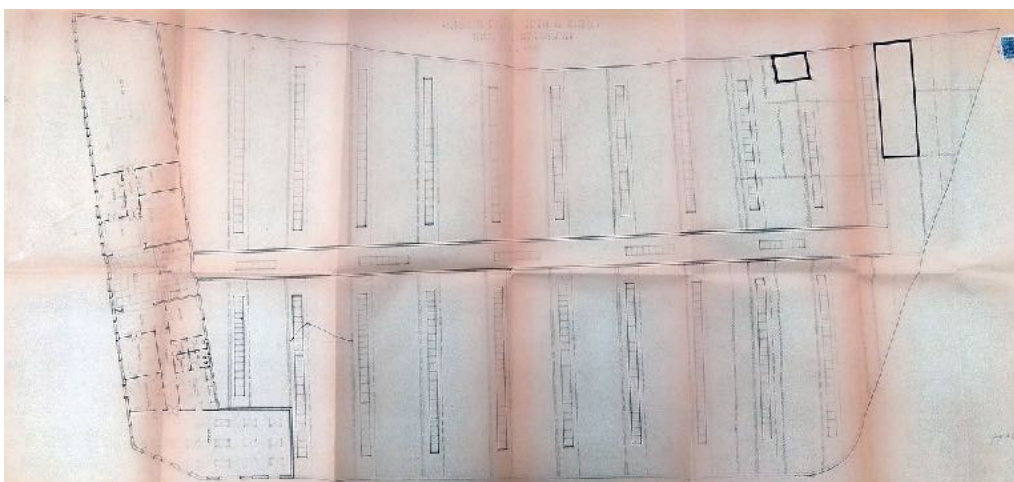


Fig. 122. Planta de Localização. Alçado existente e alçado da proposta de ampliação. 1949.



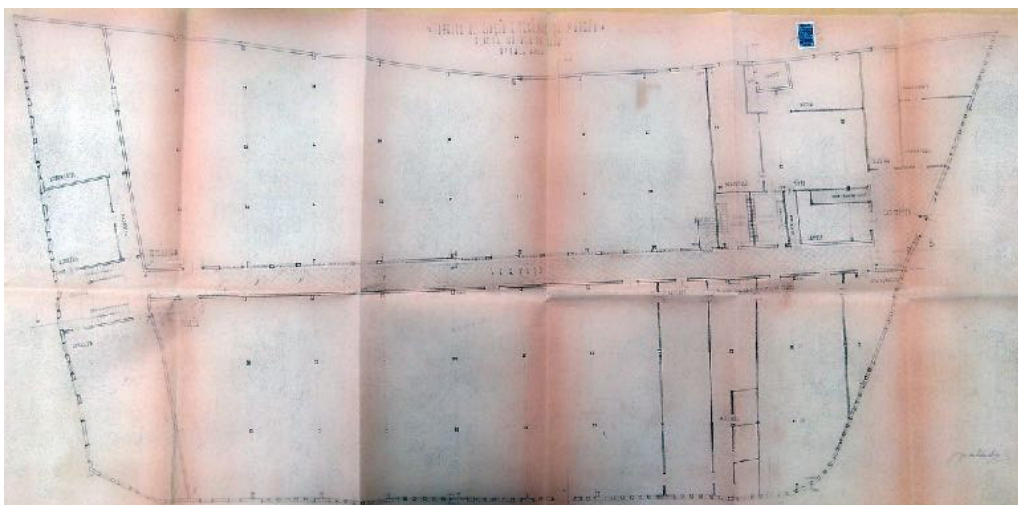


Fig. 123 e 124. Planta do piso térreo e piso 1. 1949.



Fig. 125. Planta de Guimarães de 1942 com indicação da Fábrica de Tecidos e Fiação da Madroa e regato da Madroa.



Fig. 126. Fachada principal (rua da Liberdade) e lateral da Fábrica da Madroa resultante do projecto de ampliação de 1926. Fig. 127 e 128. Fachada voltada para a rua da Caldeira conforme projecto de 1949.

4.8. FÁBRICA DE CURTUMES DE AMADEU MIRANDA OU DA MADROA (O.P. 9)

Coordenadas: 41° 26' 22" N e 8° 17' 57" W X: -13870.99 Y: 196707.84 Cota: 167,00

A Fábrica de Curtumes de Amadeu Miranda ou Fábrica da Madroa, localizada na rua da Liberdade, Freguesia de Urgezes, é uma das fábricas de Curtumes que pertence ao conjunto de unidades fabris levantadas na Cidade de Guimarães, no decorrer do séc. XIX e XX, ao longo das margens do rio de Couros e próxima à estação dos comboios, para o tratamento de peles.

A fábrica, que não consta no Inquérito Industrial de 1890, poderá ter o seu origem segundo Elisabete Pinto³¹ num parecer favorável, emitido no ano de 1921 pela Sub-Delegacia de Saude de Guimarães, à construção na Madroa de uma fábrica de curtumes pertencente a Domingos Ribeiro Martins da Costa.

No ano de 1938³² e já com a Fábrica em plena atividade, é realizado um Pedido de Licenciamento para construir um edifício destinado a armazém e oficina de acabamentos e regularizar a vedação do terreno à rua da Liberdade.

Segundo a Memória Descritiva do Arquiteto José Luis Ferreira, é proposto construir dentro do terreno da Fábrica, fazendo face à rua da Liberdade, um edifício destinado a armazém e oficina de acabamentos dos artigos da sua indústria de curtumes e, regularizar o muro de vedação que confina com a via pública levantando-o até à altura de 2 metros.

Todo o edifício constaria de dois pavimentos, rés-do-chão e andar superior. No rés-do-chão ficariam instalados os armazéns de couro em pêlo, da casca e outros materiais.

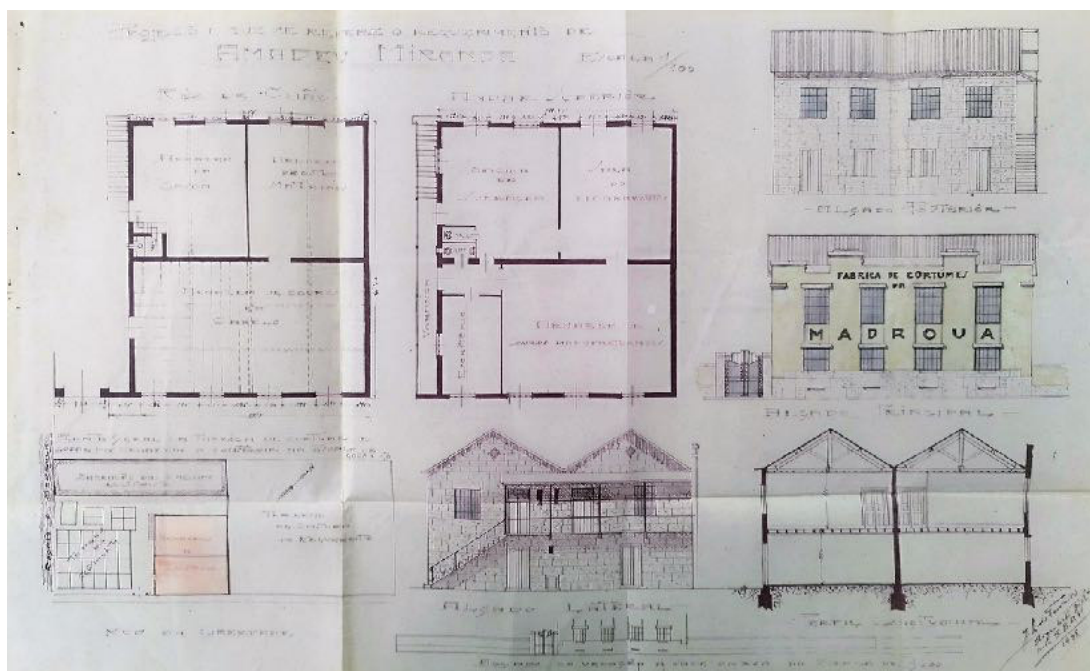


Fig.129. Planta, alçados e corte do projecto de 1938 para a Fábrica de Curtumes de Amadeu Miranda.

³¹ PINTO, Elisabete (2013) - Os «Homens de Couro»: Marcas no presente do passado da Indústria de curtumes de Guimarães. *I Congresso Histórico Internacional - As cidades na História - População*. Guimarães, pp. 259-287.

³² AMAP10-8-11-8-1-24

No andar superior ficariam instalados na parte posterior, as oficinas da raspa, surragem e oficina de acabamentos e na parte de frente, voltada para a rua, se instalariam os escritórios e armazéns de couros curtidos.

O acesso ao andar superior seria feito exteriormente por uma escada com varanda em cimento armado ou madeira. Estava previsto instalar nos dois pavimentos retretes que esgotariam para uma fossa ou pia construída no seu prumo, toda estucada interiormente a cimento.

Todo o alicerce de esta obra seria em alvenaria bem travada, calçada em seco, com pedras inteiras de boas dimensões, até à profundidade necessária.

As paredes levantar-se-iam em perpianho de 30 cm de grossura, tendo o alçado principal cantarias de granito branco, feitas com pico fino e muito bem assentadas, conforme indicado em projecto.

O vigamento para pavimento e armação do telhado seria em eucalipto, tendo soalho no primeiro andar e betonilha no piso térreo.

As carpintarias seriam em madeira de castanho para as portas e de ferro para as janelas.

Por último, a cobertura teria telha tipo Marselha.

Transcorridos 10 anos, no ano de 1948³³ a firma AMADEU MIRANDA & FILHOS pede deferimento para levar a efeito uma modificação na sua fábrica de curtumes, desta cidade, segundo o projecto junto, no prazo de 15 meses, com a área de 389 m² e uma frente de 44,4m. Esta obra é ditada por necessidades de melhor adaptação à laboração industrial, segurança e higiene dos operários, pelo que além de ampliar a zona de armazém, acabamentos e escritórios, é pretendido cobrir a zona destinada aos lagares, corrigindo assim a falta de higiene presente na elaboração.



Fig. 130. Planta de localização da proposta de modificação da Fábrica. 1948.

³³ AMAP 6-19- 4-4-117

Segundo a Memória Descritiva do Engenheiro Civil Mendes de Almeida, << A ventilação desta zona, far-se-a pela abertura de S.W. e pelos lanternins que se prevê no sistema de cobertura, como se indica nos elementos juntos.

As fundações novas serão de alvenaria de pedra e cimento, nas espessuras necessárias, indo até à profundidade que o terreno exigir. As alvenarias em elevação das paredes exteriores serão de pedra e de argamassa de cal e cimento. As alvenarias interiores serão de tijolo ao baixo ou de cutelo, conforme as espessuras. Adoptar-se-ão cantarias em todos os enquadros ou portas e janelas exteriores. As vergas das portas exteriores serão defendidas com linteis de betão armado. O sistema de suporte da cobertura dos lagares, será betão armado, bem como a lage do passadiço de secagem. Esta cobertura será feita em lusalite, comum sistema de lanternins ventiladores. As chapas da cobertura assentarão em telhado constituído por asnas de ferro. As outras coberturas serão de telha Marselha e asnas de madeira. Os caixilhos de todas as portas e janelas e respectivos aros serão de madeira de primeira qualidade. Exteriormente o edifício será rebocado com argamassa de cal, na parte referente ao escritório. As canalizações do W.C. serão do tipo corrente.>>

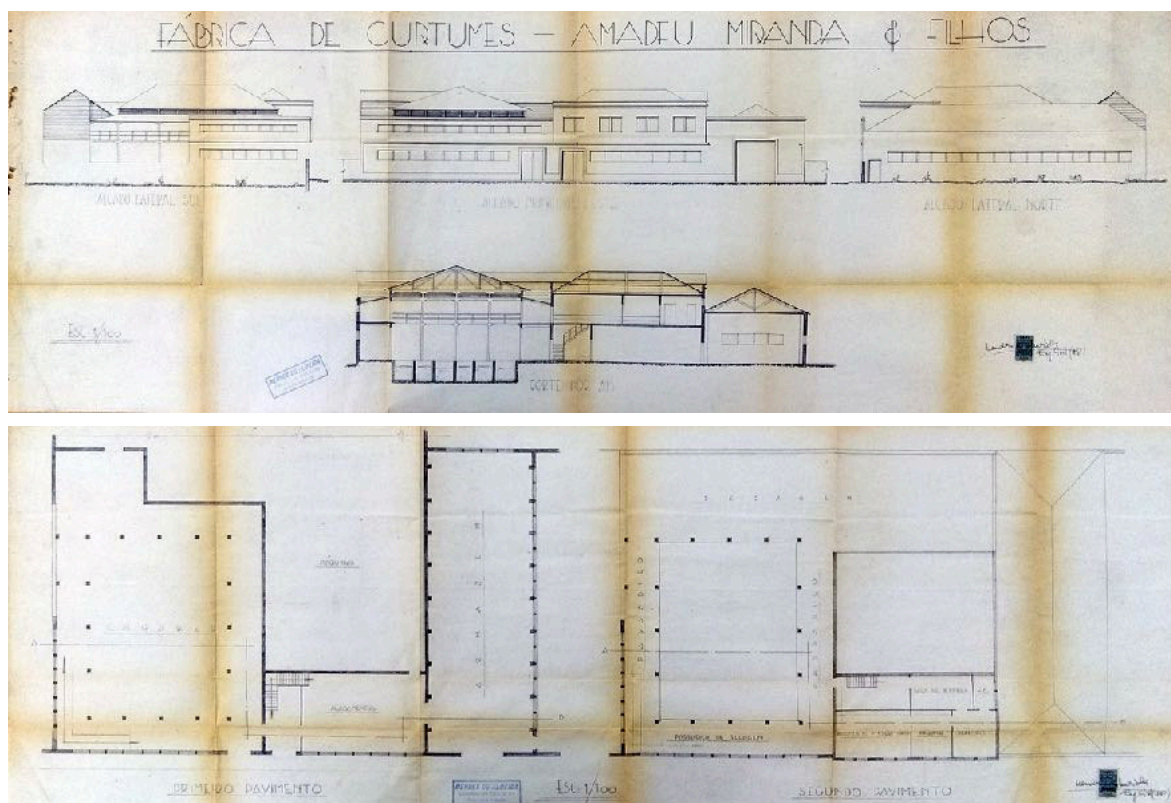


Fig. 131 e 132. Alçados, corte e plantas da proposta de modificação da Fábrica. 1948.

Este processo não será executado imediatamente, apesar de ter alvará nº 284 de 6-8-948. Somente no ano de 1954³⁴ é solicitada a renovação de uma licença, mas somente para a construção do edifício destinado aos escritórios.

³⁴ AMAP 6-19-19-3-86

A 16/08/1954 a Câmara informa que apesar do projecto manter o alinhamento existente conforme o Ante plano e respeitar as condições sanitárias, a proposta não está de acordo com o Regulamento de estruturas exigido pelo Ante plano de Urbanização por falta de cotas e escala nos desenhos, para além de que não é permitida a construção de tabiques de madeira, solicitando assim ao requerente a apresentação dos cálculos da estrutura em betão armado do primeiro andar.

Apresentados os cálculos de betão armado no mês de Janeiro do ano de 1955, no mês de Julho, Engenheiro civil Helder Raul de Lemos Rocha apresenta Memória Descritiva na que informa que a << A planta junta refere-se é ampliação da fabrica de curtumes da firma Amadeu Miranda E Filhos, sita na rua da Madrôa, destinando-se a armazém e escritórios, tendo ainda uma parte sobre os lagares que serão simplesmente cobertos em parte a simples chapa Luzalite. As fundações serão de alvenaria e terão a profundidade precisa para a perfeita estabilidade do prédio; serão executados com pedras de espessura adequada e formarão es primeiras sapata, sendo bem racheadas e argamassadas.

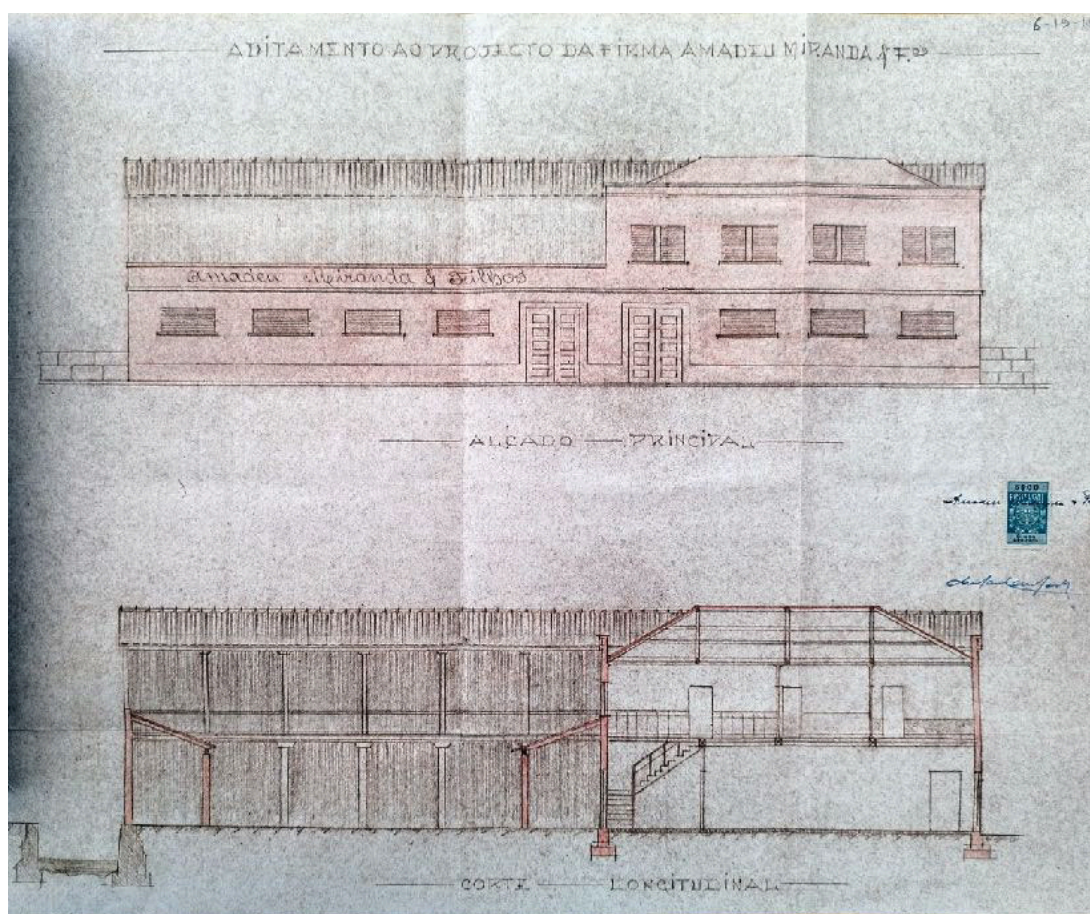


Fig. 133. Alçado e corte da proposta de 1954.

As paredes serão de perpianho de 30 cm de espessura e até nível de frechais. O muro existente junto é zona dos lagares, será alteado ate nível do primeiro andar e conforme se indica em planta. O pavimento do res-do-chão será em betonilha de cimento e o do andar em betão armado constituído por laje aligeirada com tijolos. As divisórias serão em tijolo de 0,08 de espessura. O tecto do andar será em madeira tipo rincão. Toda a madeira a

empregar na armação de telhado será de eucalipto com secções apropriadas. A telha a empregar será de tipo marsehes bem como respectivos cumes. Sobre a placa do andar será colocado soalho. A esquadria será em ferro para janelas do R/chão e madeira no andar. Toda a fachada será rebocada e caiada. Esquadrias e te-tos, serão pintados a tinta de óleo.>>

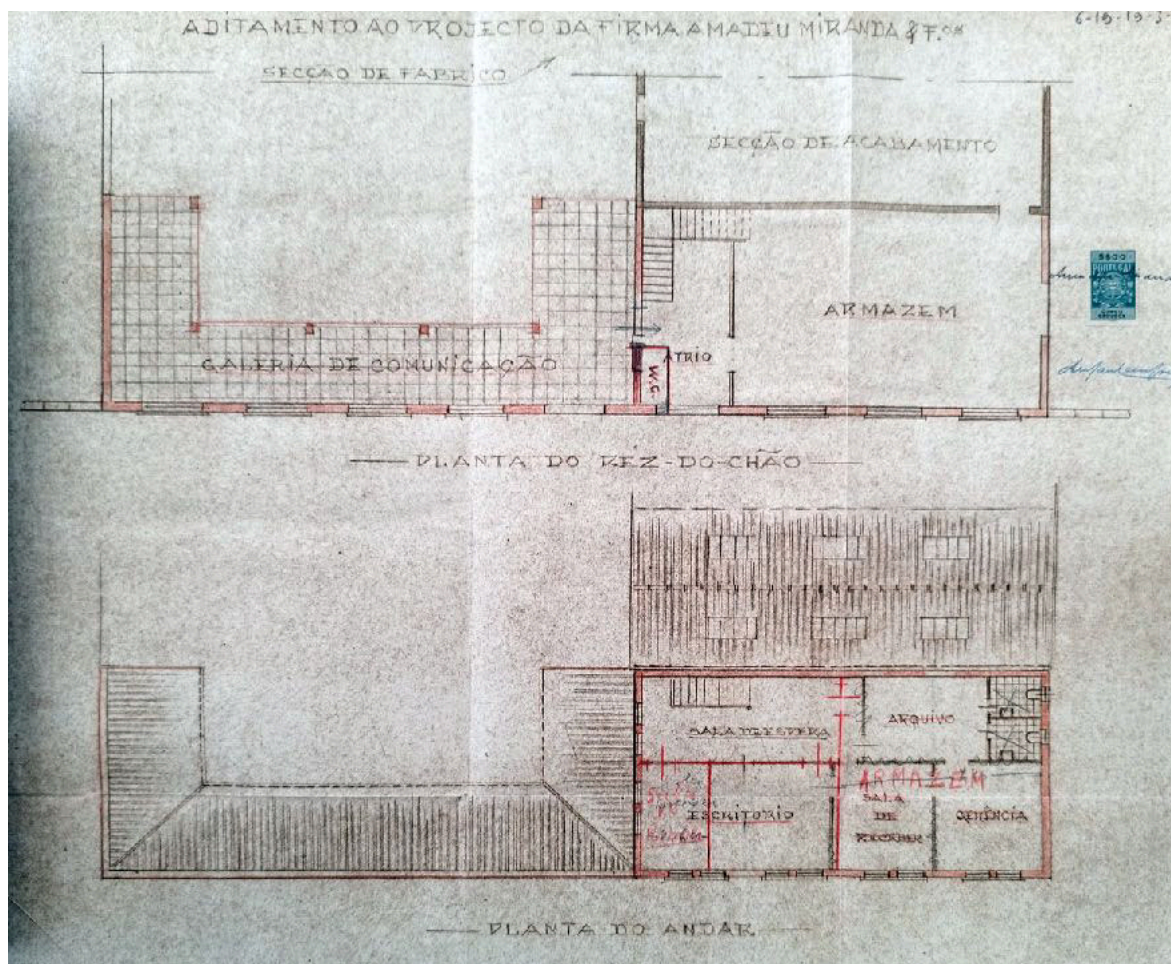


Fig. 134. Plantas da proposta de 1954.

No dia 22 de Maio de 1955³⁵ a Câmara de Guimarães efectua uma Vistoria das obras da construção da Fábrica da Madroa de Amadeu Miranda & Filhos. Verificando que a construção executada, destinada a escritório e armazém foi totalmente alterada interiormente, pelo que solicita ao requerente apresentar um aditamento das alterações para efeito de aprovação.

Ano de 1956³⁶, tendo já concluído a zona de escritórios e armazéns e parte da fachada marginal ao rio de Couros, conforme o alvará n.º148 de abril de 1955, a Firma solicita autorização para concluir a restante obra, nomeadamente a construção de um

³⁵ AMAP 6-19-19-3-86

³⁶ AMAP 6-19-10-4-3

pavimento de betão sobre a zona dos tanques a formar um novo andar sobre a actual zona descoberta.

A Memória descritiva propõe que << As paredes serão em perpianho de secção igual á existente na actual fachada, sendo cheia a argamassa a parte que completará a fachada principal. A armação do telhado, será em madeira de eucalipto com secções de tipo igual ao existente na zona dos escritórios armazém. As paredes voltadas ao terraço de secagem, serão em tijolo burro ao baixo, sendo reforçadas nos pontos de poio de tesouras. Serão argamassadas pelas duas faces e caiadas. A telha a empregar será de tipo igual ao existente marselhez" com beiral. Os vãos de janelas levarão caixilharia em ferro, como o que existe. Na encerrada final da fachada, será esta toda renovada na cor.>>

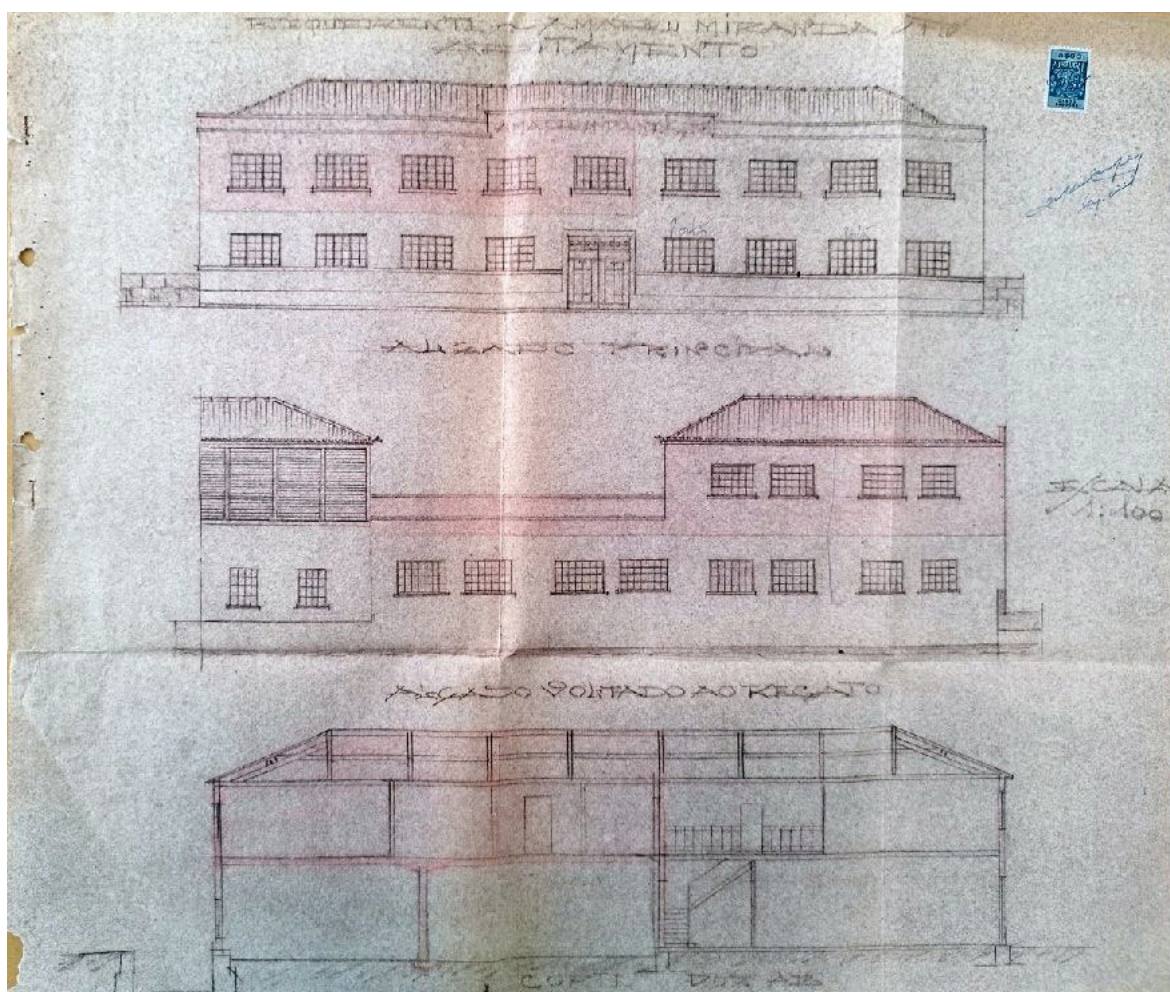


Fig. 135. Alçados e corte da proposta de 1956.

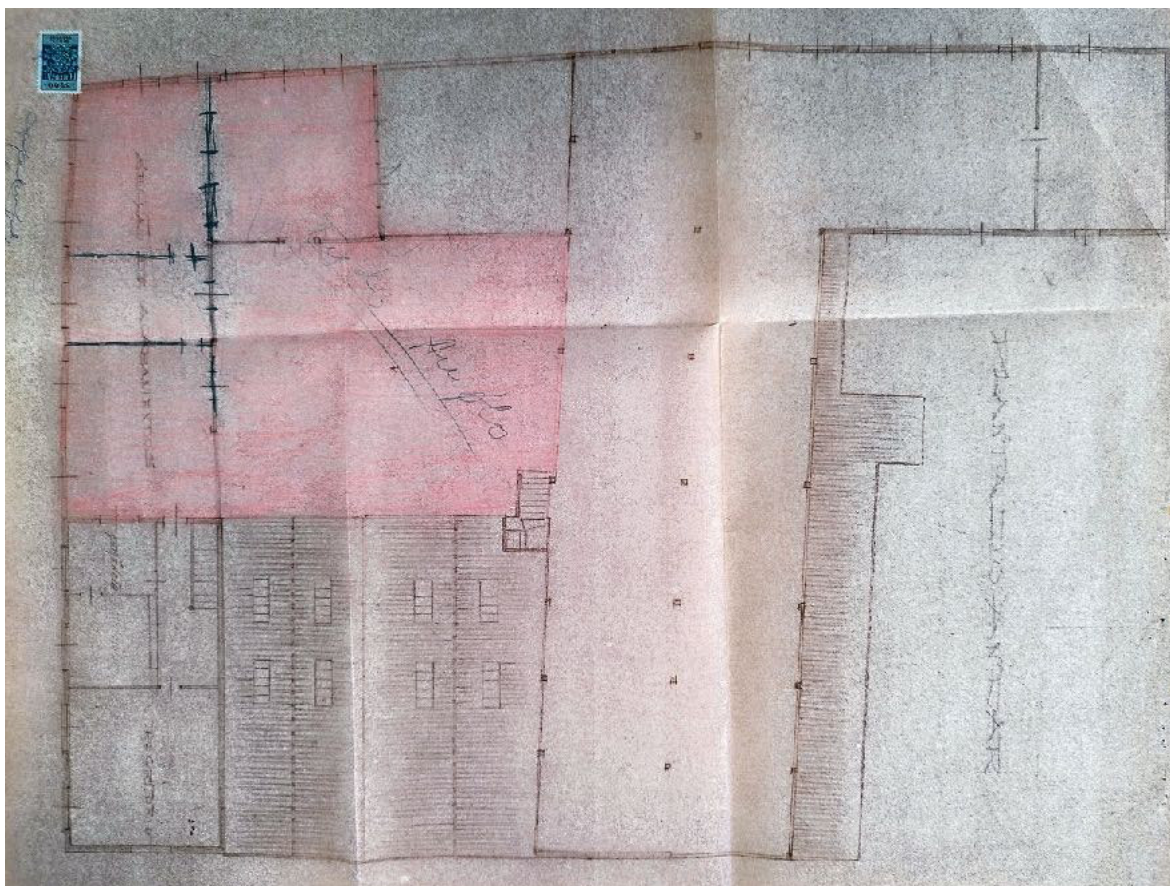


Fig. 136. Planta da proposta de 1956.

Em resposta este pedido a Câmara Municipal informa no ano de 1957³⁷ que o deferimento estará condicionado a que:

<< Se crie uma ventilação superior, obedecendo ao " Regulamento das indústrias insalubres Benignas ou Tóxica, aprovado pelo decreto nº. 8.364 de 25/8/922;

Se mantenha o volume de construção, mas elimine o andar previsto, de modo a aumentar a cubagem do Salão das pias;

Se aceite a realização da obra a título precário informando que não será deferido qualquer novo pedido de ampliação.>>

Perante este assunto também se pronuncia a Direcção Geral dos Serviços Industriais Exigindo com medidas para a aprovação do Processo que:

<< Todas as paredes serem de alvenaria, impermeabilizadas até 1,60m de altura, rebocadas e caiadas daí para cima uma vez por ano, pelo menos.

A extinção dos fumos e cheiros fazer-se rapidamente e sem incomodo para os vizinhos, estabelecendo-se nos locais de trabalho os meios adequados a tal fim.>>

Tendo laborado a Fábrica até há poucos anos e após um período de abandono, a Câmara Municipal de Guimarães adquiriu as instalações da Fábrica de Curtumes da

³⁷ AMAP 6-19-10-4-3

Madroa, no dia 29 de novembro de 2023, pelo valor de 1,17 milhões de euros, para albergar a Loja do Cidadão e Centro de Acolhimento Empresarial.



Fig. 137. Ortofotogrametria de 1942 com a localização da Fábrica. Fig. 138 e 139. Vista atuais das fachadas voltadas para a rua Padre Augusto Borges de Sá e rua da Liberdade.

4.9. FÁBRICA DE CURTUMES JOAQUIM LUCIANO GUIMARÃES (O.P. 10)

Coordenadas: 41° 26' 21" N e 8° 17' 47" W X: -13682.07 Y: 196676.62 CMP.85 Cota: 169,00

A Fábrica de Curtumes de Joaquim Luciano Guimarães, localizada na rua da Caldeiroa, Freguesia de Urgezes, é uma das fábricas de Curtumes que pertence ao conjunto de unidades fabris levantadas na Cidade de Guimarães, no decorrer do séc. XIX e XX, ao longo das margens do rio de Couros e próxima à estação dos comboios, para o tratamento de peles.

Elisabete Pinto³⁸ refere << que, Joaquim Luciano Guimarães, em 1901, obteve licença para instalar uma laboração manual de curtumes de peles na sua propriedade denominada Campo do Lameiro, limites da Rua da Caldeiroa com a freguesia de Urgezes, cuja fábrica compreendia vinte e três poços, com os respectivos pelames e lagaretas".>>

A referência mais antiga encontrada de Joaquim Luciano Guimarães corresponde a um pedido de licenciamento no ano de 1902³⁹, para a edificação de uma casa na rua da Caldeiroa, estando o pedido acompanhado apenas pelo alçado desenhado da fachada, sem memória descritiva nem planta de localização.

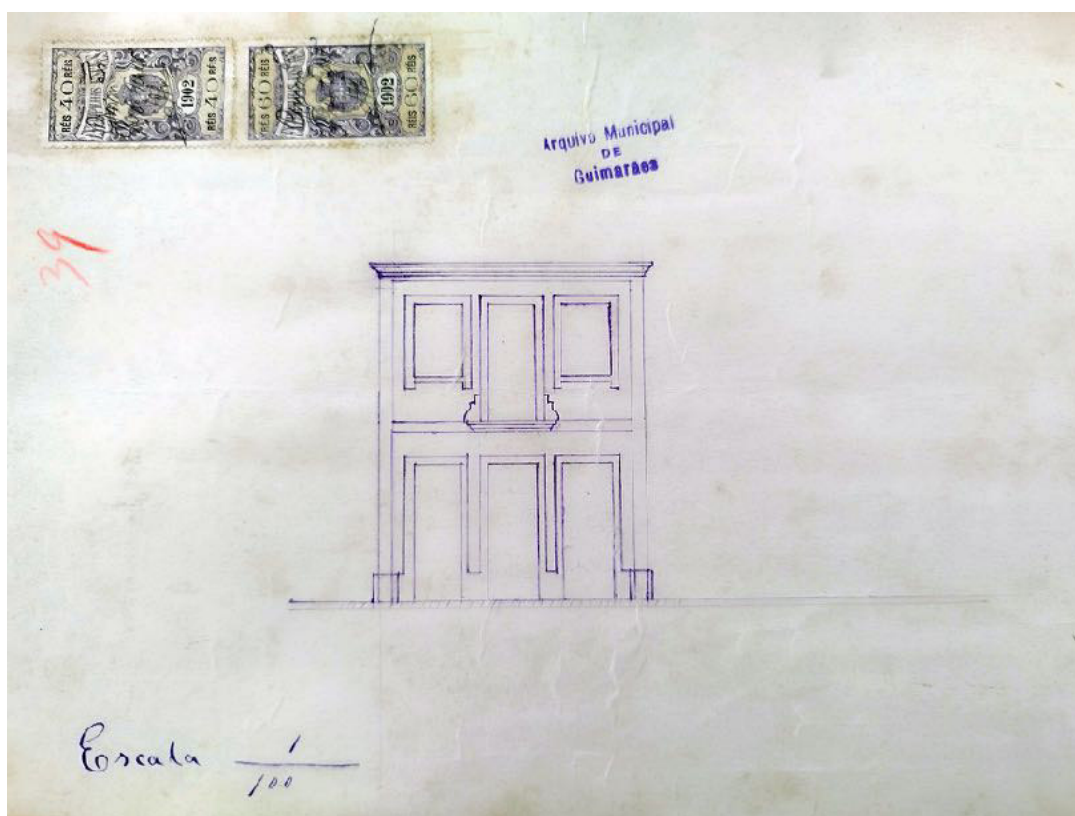


Fig. 140. Alçado do projecto de 1902 .

³⁸ PINTO, Elisabete (2013) - Os «Homens de Couro»: Marcas no presente do passado da Indústria de curtumes de Guimarães. *I Congresso Histórico Internacional - As cidades na História - População*. Guimarães, pp. 259-287.

³⁹ AMAP 10-8-17-5- 25

Após a construção da sua casa, no ano de 1908⁴⁰ pede licença para construir uma Fábrica de fiação no seu terreno marginal da rua da Caldeira. Segundo se observa na planta anexa ao pedido, a primitiva fábrica, de planta retangular e piso térreo, construída provavelmente em aparelho de perpiano, estava dividida em dois espaços, sendo o mais pequeno para deposito de algodão e o mais amplo, para produção das urdideiras.

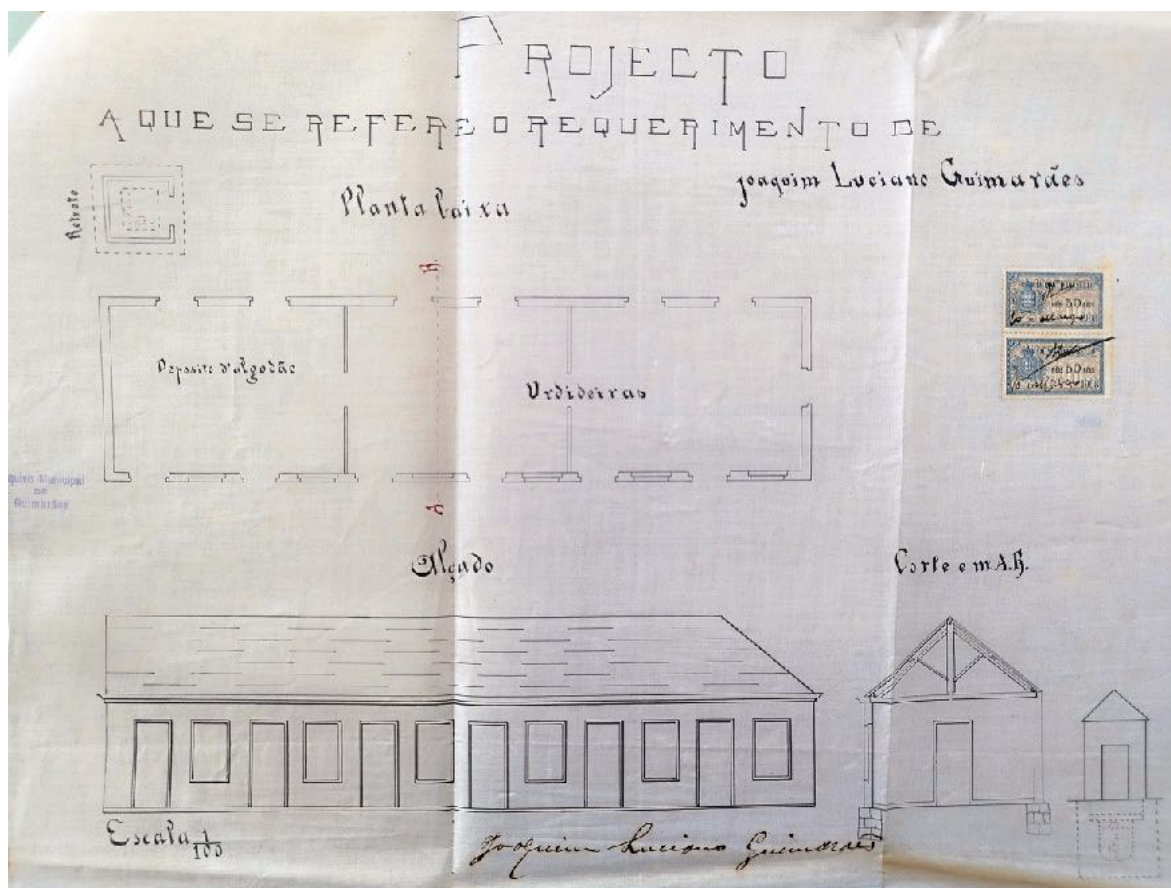


Fig. 141. Planta, alçado e corte do projecto de 1908.

Passada mais de uma década, no ano de 1922⁴¹, Joaquim Luciano Guimarães, solicita uma nova licença, que será aprovada pela Câmara, para alargar a sua Fábrica com a construção de um barracão de madeira para guardar cascas dentro da sua fábrica de curtumes.

O barracão, estrutura simples de piso térreo, com umas dimensões de 14 x 7 m, é construído com prumos e escoras de madeira, assentes sobre baldrame de pedra, que sustentam a armação do telhado e, segundo a Memória descritiva, << nos intervalos destes

⁴⁰ AMAP 10-8-12 J- 1 -38

⁴¹ AMAP 10- 18-15-4-1-85

prumos será feita a competente armação de barrotes para neles pregar as tábuas que sobrepostas umas sobre as outras formaram as paredes do barracão.>>

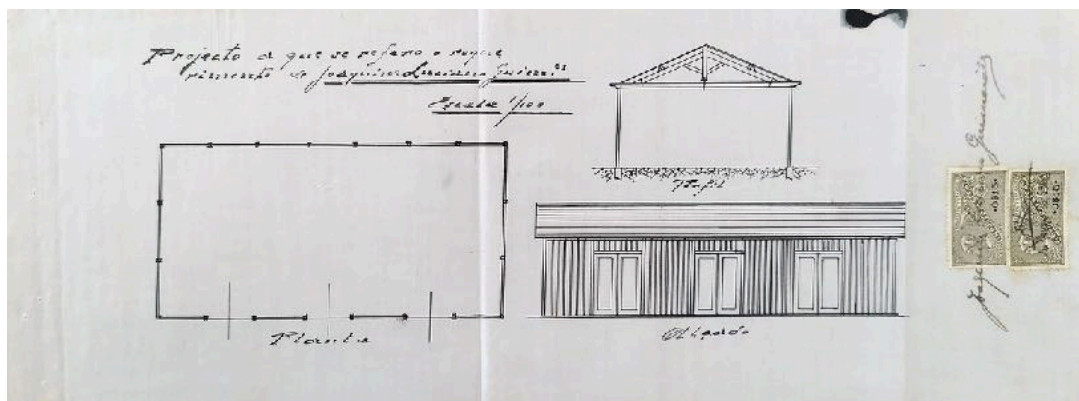


Fig. 142. Planta, alçado e corte do projecto de 1922.

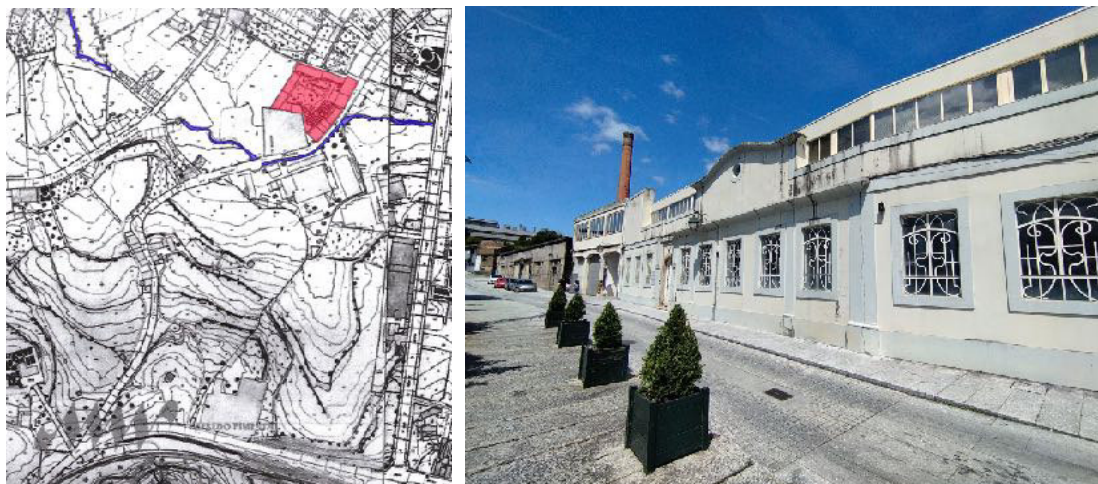


Fig. 143. Ortofotogrametria de 1942 com a localização da Fábrica. Fig.144. Aspecto atual da fachada da fábrica.

Segundo Pinto e Folgado⁴² <<em 1922, o industrial Joaquim Luciano Guimarães manda construir uma série de casas para os seus trabalhadores, ao lado da fábrica de curtumes “(...) um prédio dentro de um terreno, ao lado da sua fábrica manual de curtumes, e que faz face para a viela que vai da Rua Trindade Coelho para a Rua da Alegria, que dividida em sete casas independentes se destina à habitação dos operários da sua fábrica>>

⁴²

FOLGADO, Deolinda (2013) - Uma indústria em Guimarães: os curtumes. Lisboa, DGPC. Monumentos N° 33, pp. 33-51.

PINTO, Elisabete (2012) - Curtidores e Surradores de São Sebastião – A difícil sobrevivência de uma indústria insalubre no meio urbano. Guimarães.

5. LOTEAMENTO: TERRAPLANAGENS E INFRA-ESTRUTURA

Durante o processo de terraplanagens e colocação das infra-estruturas, realizado pela Firma CJR - Cândido José Rodrigues S.A. nos anos de 2020 e 2021, a topografia do terreno foi totalmente alterada com a consequente perda de informação arqueológica passível de se encontrar no terreno.



Fig. 145 e 146. Vistas do loteamento durante as terraplanagens e colocação de infra-estruturas no mês de novembro de 2020. Guimarães Digital.



Fig. 147. Vistas do loteamento durante as terraplanagens e colocação de infra-estruturas no dia 11 de novembro de 2020. Guimarães Digital.



Fig. 148. Vista do lado Norte do loteamento concluído no dia 22 de Março de 2022. Guimarães Digital.

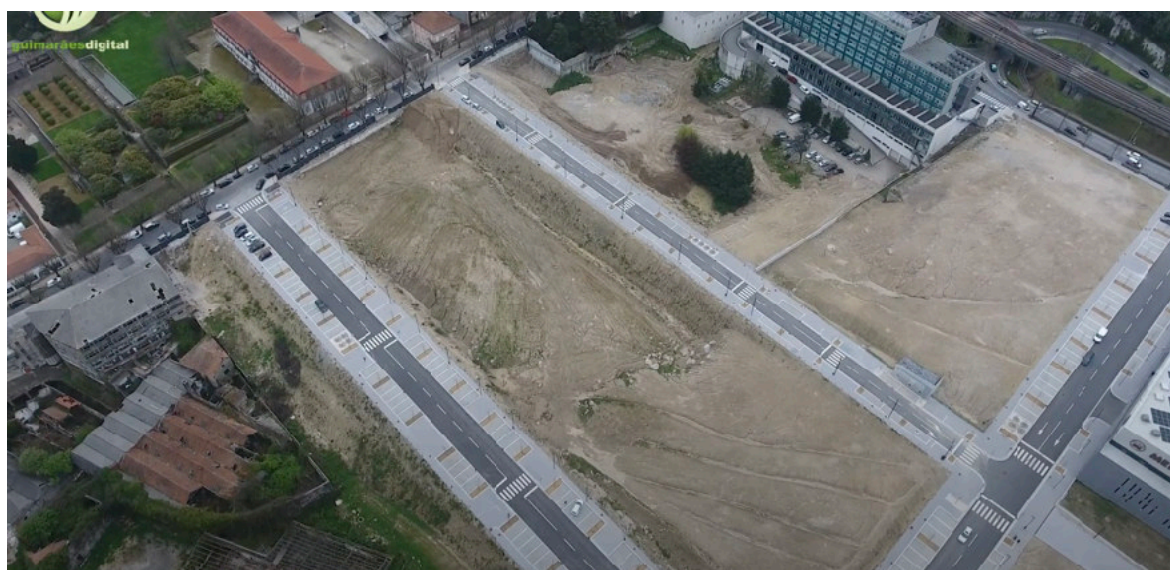


Fig. 149 e 150. Vistas do lado Sul e Sudoeste do loteamento concluído no dia 22 de março de 2022. Guimarães Digital.

6. MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

Tendo-se constatado que à data da emissão deste Descritor de Património, os terrenos foram alvo durante o processo de loteamento e instalação de infra-estruturas de acções de escavação e movimentações de terra de forma generalizada, alterando completa e irreversivelmente a topografia original do terreno a sua estratigrafia associada, para além da presença antrópica expectável, enquadramos o projecto no nível de condicionante tipo 2 (impacte compatível). No entanto, considerando que na fase de edificação de cada lote será necessário realizar novas escavações e na eventualidade de ter-se preservado algum vestígio da estratigrafia original, propõe-se o acompanhamento arqueológico das escavações e movimentações de terra, que venham a ser realizados no decorrer da edificação dos lotes do loteamento, nomeadamente nos lotes contíguos à Fábrica do Arquinho.

Na área de incidência direta constata-se também que no processo das demolições das edificações sitas no terreno, o D.O. preservou duas estruturas associadas à Ocorrência Patrimonial 1 (Portão da Quinta dos Cães de Pedra) e Ocorrência Patrimonial 4 (Chaminé da Fábrica da Jodimonte), ambas com o nível de condicionante de tipo 2 (impacte compatível), considera-se necessária a aplicação de medidas de mitigação de Classe E e Classe I, monitorização e sinalização/vedação destas duas O.P. na fase de obra da construção dos lotes próximos.

Igualmente julga-se que a O.P.1 (Portão da Quinta dos Cães de Pedra) deverá ser sujeita a medida de mitigação Classe O e Classe L (ser alvo de um programa de restauro, incluindo a reintegração dos elementos em falta que se encontram em depósito à guarda do Dono de Obra).

Guimarães, 3 de Junho de 2025,

O Arqueólogo



Ricardo Erasun

7. FICHAS DE OCORRÊNCIA PATRIMONIAL

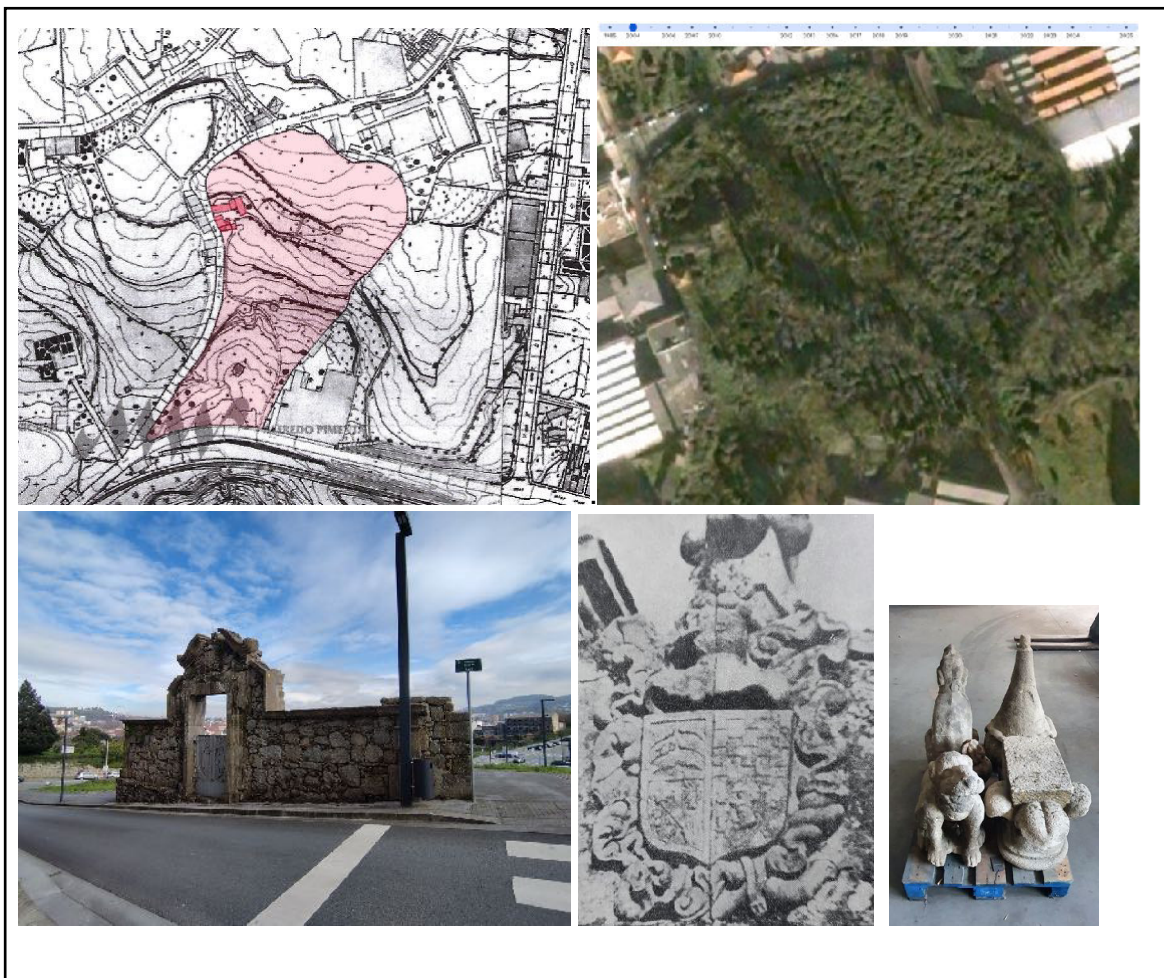
7.1. FICHA 1

Número O.P. 1	(Incidência direta) (ICOMOS)
Designação	Portão da Quinta dos Cães de Pedra
CMP N°	85
Coordenadas	41° 26'16" N e 8° 18' 56" W. X: -13853 Y: 196527.92. Cota: 176,50
Categoria	Arquitetónica
Tipologia	Portão
Cronologia	Moderna (séc. XVII)
Divisão Administrativa	Urgezes
Morfologia terreno	Encosta
Visibilidade para estrutura	Bom
Localização relativamente ao projeto	Oeste Rua Cães de Pedra
Uso do solo	Industrial/Urbano
Classificação	Sem classificação
Ref. Inventários e Bases de dados	
Fontes de informação	Prospecção Cartografia: Aerofotogrametria 1942 Google Maps CMP85 Informação Oral Bibliografia: Mattos, A. 1947. PEDRAS-DE-ARMAS DE PORTUGAL. Instituto para a Alta Cultura. E da Livraria Fernando Machado, Porto, 1947.
Descrição	Portão brasonado de acesso à desaparecida Quinta dos Cães de Pedra, assim chamada pelas esculturas de dois cães que rematavam os extremos do frontão partido, que coroava o portão barroco de acesso à quinta, emoldurando a << pedra de armas da família COSTA, ...?, SOARES (de Toledo) e COELHO. >>
Relações com outros elementos	Situada a Este da chaminé da Fábrica da Jodimonte
Estado de Conservação	Regular
Autenticidade	Elevada
Integridade	Elevada
Sensibilidade	

Número O.P. 1	(Incidência direta) (ICOMOS)
Importância	Média
Causa do impacto	Demolição/construção
Probabilidade de ocorrência do impacto	Certo
Sentido do impacto	Adverso
Incidência do impacto	Direta
Magnitude do impacto	Reduzida
Duração do impacto	Temporário
Capacidade de mitigação do impacto	Minimizável
Medidas preventivas	Sinalização
Medidas de minimização	Reintegração/conservação Acompanhamento arqueológico
Monitorização	Sim
Significado do impacto	Elevado
Data de preenchimento da Ficha	Maio 2025

O.P. 1 (APA)	Classificação Patrimonial
Valor arqueológico	Reduzido
Valor arquitectónico	Médio
Valor histórico	Reduzido
Valor etnográfico	Médio
Representatividade	Reduzido
Potencial científico	Reduzido
Interesse público	Reduzido
Grau de conservação	Médio
Avaliação de Impacte e mitigação	
Magnitude do Impacte	Reduzido
Caracter do Impacte	Indireto
Probabilidade	Certa
Área sujeita a impacto	Pontual

Tipo de impacte	Permanente
Fase da ocorrência	Construção
Nível de Condicionante	2
Medidas de mitigação	E, L, O

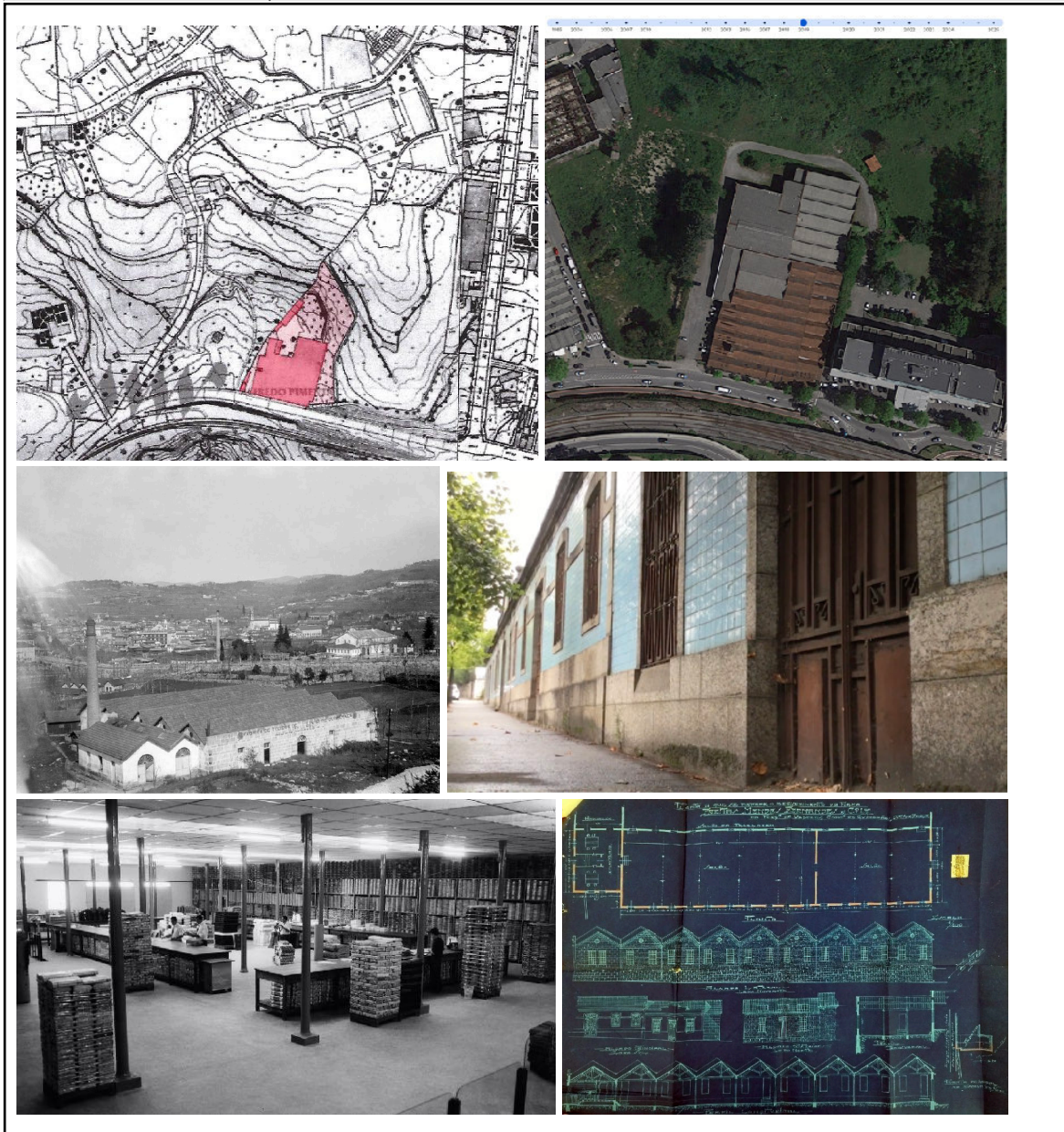


7.2. FICHA 2

Número	O.P. 2 (ICOMOS)
Designação	Fábrica de Fiação de Tecidos do Minhoto Fábrica de Linho de Guimarães Fábrica de Freitas Mendes e Fernandes Companhia Lda Fábrica de Herculano e Pimenta
CMP Nº	85
Coordenadas	41° 26' 16" N e 8° 18' 56" W. X: -13853 Y: 196527.92. Cota: 176,50
Categoria	Arquitetónica
Tipologia	Fábrica
Cronologia	Contemporânea 1905-2020
Divisão Administrativa	Urgezes
Morfologia terreno	Encosta
Visibilidade para estrutura	Sem visibilidade
Localização relativamente ao projeto	Sul Rua Eduardo Manuel de Almeida
Uso do solo	Industrial/Urbano
Classificação	Sem classificação
Ref. Inventários e Bases de dados	AMAP
Fontes de informação	Prospecção Cartografia: Aerofotogrametria 1942 Google Maps Informação Oral Bibliografia:
Descrição	No lugar do Minhoto, junto à estação dos comboios de Guimarães, foi fundada no ano de 1905 a Fábrica de Tecidos de Linho de Guimarães. A fábrica construída em perpiano é constituída originalmente por um corpo central de cinco naves com cobertura a duas águas e uma sala de máquinas de dois corpos e chaminé de alvenaria de tijolo. Na década dos 20 do séc. XX, sendo proprietários Freitas Mendes e Fernandes & Companhia Lda, a fábrica, já denominada como fábrica de Fiação e Tecidos do Minhoto, é ampliada aumentando as naves do salão central de cinco para nove, é feita uma nova chaminé de alvenaria de tijolo, de planta retangular e levanta-se uma nova fachada principal, mais nobre, em perpiano e revestida de azulejo azul, que se manterá até à sua demolição no ano de 2022.
Relações com outros elementos	Sem relação
Estado de Conservação	Destruído
Autenticidade	Média

Número	O.P. 2 (ICOMOS)
Integridade	Média
Sensibilidade	
Importância	Média
Causa do impacte	Demolição
Probabilidade de ocorrência do impacte	Certo
Sentido do impacte	Adverso
Incidencia do impacte	Direta
Magnitude do impacte	Elevada
Duração do impacte	Permanente
Capacidade de mitigação do impacte	Não minimizável nem compensável
Medidas preventivas	
Medidas de minimização	Acompanhamento arqueológico
Monitorização	
Significado do impacte	Elevado
Data de preenchimento da Ficha	Maio 2025
O.P. 2 (APA)	Classificação Patrimonial
Valor arqueológico	Reduzido
Valor arquitectónico	Médio
Valor histórico	Médio
Valor etnográfico	Médio
Representatividade	Médio
Potencial científico	Médio
Interesse público	Sem interesse
Grau de conservação	Baixo
	Avaliação de Impacte e mitigação
Magnitude do Impacte	Elevado
Caracter do Impacte	Direto
Probabilidade	Certo

Area sujeita a impacte	Elevado
Tipo de impacte	Permanente
Fase da ocorrência	Construção
Nível de Condicionante	2
Medidas de mitigação	O

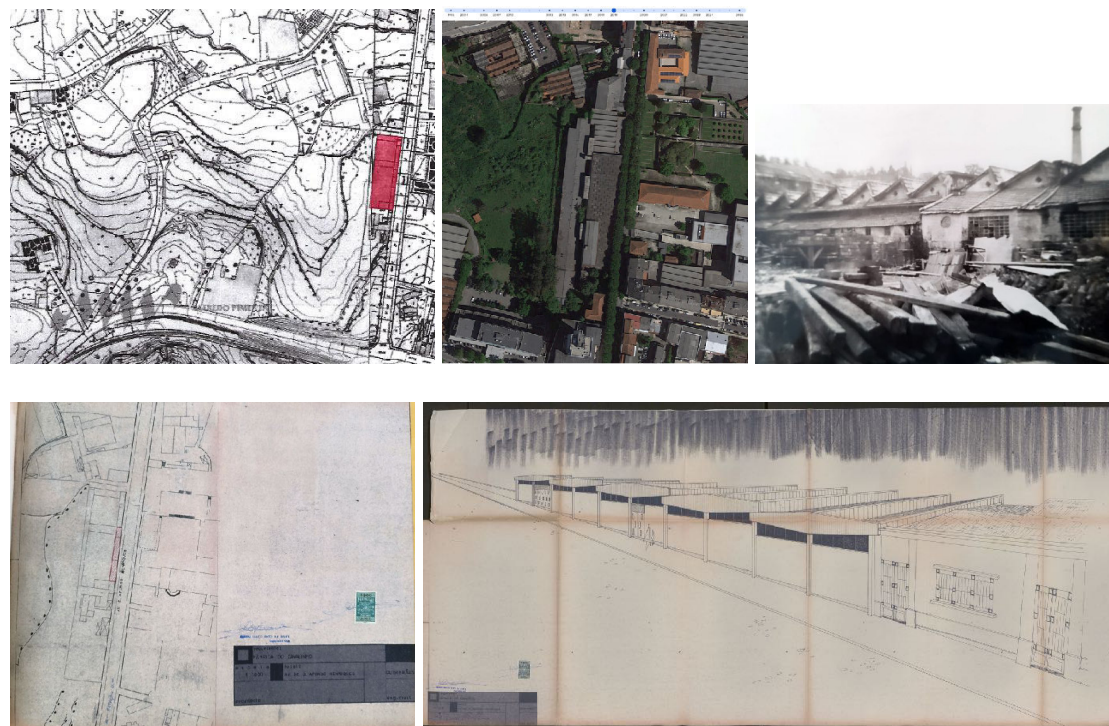


7.3. FICHA 3

Número O.P. 3	(Incidência direta) (ICOMOS)
Designação	Fábrica de Fiação de Tecelagem do Cavalinho
CMP N°	85
Coordenadas	41° 26' 14" N e 8° 17' 56" W X: -13893 Y: 196470,77 Cota: 183,00
Categoria	Arquitetónica
Tipologia	Fábrica
Cronologia	Contemporânea 1923-2020
Divisão Administrativa	Urgezes
Morfologia terreno	Encosta
Visibilidade para estrutura	Sem visibilidade
Localização relativamente ao projeto	Este Av. Dom Afonso Henriques
Uso do solo	Industrial/Urbano
Classificação	Sem classificação
Ref. Inventários e Bases de dados	AMAP
Fontes de informação	Prospecção Cartografia: Aerofotogrametria 1942 Google Maps Bibliografia: Nogueira, Paula Maria Ramos. (2020). A Ciência e a Tecnologia na Indústria Têxtil Vestuário – uma abordagem historiográfica ao setor em Guimarães [Tese de Doutoramento, Instituto de Investigação Interdisciplinar, Centro de Física da Universidade de Coimbra, CFISUC] Oliveira, Márcio Orlando Ferreira de (2015). Potencial regenerativo dos tecidos industriais desativados : o caso da Fábrica do Cavalinho na cidade de Guimarães. master Thesis, [FAA] Dissertações. AMAP 10-18-15-3-1-67

Número O.P. 3	(Incidência direta) (ICOMOS)
Descrição	A Fábrica surge no decurso do processo de industrialização que teve início em finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX no nosso país e em particular no Vale do Ave. A lenta transição entre a produção artesanal de tecidos e a produção têxtil com máquinas chegou a Portugal com um século de atraso. É neste contexto de transformação que nasce a fábrica. O primeiro é de 30 de abril de 1923, pela mão de José da Silva Gonçalves, gerente da Sociedade Mercantil do Minho, Lda., entretanto criada para o efeito com o objetivo de proceder à construção de uma fábrica de tecelagem no lugar do Cavalinho, junto à Av. Cândido dos Reis – atual Avenida D. Afonso Henriques. Apesar de ter sofrido várias alterações e ampliações ao longo do tempo de atividade é de destacar a realizada em 1934, que alargou bastante as suas instalações, onde incluiu uma secção só para fiação, consequente aumento da capacidade de trabalho, mesmo numa conjuntura de grande instabilidade internacional decorrente da grande depressão iniciada em 1929. Ampliação em 1934, 1944, 1964, 1977-1979, 1983. Demolição 2020
Relações com outros elementos	Sem relação
Estado de Conservação	Destruido
Autenticidade	Média
Integridade	Média
Sensibilidade	
Importância	Média
Causa do impacto	Demolição
Probabilidade de ocorrência do impacto	Certo
Sentido do impacto	Adverso
Incidência do impacto	Direta
Magnitude do impacto	Elevada
Duração do impacto	Permanente
Capacidade de mitigação do impacto	Não minimizável nem compensável
Medidas preventivas	
Medidas de minimização	Acompanhamento arqueológico
Monitorização	Não
Significado do impacto	Elevado
Data de preenchimento da Ficha	Maior 2025
O.P. 3 (APA)	Classificação Patrimonial
Valor arqueológico	Reduzido

Valor arquitectónico	Reduzido
Valor histórico	Reduzido
Valor etnográfico	Reduzido
Representatividade	Média
Potencial científico	Reduzido
Interesse público	Sem interesse
Grau de conservação	Baixo
Avaliação de Impacte e mitigação	
Magnitude do Impacte	Elevado
Caracter do Impacte	Direto
Probabilidade	Certo
Area sujeita a impacte	Elevado
Tipo de impacte	Permanente
Fase da ocorrência	Elevado
Nível de Condicionante	2
Medidas de mitigação	O

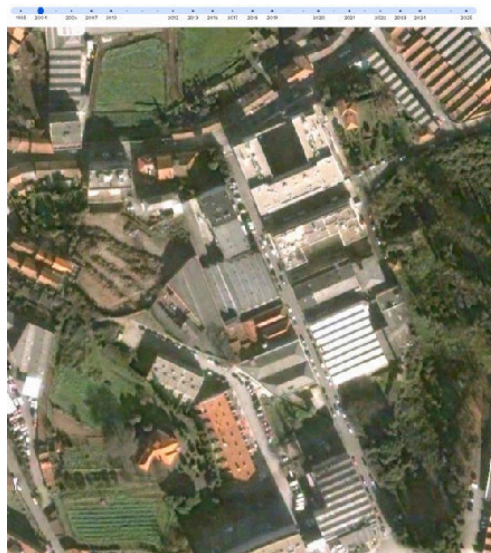
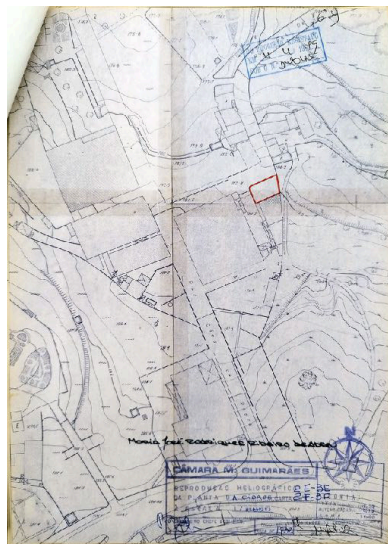


7.4. FICHA 4

Número O.P. 4	(Incidência direta) (ICOMOS)
Designação	Chamine da Fábrica de Augusto Luciano Guimarães e Filhas Fábrica da Jodimonte
CMP Nº	85
Coordenadas	41° 26' 14" N e 8° 17' 56" W X: -13893 Y: 196470,77 Cota: 183,00
Categoria	Arquitetónica
Tipologia	Fábrica
Cronologia	Contemporânea 1965-2020
Divisão Administrativa	Urgezes
Morfologia terreno	Encosta
Visibilidade para estrutura	Sim
Localização relativamente ao projeto	Oeste Rua do Colegio Militar Av. Herculano José Fernandes
Uso do solo	Industrial/Urbano
Classificação	Sem classificação
Ref. Inventários e Bases de dados	AMAP
Fontes de informação	Prospecção Cartografia: Aerofotogrametria 1942 Google Maps Bibliografia: Cordeiro, José Manuel Lopes (2020) A indústria têxtil vimaranense e a adesão de Portugal à (1960-1974), Boletim de Trabalhos Históricos. p.177. AMAP 6-40-13-1-2 AMAP 6-20-16-8-16 AMAP 1-23-12-3-5 AMAP 1-23-11-9-8 AMAP 6-10-13-7-2 D.R. III Série n.º 149, 2-7-1986, p. 7295.
Descrição	Constituída no dia 2 de janeiro de 1965, dentro do ramo industrial do têxtil e da Tecelagem, com um capital social de 1 milhão de escudos. É uma das fábricas de fição e tecelagem que pertence ao conjunto de unidades fabris levantadas na Cidade de Guimarães, no decorrer do séc. XIX e XX, próxima à estação dos comboios, para o tratamento do algodão e Linho. Previamente, no ano de 1959, o Dr. Augusto Luciano Guimarães, Licenciado em Direito Industrial, apresenta o projecto para alvará de construção das novas instalações fabris, nos terrenos que possui confinantes com a rua dos Cães de Pedra, nova rua de ligação à rua da Cruz de Pedra, e E.N. n.º. 105. Ampliações 1979, 1981, 1986, 1995. No ano 2000 PIP para construção de edifício de habitação coletiva, comercio e serviços. Demolida 2020 para construção do Supermercado Mercadona Apenas se conserva a chaminé de alvenaria de tijolo burro.

Número O.P. 4	(Incidência direta) (ICOMOS)
Relações com outros elementos	Próxima do Portão dos Cães de Pedra
Estado de Conservação	Destruída excepto chaminé
Autenticidade	Média
Integridade	Média
Sensibilidade	
Importância	Média
Causa do impacto	Construção
Probabilidade de ocorrência do impacto	Certo
Sentido do impacto	Adverso
Incidência do impacto	Direta
Magnitude do impacto	Elevada
Duração do impacto	Permanente
Capacidade de mitigação do impacto	Minimizável
Medidas preventivas	
Medidas de minimização	Acompanhamento arqueológico Conservação/Restauro
Monitorização	Durante a fase de obra
Significado do impacto	Elevado
Data de preenchimento da Ficha	Maior 2025
O.P. 4 (APA)	Classificação Patrimonial
Valor arqueológico	Médio
Valor arquitectónico	Médio
Valor histórico	Médio
Valor etnográfico	Médio
Representatividade	Médio
Potencial científico	Médio
Interesse público	Médio
Grau de conservação	Elevado

	Avaliação de Impacte e mitigação
Magnitude do Impacte	Reduzido
Caracter do Impacte	Indireto
Probabilidade	Certa
Area sujeita a impacte	Pontual
Tipo de impacte	Permanente
Fase da ocorrência	Construção
Nível de Condicionante	2
Medidas de mitigação	E, O



7.5. FICHA 5

Número O.P. 5	(Incidência direta) (ICOMOS)
Designação	Palácio Vila Flor Palácio do Cavalinho Centro Cultural Vila Flor
CMP N°	85
Coordenadas	41° 26'14" N e 8° 17' 42" W X: -13540.79 Y: 196460.72 Cota: 190,50
Categoria	Arquitetónica
Tipologia	Palacete
Cronologia	Moderna 1747
Divisão Administrativa	Urgezes
Morfologia terreno	Colina suave
Visibilidade para estrutura	Sim
Localização relativamente ao	Este Av. D. Afonso Henriques
Uso do solo	Urbano
Classificação	- PDM - Zona Especial Proteção do Centro Histórico de Guimarães e Zona de Couros, MN – Monumento Nacional/Património Mundial, Ampliação à Zona de Couros aprovada na 45.ª sessão alargada do Comité do Património Mundial da UNESCO, em Riade, em 19-09-2023 (Aviso n.º 6035/2024, DR, 2.ª série, n.º 57, de 20-03-2024).
Ref. Inventários e Bases de dados	Número IPA Antigo: PT010308710056
Fontes de informação	Prospecção Cartografia: Aerofotogrametria 1942 Google Maps Bibliografia: Guia de Portugal, Entre Douro e Minho, II Minho, vol. 4, Lisboa, s/d, p. 1148; BRANCO, Ca Guimarães nos meados do século XVIII, Braga, p. 255; Relatório da Exposição Industri Guimarães em 1884, Porto, 1884; ARAÚJO, Ilídio de, Arte Paisagista e Arte dos Jardim Portugal, vol. 1, Lisboa, 1962, pp. 221-223; Vv.Aa., Tesouros Artísticos de Portugal, Lisboa, p. 296; OLIVEIRA, Manuel Alves de, A Exposição Industrial de 1884 e as suas repercussõ Boletim de Trabalhos Históricos, vol. 35, Guimarães, 1984, pp. 219-231; CARITA, H CARDOSO, Homem, Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal ou da originalidade e de desta arte, Lisboa, 1990, pp. 251-252, 255-260, 264, 272; ROCHA, Helder, Efeme Vimaranenses, vol. 1, Guimarães, 1996, pp. 92, 118, 131; vol. 2, Guimarães, 1998, p Recuperar um pedaço da história de Guimarães, in Arquitecturas, 5 Fevereiro 2006, p. 13.

Número O.P. 5	(Incidencia direta) (ICOMOS)
Descrição	O Centro Cultural Vila Flor integra entre as suas edificações o antigo Palácio de Vila Flor e jardim. O Palácio é considerado Ocorrência Patrimonial por encontrar-se na área envolvente ao perímetro da intervenção, no lado Este da Avenida de Dom Afonso Henriques, frente à denominada Fábrica do Cavalinho. Edifício de planta retangular, é mandado construir no ano de 1747 por Tadeu Luis António I de Carvalho da Fonseca e Camões, fidalgo da Casa Real, senhor dos Coutos de Aba e Negrelos.
Relações com outros elementos	
Estado de Conservação	Bom
Autenticidade	Elevada
Integridade	Elevada
Sensibilidade	
Importância	Elevada
Causa do impacte	Visual
Probabilidade de ocorrência do impacte	Certo
Sentido do impacte	Adverso
Incidencia do impacte	Direta
Magnitude do impacte	Moderada
Duração do impacte	Permanente
Capacidade de mitigação do impacte	Compensável
Medidas preventivas	
Medidas de minimização	
Monitorização	Durante a fase de obra
Significado do impacte	Reduzido
Data de preenchimento da Ficha	Maior 2025
O.P. 5 (APA)	Classificação Patrimonial
Valor arqueológico	Médio
Valor arquitectónico	Elevado
Valor histórico	Médio
Valor etnográfico	Médio
Representatividade	Médio

Potencial científico	Médio
Interesse público	Elevado
Grau de conservação	Elevado
Avaliação de Impacte e mitigação	
Magnitude do Impacte	Reduzido
Caracter do Impacte	Indireto
Probabilidade	Certo
Area sujeita a impacte	Reduzido
Tipo de impacte	Permanente
Fase da ocorrência	Construção
Nível de Condicionante	2
Medidas de mitigação	E



7.6. FICHA 6

Número O.P. 6	(Incidência direta) (ICOMOS)
Designação	Fábrica de Fiação e Tecidos do Arquinho
CMP N°	85
Coordenadas	41° 26' 19" N e 8° 17' 49" W X: 13. X: -13692.66. Y: 196602 cota: 167,50
Categoria	Arquitetónica
Tipologia	Fábrica
Cronologia	Contemporânea 1913
Divisão Administrativa	Urgezes
Morfologia terreno	Leito de rio ou ribeiro
Visibilidade para estrutura	Sim
Localização relativamente ao	Norte Rua da Caldeiroa
Uso do solo	Urbano
Classificação	- PDM - Zona Especial Proteção do Centro Histórico de Guimarães e Zona de Couros, MN – Monumento Nacional/Património Mundial, Ampliação à Zona de Couros aprovada na 45.ª sessão alargada do Comité do Património Mundial da UNESCO, em Riade, em 19-09-2023 (Aviso n.º 6035/2024, DR, 2.ª série, n.º 57, de 20-03-2024).
Ref. Inventários e Bases de dados	
Fontes de informação	Prospecção Cartografia: Aerofotogrametria 1942 Google Maps CMP85 Bibliografia: Tratavenoticias BOLETIM TRIMESTRAL · N° 55 · JUNHO 2018 No presente e no futuro do Vale do Ave. RAMALHO, Paula; SILVA, Sofia; “Carta Arqueológica de Guimarães: Catálogo”; Câmara Municipal de Guimarães; 2024 (no prelo) SILVA, Maria João Lima da; “Fábrica como residência ERASMUS: reabilitação na Fábrica do Arquinho, <u>Dissertação de mestrado</u> , Universidade do Minho, 2014; in http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/34519 O labor de Grei, publicação comemorativa da Exposição Industrial e Agrícola Concelhia realizada em Agosto de 1923 PEREIRA, Augusto Castro; História da indústria do vale do Ave (1890/2001), Gráfica Covilhã, Santo Tirso 2002.

Número O.P. 6	(Incidencia direta) (ICOMOS)
Descrição	Representada na planta aerofotogramétrica de Guimarães de 1942, está implantada na r. Caldeiroa, junto a um tramo do rio de Couros que corria a céu aberto paralelo ao seu perimetral. A fábrica está localizada a uma cota muito inferior relativamente aos terrenos da C. dos Cães de Pedra, da Fábrica do Cavalinho e do Minhoto (chegando a ter uma diferença de de 30 m em relação à Fábrica do Minhoto), sendo visível desde Sul apenas a sua alta cha. Comparando o conjunto edificado representado na planta de 1942 com uma ortofotogra Google Maps de 2005 observa-se que no número dos edifícios e na sua implantação não l grandes alterações, pelo menos desde os anos 40 do séc. XX. A fábrica desenvolve-se ao rec um edifício central de grandes dimensões onde se localizaria a sala de produção, estan edifícios secundários, os mais antigos levantados em perpianho e os mais contemporâne betão armado, destinados à armazenagem, escritórios, etc. Embora as alterações que a edific sofreu, ao longo do tempo, não estarem totalmente descodificadas consegue-se, no en retirar algumas conclusões sobre o desenvolvimento histórico desta fábrica. Quase 100 anos a sua fundação, em junho de 2011, deflagrou um incêndio na fábrica que destruiu grande das zonas mais antigas, devido à estrutura interior de madeira e que causou o desabamer cobertura de três pavilhões (Lima, 2014).
Relações com outros elementos	
Estado de Conservação	Regular
Autenticidade	Média
Integridade	Média
Sensibilidade	
Importância	Elevada
Causa do impacte	Visual
Probabilidade de ocorrência do impacte	Certo
Sentido do impacte	Adverso
Incidencia do impacte	Indireta
Magnitude do impacte	Moderada
Duração do impacte	Permanente
Capacidade de mitigação do impacte	Minimizável
Medidas preventivas	
Medidas de minimização	Acompanhamento arqueológico Conservação/Restauro
Monitorização	Durante a fase de obra
Significado do impacte	Moderado
Data de preenchimento da Ficha	Maior 2025
O.P. 6 (APA)	Classificação Patrimonial
Valor arqueológico	Médio

Valor arquitectónico	Médio
Valor histórico	Médio
Valor etnográfico	Médio
Representatividade	Médio
Potencial científico	Médio
Interesse público	Elevado
Grau de conservação	Médio
Avaliação de Impacte e mitigação	
Magnitude do Impacte	Médio
Caracter do Impacte	Indireto
Probabilidade	Certo
Area sujeita a impacte	Médio
Tipo de impacte	Permanente
Fase da ocorrência	Construção
Nível de Condicionante	2
Medidas de mitigação	E, O



7.7. FICHA 7

Número O.P. 7	(Incidência direta) (ICOMOS)
Designação	Fábrica de Fiação e Tecidos da Madroa
CMP N°	85
Coordenadas	41° 26' 20" N e 8° 17' 55" W X: -13821.25 Y: 196645.39 Cota: 166,50
Categoria	Arquitetónica
Tipologia	Fábrica
Cronologia	Contemporânea. Anterior a 1926
Divisão Administrativa	Urgezes
Morfologia terreno	Leito de rio ou ribeiro
Visibilidade para estrutura	Sim
Localização relativamente ao	Norte Rua da Caldeiroa
Uso do solo	Urbano
Classificação	- PDM - Zona Especial Proteção do Centro Histórico de Guimarães e Zona de Couros, MN – Monumento Nacional/Património Mundial, Ampliação à Zona de Couros aprovada na 45.ª sessão alargada do Comité do Património Mundial da UNESCO, em Riade, em 19-09-2023 (Aviso n.º 6035/2024, DR, 2.ª série, n.º 57, de 20-03-2024).
Ref. Inventários e Bases de dados	
Fontes de informação	Prospecção Cartografia: Aerofotogrametria 1942 Google Maps CMP85 Bibliografia: AMAP 10- 23-8-9-4 AMAP 10-28-8-9-44. AMAP 10-23-8-9-47 AMAP 10-11-17-7-108 AMAP 10-8-11-6-1-3. AMAP 6-19-4-8-12
Descrição	Fábrica de fiação de tecidos, propriedade de Freitas Pereira e Companhia Lda, fundada antes de 1926, é objeto de diferentes aumentos nos anos de 1926, 1931, 1933, 1949. A Fábrica atualmente está fechada.
Relações com outros elementos	
Estado de Conservação	Regular
Autenticidade	Média
Integridade	Média

Número O.P. 7	(Incidência direta) (ICOMOS)
Sensibilidade	
Importância	Elevada
Causa do impacto	Visual
Probabilidade de ocorrência do impacto	Provável
Sentido do impacto	Adverso
Incidência do impacto	indireta
Magnitude do impacto	Moderada
Duração do impacto	Permanente
Capacidade de mitigação do impacto	Minimizáveis
Medidas preventivas	
Medidas de minimização	
Monitorização	Durante a fase de obra
Significado do impacto	Moderado
Data de preenchimento da Ficha	Maio 2025

O.P. 7 (APA)	Classificação Patrimonial
Valor arqueológico	Elevado
Valor arquitectónico	Médio
Valor histórico	Médio
Valor etnográfico	Médio
Representatividade	Médio
Potencial científico	Médio
Interesse público	Elevado
Grau de conservação	Médio
	Avaliação de Impacte e mitigação
Magnitude do Impacte	Médio
Caracter do Impacte	Indireto
Probabilidade	Certo

Area sujeita a impacto	Médio
Tipo de impacto	Permanente
Fase da ocorrência	Construção
Nível de Condicionante	2
Medidas de mitigação	E, O

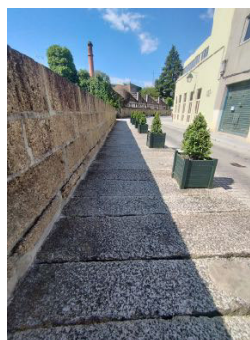


7.8. FICHA 8

Número O.P. 8	(Incidência direta) (ICOMOS)
Designação	Ponte da Madroa ou de Vila Nova
CMP N°	85
Coordenadas	41° 26' 19" N e 8° 17' 49" W X: 13. X: -13692.66. Y: 196602 cota: 167,50
Categoria	Arqueologia/Arquitetónica
Tipologia	Ponte
Cronologia	Medieval/Moderno. Ante quem a 1569
Divisão Administrativa	Urgezes
Morfologia terreno	Leito de rio ou ribeiro
Visibilidade para estrutura	Não
Localização relativamente ao projeto	Norte Rua da Caldeiroa
Uso do solo	Urbano
Classificação	- PDM - Zona Especial Proteção do Centro Histórico de Guimarães e Zona de Couros, MN – Monumento Nacional/Património Mundial, Ampliação à Zona de Couros aprovada na 45.ª sessão alargada do Comité do Património Mundial da UNESCO, em Riade, em 19-09-2023 (Aviso n.º 6035/2024, DR, 2.ª série, n.º 57, de 20-03-2024).
Ref. Inventários e Bases de dados	
Fontes de informação	Prospecção Cartografia: Aerofotogrametria 1569, 1942 Google Maps CMP85 Bibliografia: RAMALHO, Paula; SILVA, Sofia; “Carta Arqueológica de Guimarães: Catálogo”; Câmara Municipal de Guimarães; 2024 (no prelo) AZEVEDO, Pe. Torquato Peixoto de (2000) - Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães. 2ª Ed. Guimarães: Paulo Tiago Monteiro Dias de Castro (Ed.) CALDAS, António José Ferreira (1996) - Guimarães, Apontamentos para a sua história. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães e Sociedade Martins Sarmento. CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra (1992) - Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro E Minho no ano de 1726. Ponte de Lima.

Número O.P. 8	(Incidência direta) (ICOMOS)
Descrição	Segundo Ramalho e Silva <<a ponte da Madroa corresponderia a uma estrutura de travessia do rio Couros, que segundo a Planta de Guimarães de c. 1569 estaria localizada, na freguesia de Urgezes, nas proximidades da atual rua da Caldeira. Francisco Faure (2017), no seu artigo dedicado às «Vias e Pontes no Território Vimaranesense», sistematizou a informação documental existente sobre esta ponte, que faria parte da via medieval fazendo a ligação entre os núcleos urbanos de Guimarães e Porto: «Sobre esta via, diz-nos o Pe. Torquato de Azevedo (2000: 322-323): “Do cruzeiro, em que pára a rua nova das Oliveiras, dá principio a rua das Molianas para a parte do vendaval, e vae parar no rocio da Madrôa, (...) em que tem uma ponte de pedra, continuando esta rua para o vendaval, se encontra com a rua da Cruz de Pedra, e por aqui sahe o caminho para a cidade do Porto (...)”. Craesbeeck (1992: 83) também a menciona, dizendo-nos durante as descrições das portas da cidade de Guimarães: “a quinta porta é o postigo de S. Pajo, caminho público para a ponte de Negrellos e Real, a dita para a cidade do Porto, e demarcação de seo destricto». Esta estrada tinha a sua saída de Guimarães pela zona Sul, seguindo pelas ruas da Oliveira e das Molianas. Na Madroa houve uma ponte «de pedra e de um só arco» (CALDAS, 1996: 143-144), mas não sabemos quando terá sido construída. A esta ponte, que permitia atravessar o rio de Couros, referiu-se também o Pe. Torquato de Azevedo (2000: 499).» Apesar de se encontrar representada na Planta de Guimarães, do século XVI, desconhece-se a cronologia da sua construção. Até ao momento não foram identificados vestígios arqueológicos da ponte. da Madroa. >> A ponte representada na planta de 1569, que recebe o nome de ponte de Vila Nova, estaria situada junto ao portão de acesso da fábrica do Arquinho, zona de passagem ao céu aberto do rio de Couros, atualmente canalizado em conduta capeada de pedra. Cave a possibilidade de que a ponte da Madroa seja um pontilhão sobre o rio de Couros, localizado junto à fábrica de tecelagem da Madroa e desaparecido no ano de 1931, numas obras de ampliação da fábrica.
Relações com outros elementos	
Estado de Conservação	Desconhecido
Autenticidade	Desconhecida
Integridade	Desconhecida
Sensibilidade	
Importância	Elevada
Causa do impacte	Visual
Probabilidade de ocorrência do impacte	Certo
Sentido do impacte	Adverso
Incidência do impacte	Indireta
Magnitude do impacte	Elevada
Duração do impacte	Permanente
Capacidade de mitigação do impacte	Minimizável
Medidas preventivas	

Número O.P. 8	(Incidência direta) (ICOMOS)
Medidas de minimização	Acompanhamento arqueológico
Monitorização	Durante a fase de obra
Significado do impacte	Moderado
Data de preenchimento da Ficha	Maio 2025
O.P. 8 (APA)	Classificação Patrimonial
Valor arqueológico	Elevado
Valor arquitectónico	Elevado
Valor histórico	Elevado
Valor etnográfico	Elevado
Representatividade	Elevado
Potencial científico	Elevado
Interesse público	Elevado
Grau de conservação	Indeterminado
	Avaliação de Impacte e mitigação
Magnitude do Impacte	Médio
Caracter do Impacte	Indireto
Probabilidade	Certo
Area sujeita a impacte	Médio
Tipo de impacte	Permanente
Fase da ocorrência	Construção
Nível de Condicionante	2
Medidas de mitigação	E, O

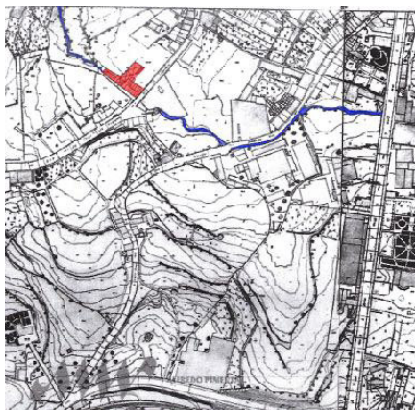


7.9. FICHA 9

Número O.P. 9	(Incidencia direta) (ICOMOS)
Designação	Fábrica de Curtumes de Amadeu Miranda e Filhos ou da Madroa
CMP N°	85
Coordenadas	41° 26' 22" N e 8° 17' 57" W X: -13870.99 Y: 196707.84 Cota: 167,00
Categoria	Arquitetónica
Tipologia	Fábrica
Cronologia	Contemporâneo. 1921
Divisão Administrativa	Urgezes
Morfologia terreno	Leito de rio ou ribeiro
Visibilidade para estrutura	Não
Localização relativamente ao	Norte Rua da Liberdade
Uso do solo	Urbano
Classificação	- PDM - Zona Especial Proteção do Centro Histórico de Guimarães e Zona de Couros, MN – Monumento Nacional/Património Mundial, Ampliação à Zona de Couros aprovada na 45.ª sessão alargada do Comité do Património Mundial da UNESCO, em Riade, em 19-09-2023 (Aviso n.º 6035/2024, DR, 2.ª série, n.º 57, de 20-03-2024).
Ref. Inventários e Bases de dados	
Fontes de informação	Prospecção Cartografia: Aerofotogrametria 1569, 1942 Google Maps CMP85 Bibliografia: PINTO, Elisabete (2013) - Os «Homens de Couro»: Marcas no presente do passado. Indústria de curtumes de Guimarães. <i>I Congresso Histórico Internacional - As cidades na História da População</i> . Guimarães, pp. 259-287. AMAP10-8-11-8-1-24 AMAP 6-19- 4-4-117 AMAP 6-19-19-3-86 AMAP 6-19-10-4-3. AMAP 6-19-19-3-86 AMAP 6-19-10-4-3
Descrição	A Fábrica de Curtumes de Amadeu Miranda ou Fábrica da Madroa, localizada na rua da Liberdade, Freguesia de Urgezes, é uma das fábricas de Curtumes que pertence ao conjunto de unidades fabris levantadas na Cidade de Guimarães, no decorrer do séc. XIX e XX, ao longo das margens do rio de Couros e próxima à estação dos comboios, para o tratamento de peles. Fábrica de Curtumes com edifícios para armazenar, oficinas de raspa, de serragem, de acabamentos e lagares. Poderá ter o seu origem segundo Elisabete Pinto num parecer favorável, emitido no ano de 1921 pela Sub-Delegacia de Saude de Guimarães, à construção na Madroa de uma fábrica de curtumes pertencente a Domingos Ribeiro Martins da Costa. A Fábrica é ampliada no ano de 1938, 1948 e 1955. Tendo laborado a Fábrica até há poucos anos e após um período de abandono, a Câmara Municipal de Guimarães adquiriu as instalações da Fábrica de Curtumes da Madroa, no ano de 2000, para a instalação do Centro de Estudos e Museologia da Fábrica de Curtumes da Madroa.
Relações com outros elementos	
Estado de Conservação	Regular

Número O.P. 9	(Incidência direta) (ICOMOS)
Autenticidade	Elevada
Integridade	Elevada
Sensibilidade	
Importância	Elevada
Causa do impacto	Visual
Probabilidade de ocorrência do impacto	Pouco provável
Sentido do impacto	Adverso
Incidência do impacto	indireta
Magnitude do impacto	Reduzida
Duração do impacto	Permanente
Capacidade de mitigação do impacto	Minimizável
Medidas preventivas	
Medidas de minimização	Acompanhamento arqueológico Conservação/Restauro
Monitorização	Durante a fase de obra
Significado do impacto	Reduzido
Data de preenchimento da Ficha	Maio 2025
O.P. 9 (APA)	Classificação Patrimonial
Valor arqueológico	Elevado
Valor arquitectónico	Elevado
Valor histórico	Elevado
Valor etnográfico	Elevado
Representatividade	Elevado
Potencial científico	Elevado
Interesse público	Elevado
Grau de conservação	Médio
	Avaliação de Impacte e mitigação
Magnitude do Impacte	Reduzido
Caracter do Impacte	Indireto

Probabilidade	Pouco provável
Area sujeita a impacte	Reduzido
Tipo de impacte	Permanente
Fase da ocorrência	Construção
Nível de Condicionante	1
Medidas de mitigação	E, O



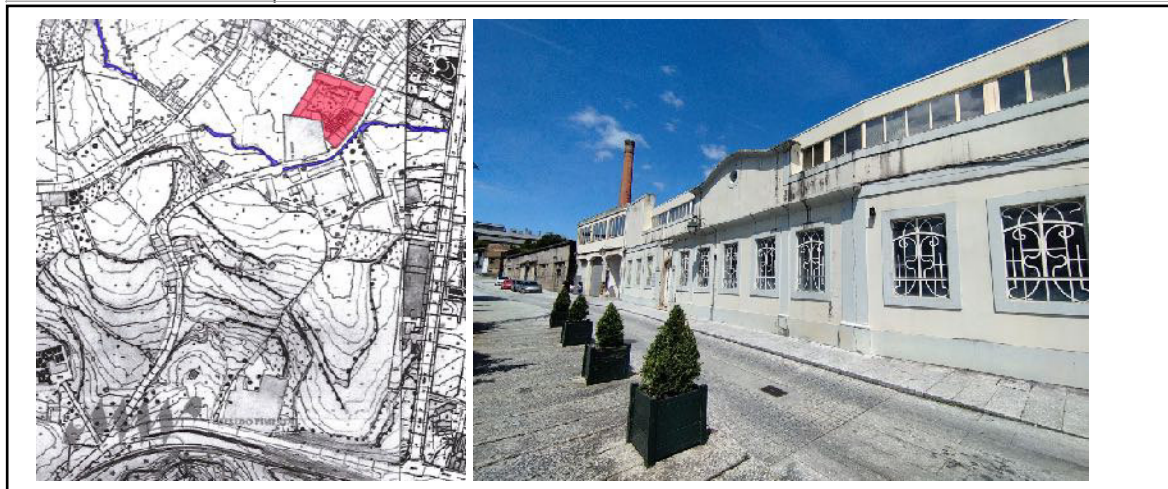
7.10. FICHA 10

Número O.P. 10	(Incidência direta) (ICOMOS)
Designação	Fábrica de Curtumes de Joaquim Luciano Guimarães
CMP N°	85
Coordenadas	41° 26' 21" N e 8° 17' 47" W X: -13682.07 Y: 196676.62 CMP.85 Cota: 169,00
Categoria	Arquitetónica
Tipologia	Fábrica
Cronologia	Contemporâneo. 1921
Divisão Administrativa	Urgezes
Morfologia terreno	Leito de rio ou ribeiro
Visibilidade para estrutura	Sim
Localização relativamente ao	Norte Rua da Liberdade
Uso do solo	Urbano
Classificação	- PDM - Zona Especial Proteção do Centro Histórico de Guimarães e Zona de Couros, MN – Monumento Nacional/Património Mundial, Ampliação à Zona de Couros aprovada na 45.ª sessão alargada do Comité do Património Mundial da UNESCO, em Riade, em 19-09-2023 (Aviso n.º 6035/2024, DR, 2.ª série, n.º 57, de 20-03-2024).
Ref. Inventários e Bases de dados	
Fontes de informação	Prospecção Cartografia: Aerofotogrametria 1569, 1942 Google Maps CMP85 FOLGADO, Deolinda (2013) - Uma indústria em Guimarães: os curtumes. Lisboa, D Monumentos N° 33, pp. 33-51. PINTO, Elisabete (2012) - Curtidores e Surradores de São Sebastião – A difícil sobrevivência uma indústria insalubre no meio urbano. Guimarães. PINTO, Elisabete (2013) - Os «Homens de Couro»: Marcas no presente do passado da Indústria curtumes de Guimarães. I Congresso Histórico Internacional - As cidades na História - Popul Guimarães, pp. 259-287. AMAP 10-8-12 J- 1 -38 AMAP 10- 18-15-4-1- 85. AMAP 10-8-17-5- 25

Número O.P. 10	(Incidência direta) (ICOMOS)
Descrição	A Fábrica de Curtumes de Joaquim Luciano Guimarães, localizada na rua da Caldeiroa, Freg. de Urgezes, é uma das fábricas de Curtumes que pertence ao conjunto de unidades levantadas na Cidade de Guimarães, no decorrer do séc. XIX e XX, ao longo das margens do Couros e próxima à estação dos comboios, para o tratamento de peles. Elisabete Pinto refere << que, Joaquim Luciano Guimarães, em 1901, obteve licença para in uma laboração manual de curtumes de peles na sua propriedade denominada Campo do Lar limites da Rua da Caldeiroa com a freguesia de Urgezes, cuja fábrica compreendia vinte poços, com os respectivos pelames e lagaretas”.>> A referência mais antiga encontrada de Joaquim Luciano Guimarães corresponde a um pedido de licenciamento no ano de 1902, para a edificação de uma casa na rua da Caldeiroa, estando o pedido acompanhado apenas pelo alçado desenhado da fachada, sem memória descritiva ou planta de localização. Após a construção da sua casa, no ano de 1908 pede licença para construir uma Fábrica de curtumes no seu terreno marginal da rua da Caldeiroa. Segundo se observa na planta anexa ao pedido, a primitiva fábrica, de planta retangular e piso térreo, construída provavelmente em aparelho perpianho, estava dividida em dois espaços, sendo o mais pequeno para depósito de algodão e o mais amplo, para produção das urdideiras. Segundo Pinto e Folgado <<em 1922, o industrial Joaquim Luciano Guimarães manda construir uma série de casas para os seus trabalhadores, ao lado da fábrica de curtumes “(...) um prédio dentro de um terreno, ao lado da sua fábrica manual de curtumes, e que faz face para a via que vai da Rua Trindade Coelho para a Rua da Alegria, que dividida em sete casas independentes, destina à habitação dos operários da sua fábrica>>
Relações com outros elementos	Indireta
Estado de Conservação	Bom
Autenticidade	Média
Integridade	Média
Sensibilidade	
Importância	Elevada
Causa do impacto	Visual
Probabilidade de ocorrência do impacto	Certo
Sentido do impacto	Adverso
Incidência do impacto	Indireta
Magnitude do impacto	Reduzida
Duração do impacto	Permanente
Capacidade de mitigação do impacto	Minimizável
Medidas preventivas	
Medidas de minimização	Acompanhamento arqueológico
Monitorização	Durante a fase de obra
Significado do impacto	Reduzido

Número O.P. 10	(Incidência direta) (ICOMOS)
Data de preenchimento da Ficha	Maio 2025

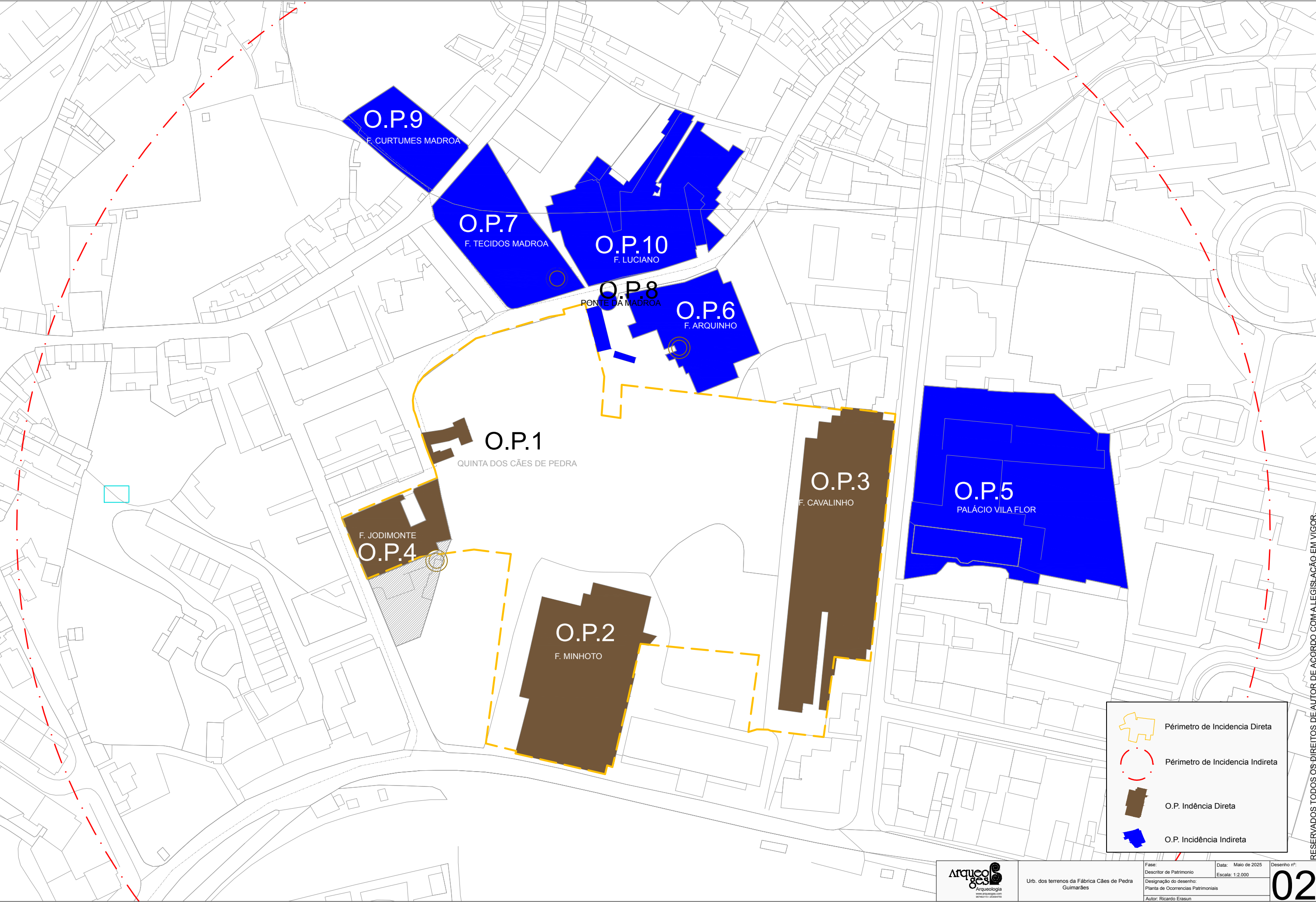
O.P. 9 (APA)	Classificação Patrimonial
Valor arqueológico	Elevado
Valor arquitectónico	Elevado
Valor histórico	Elevado
Valor etnográfico	Elevado
Representatividade	Elevado
Potencial científico	Elevado
Interesse público	Médio
Grau de conservação	Elevado
Avaliação de Impacte e mitigação	
Magnitude do Impacte	Reduzido
Caracter do Impacte	Indireto
Probabilidade	Certo
Area sujeita a impacte	Reduzido
Tipo de impacte	Permanente
Fase da ocorrência	Construção
Nível de Condicionante	2
Medidas de mitigação	E, O



8. CARTOGRAFIA



RESERVADOS TODOS OS DIREITOS DE AUTOR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR.





Périmetro de Incidência Direta



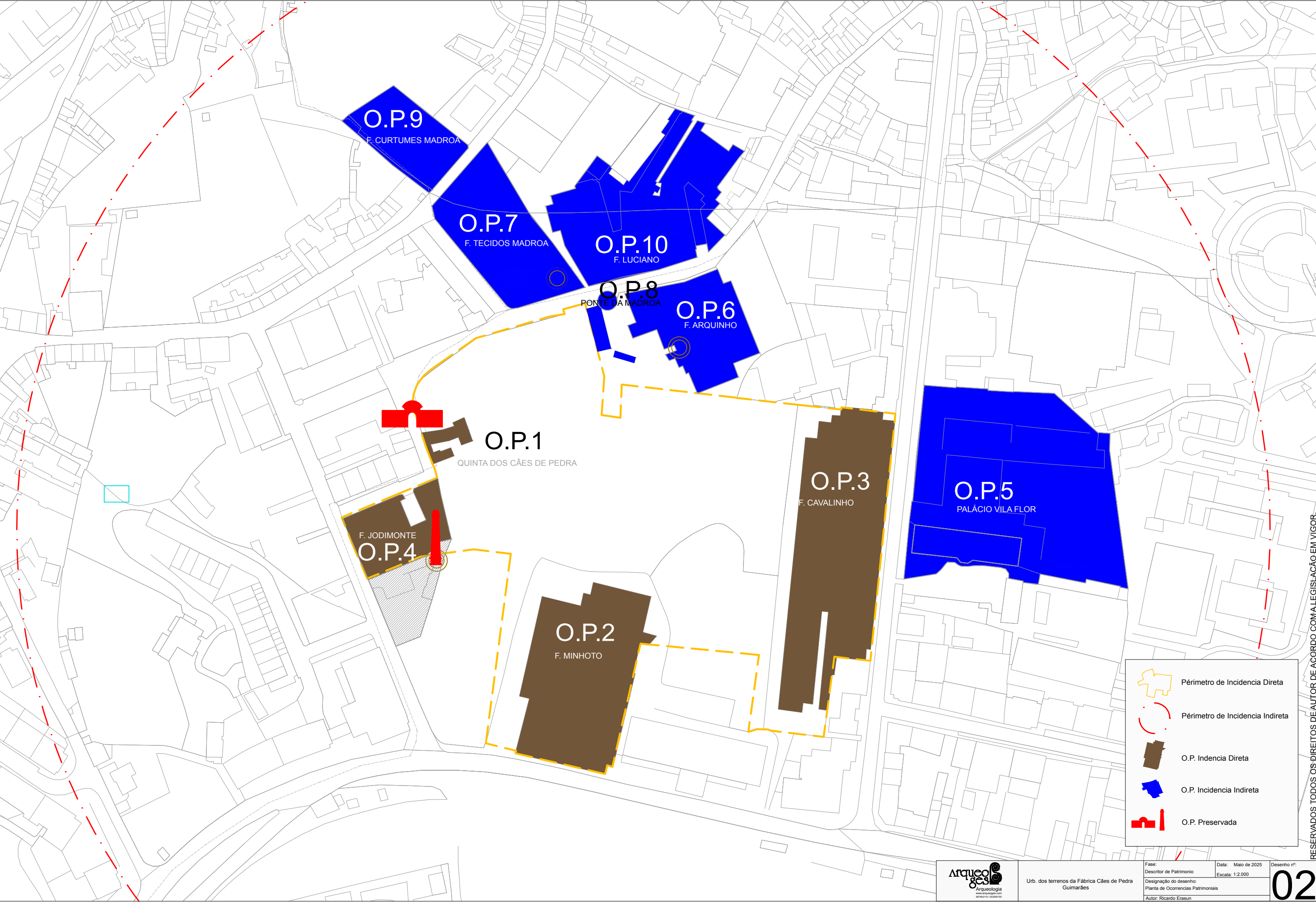
Périmetro de Incidência Indireta



O.P. Indência Direta



O.P. Incidência Indireta



Périmetro de Incidência Direta

Périmetro de Incidência Indireta

O.P. Indencia Direta

O.P. Incidencia Indireta

O.P. Preservada

RESERVADOS TODOS OS DIREITOS DE AUTOR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR.